



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

CYNTHIA MARIA KIYONAGA SUENAGA

**A ABORDAGEM DA ANÁLISE DE DOMÍNIO NA  
ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO  
EM ARQUIVÍSTICA**

---

Londrina  
2014

CYNTHIA MARIA KIYONAGA SUENAGA

**A ABORDAGEM DA ANÁLISE DE DOMÍNIO NA  
ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO  
EM ARQUIVÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Educação, Comunicação e Artes, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientação: Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes.

Londrina  
2014

## FICHA CATALOGRAFICA

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S944a Suenaga, Cynthia Maria Kiyonaga.  
A abordagem da Análise de Domínio na Organização e Representação do Conhecimento em Arquivística / Cynthia Maria Kiyonaga Suenaga. – Londrina, 2014.  
150 f : il.

Orientador: Brígida Maria Nogueira Cervantes.  
Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2014.

1. Análise de Domínio. 2. Organização e Representação do Conhecimento. 3. Plano de Classificação de Documentos. 4. Arquivística. I. Cervantes, Brígida Maria Nogueira. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 025.43

CYNTHIA MARIA KIYONAGA SUENAGA

**A ABORDAGEM DA ANÁLISE DE DOMÍNIO NA ORGANIZAÇÃO E  
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Educação, Comunicação e Artes, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa.Dra. Brígida Maria Nogueira  
Cervantes  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes  
Universidade Estadual Paulista – UNESP

---

Profa.Dra. Rosane S. A. Lunardelli  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 31 de julho de 2014.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço acima de tudo a Deus, que a cada dia me capacita para vencer os desafios que a vida apresenta.

A minha família: meu pai Milton, minha mãe Ester, meus irmãos Milton Jr, e Julio César. Agradeço especialmente à tia Nê, e a minha filha Letícia que são parte integrante daquilo que sou.

Ao meu companheiro, parceiro, amigo e muito mais, Genivaldo, pelo apoio incondicional e por aceitar me dividir com essa empreitada louca que é a vida acadêmica.

Meus agradecimentos especiais à minha orientadora Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes, pessoa iluminada por Deus, sábia, dedicada, paciente e amiga, merece sem dúvida todos os elogios que sempre ouvi a seu respeito! Com muito carinho me conduziu e me proporcionou crescimento intelectual e pessoal pois continuamente me estimula a seguir em frente.

Aos membros da banca Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes e Profa. Dra. Rosane Sueli Álvares Lunardeli, minha qualificação foi uma experiência maravilhosa e devo isso a essas pessoas especiais que contribuíram para o melhor desenvolvimento dessa pesquisa com carinho e observações contrutivas.

Aos colegas do Mestrado Acadêmico 2012 (primeira turma) e aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, pelas experiências compartilhadas.

A minha parceira de orientação, Maria Rosemary Rodrigues e a Richele, Sandra e Patrícia pelo companheirismo, apoio e amizade.

A todos os que estiveram envolvidos nessa tarefa, direta ou indiretamente, meus sinceros agradecimentos!

*“Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos e amados, de ternos afetos de misericórdia, de bondade, de humildade, de mansidão, de longanimidade. Suportai-vos uns aos outros, perdoai-vos mutuamente, caso alguém tenha motivo de queixa contra outrem. Assim como o Senhor vos perdoou, assim também perdoai vós; acima de tudo isto, porém, esteja o amor, que é o vínculo da perfeição”(Cl 3:12-14).*

SUENAGA, C. M. K. **A Abordagem da Análise de Domínio na Organização e Representação do Conhecimento em Arquivística.** 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

## RESUMO

Análise de Domínio e Arquivística são os pontos norteadores desta pesquisa, que discute sobre a abordagem da Análise de Domínio no âmbito dos Arquivos. Pondera que os produtos do tratamento documental encontrados em instituições arquivísticas são considerados, em sua maioria, esquemas de ordenação e descrição física dos documentos. A estruturação das informações contidas nos documentos que visam ao conhecimento pode constituir um avanço para as áreas de Organização do Conhecimento e de Arquivística. Apresenta como objetivo geral investigar estruturas de conhecimento presentes em Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros, e como objetivos específicos: identificar a existência de Planos de Classificação de Documentos em Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros; verificar a presença de normas para a elaboração dos Planos de Classificação de Documentos; relacionar os Planos de Classificação de Documentos ao Domínio e à Comunidade Discursiva e selecionar os conceitos e possíveis relacionamentos presentes nos Planos de Classificação de Documentos. Trata-se de uma pesquisa exploratória sobre a Análise de Domínio aplicada à Organização do Conhecimento no Domínio da Arquivística que investiga como a Análise de Domínio no contexto da Organização do Conhecimento em Ciência da Informação pode contribuir para a compreensão da estrutura de conhecimento existente em Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros. Para acessar o conhecimento presente nos arquivos, partiu-se da análise dos Planos de Classificação de Documentos desses arquivos à luz da Análise de Domínio. O instrumento Plano de Classificação de Documentos foi selecionado como objeto da pesquisa por tratar-se de um produto intelectual produzido pelo arquivista, que reflete amplamente a instituição geradora dos documentos, considerada neste estudo como uma comunidade de Discurso, que é base da constituição do Domínio. A busca pelos Planos de Classificação de Documentos realizou-se pelos *websites* dos Arquivos Públicos Brasileiros, contato por *e-mail* e por telefone. Como resultado evidencia que o Arquivo constitui-se em uma Comunidade Discursiva e constata-se que por meio da análise das entradas (títulos e termos apresentados nos níveis de categorização) dos Planos de Classificação de Documentos é possível identificar um Discurso semelhante no Domínio dos Arquivos Públicos Estaduais. Conclui que a aplicação da Análise de Domínio em Arquivística proporciona a Organização do Conhecimento nesse Domínio, uma vez que a perspectiva da Análise de Domínio é fundamentalmente ligada ao conhecimento e à forma como é processado nos indivíduos e comunicado ao grupo, e todo esse processo reflete-se nos Arquivos, nos documentos e na forma como são classificados.

**Palavras-chave:** Análise de Domínio. Plano de Classificação de Documentos. Arquivística. Comunidades Discursivas. Organização e Representação do Conhecimento.

SUENAGA, C. M. K. **The Domain Analysis Approach in the Knowledge Organization and Representation in Archival Science**. 2014. 150 p. Dissertation (Master degree in Information Science) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

## ABSTRACT

Domain Analysis and the Archival Science are the guiding points of this research, which discusses the Domain Analysis approach within Archives. Deliberates that, the products of the documentary treatment found in archival institutions are considered, mostly, as physical description and document order *schemas*. The structuring of the information contained in the documents that addresses the knowledge may constitute an advance in the areas of Knowledge Organization and Archival Science. The main objective is to investigate knowledge structures present in Brazilian Public State Archives, and specific objectives are: to identify the existence of Document Classification Plans in Brazilian Public State Archives; verify the presence of standards for the development of the Document Classification Plans; relate the Document Classification Plans to the Domain and the Discourse Community and select the concepts and possible relationships present in the Document Classification Plans. This is an exploratory research on Domain Analysis applied to the Organization of Knowledge in the Archival science Domain that investigates how the Domain Analysis in the Knowledge Organization field within Information Science context can contribute to the understanding of the structure of knowledge existing in Brazilian Public State Archives. To access this knowledge in the Brazilian Public State Archives, the analysis starts from the Document Classification Plans of these Archives enlightened by Domain Analysis. The Document Classification Plans instrument was selected as the research object because it is an intellectual product produced by the Archivist, which largely reflects the documents generating institutions considered in this study as a discourse Community, which is the constitutive basis of the Domain. The search for the Document Classification Plans of the Brazilian Public Estate Archives was held by means of their websites, by email contact and by phone. The results show that the Archives constitute a Discourse Community and it appears that by analyzing the entries (titles and terms presented in the levels of categorization) of the Document Classification Plans it is possible to identify a similarity in the speech of the Brazilian Public Estate Archives Domain. Concludes that the implementation of Domain Analysis in Archival Science provides the Knowledge Organization in this domain, since the perspective of Domain Analysis is fundamentally linked to knowledge and how it is processed in individuals and communicated to the group, and all of this process reflects up in the archives, the documents and how they are classified.

**Keywords:** Domain Analysis. Document Classification Plans. Archival Science. Discourse communities. Knowledge Organization and Representation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> –	Exemplo de sistematização da Análise de Domínio na Área da Ciência da Computação.....	40
<b>Figura 2</b> –	Linhas gerais da Análise de Domínio.....	42
<b>Figura 3</b> –	Relações entre as onze abordagens de Hjørland.....	53
<b>Figura 4</b> –	Ciclo documentário em arquivos.....	76
<b>Figura 5</b> –	<i>Homepage</i> do APE-BA.....	91
<b>Figura 6</b> –	Acesso a Gestão de Documentos do APE-BA.....	92
<b>Figura 7</b> –	Acesso ao PCD do APE-BA.....	93
<b>Figura 8</b> –	<i>Homepage</i> do Equipamento Cultural APEC.....	93
<b>Figura 9</b> –	<i>Homepage</i> do APEES.....	94
<b>Figura 10</b> –	Página do PROGED Espírito Santo.....	95
<b>Figura 11</b> –	Acesso às Publicações do APEES.....	96
<b>Figura 12</b> –	<i>Homepage</i> do APM.....	97
<b>Figura 13</b> –	Página da Gestão de Documentos do APM.....	97
<b>Figura 14</b> –	<i>Homepage</i> do APEP.....	98
<b>Figura 15</b> –	Localização do PCD do APEP.....	99
<b>Figura 16</b> –	Localização da Gestão de Documentos do APERJ.....	100
<b>Figura 17</b> –	Acesso ao PCD do APERJ.....	100
<b>Figura 18</b> –	<i>Homepage</i> do APERN.....	101
<b>Figura 19</b> –	<i>Homepage</i> do APERS.....	102
<b>Figura 20</b> –	Local do PCD do APERS.....	102
<b>Figura 21</b> –	<i>Homepage</i> da SEASC.....	103
<b>Figura 22</b> –	Acesso aos Serviços SEASC.....	103
<b>Figura 23</b> –	<i>Homepage</i> do APESP.....	104
<b>Figura 24</b> –	Página da SAESP, localização da Gestão Documental.....	104
<b>Figura 25</b> –	Link para Planos e Tabelas do APESP.....	105
<b>Figura 26</b> –	Acesso ao PCD do APESP.....	106
<b>Figura 27</b> –	Acesso ao PCD do APEMS.....	107
<b>Figura 28</b> –	Resultado da busca pelos <i>websites</i> e PCDs dos APEBs.....	110
<b>Figura 29</b> –	Localização dos APEBs que dão acesso ao PCD.....	111
<b>Figura 30</b> –	Primeira página do PCD do APE-BA.....	112
<b>Figura 31</b> –	Primeira página do PCD do APEES.....	113

<b>Figura 32</b> –	Primeira página do PCD do APEMT .....	114
<b>Figura 33</b> –	Primeira página do PCD do APEMS .....	115
<b>Figura 34</b> –	Primeira página do PCD do APM.....	116
<b>Figura 35</b> –	Primeira página do PCD do APEP .....	117
<b>Figura 36</b> –	Primeira página do PCD do APERJ.....	119
<b>Figura 37</b> –	Primeira página do PCD do APERS .....	120
<b>Figura 38</b> –	Primeira página do PCD do APESC .....	121
<b>Figura 39</b> –	Primeira página do PCD do APESP .....	122
<b>Figura 40</b> –	Presença de Manuais de Gestão Documental nos APEBs.....	123

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	–	Desenvolvimento da Investigação Documental .....	26
<b>Quadro 2</b>	–	Características das Comunidades Discursivas .....	44
<b>Quadro 3</b>	–	Objetivos e ações desenvolvidas .....	85
<b>Quadro 4</b>	–	Relação dos Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros. ....	86
<b>Quadro 5</b>	–	Arquivos com <i>website</i> selecionados preliminarmente.....	87
<b>Quadro 6</b>	–	Levantamento dos <i>websites</i> dos APEBs.....	88
<b>Quadro 7</b>	–	APEBs constantes na segunda busca na web.....	89
<b>Quadro 8</b>	–	URLs localizadas na segunda busca na web.....	90
<b>Quadro 9</b>	–	Relação de URLs reunidas a partir das 2 etapas de busca .....	90
<b>Quadro 10</b>	-	Arquivos que disponibilizam o PCD .....	107
<b>Quadro 11</b>	-	Identificação dos Arquivos Públicos Estaduais como Comunidade Discursiva .....	124
<b>Quadro 12</b>	–	Comparativo entre os PCDs (parte1) .....	127
<b>Quadro 13</b>	–	Comparativo entre os PCDs (parte2) .....	128
<b>Quadro 14</b>	-	Identificação do Discurso das categorias principais dos APEBs.....	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE-BA	Arquivo Público Estadual da Bahia
APEB	Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros
APEC	Arquivo Público Estadual do Ceará
APEES	Arquivo Público Estadual do Espírito Santo
APEMS	Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul
APEP	Arquivo Público Estadual do Paraná
APERJ	Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro
APERN	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte
APERS	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Sul
APESC	Arquivo Público Estadual de Santa Catarina
APESP	Arquivo Público Estadual de São Paulo
APM	Arquivo Público Mineiro
APMT	Arquivo Público do Mato Grosso
CAMP	Common Ada Missile Packages
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
FID	Federação Internacional de Documentação
IA	Inteligência Artificial
IID	Instituto Internacional de Documentação
LPE	Linguagens para Propósitos Específicos
PB	Paradigma Biblioteconômico
PCD	Plano de Classificação de Documentos
PLD	Paradigma da Linguística Documental
PROGED	Programa de Gestão Documental
PSD	Paradigma Semiótico Documental
SAESP	Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo
SCTT	Sistema de Classificação e Tabela de Temporalidade
SEASC	Secretaria da Administração de Santa Catarina
TDC	Tratamento Documental do Conteúdo
TTD	Tabela de Temporalidade de Documentos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO</b> .....	21
2.1	A DOCUMENTAÇÃO .....	21
2.2	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO .....	27
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DE DOMÍNIO</b> .....	36
3.1	DOMÍNIO E COMUNIDADE DE DISCURSO .....	41
3.2	DISCURSO DOCUMENTAL .....	58
<b>4</b>	<b>O DOMÍNIO DA ARQUIVÍSTICA</b> .....	66
4.1	CICLO DOCUMENTÁRIO EM ARQUIVOS .....	74
4.2	CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAL .....	78
<b>5</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	84
5.1	DESCRIÇÃO DA COLETA DE DADOS E ESTABELECIMENTO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE .....	91
<b>6</b>	<b>A ANÁLISE DE DOMÍNIO E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVÍSTICA: ANÁLISE E RESULTADOS</b> .....	109
6.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	131
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	133
7.1	SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS .....	136
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	138
	<b>APÊNDICES</b> .....	148
	APÊNDICE A – Formulário de coleta <i>websites</i> .....	149
	APÊNDICE B – Síntese da Análise de Domínio .....	150

## 1 INTRODUÇÃO

A abordagem da Análise de Domínio, também chamada de paradigma domínio-analítico, foi proposta por Hjørland e Albrechtsen (1995) como um novo enfoque para o estudo do campo da Documentação e da Ciência da Informação (CI). Constitui-se em uma formulação teórico-metodológica que por meio da união de teorias de base e procedimentos aplicados provenientes da CI permite a Organização do Conhecimento nessa e em outras áreas

Esta abordagem estabelece que, “[...] a melhor maneira de compreender a informação é estudar um determinado domínio do conhecimento como pensamento ou comunidade de discurso, que são partes da divisão de trabalho da sociedade.” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p. 400, tradução nossa). Essa perspectiva amplia os horizontes de estudo da informação e do conhecimento uma vez que preocupa-se com os processos discursivos que ocorrem em meio aos domínios durante a realização de toda e qualquer atividade e que resultam em conhecimento registrado na forma de documentos.

Para Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa) o trabalho das comunidades e seu papel na sociedade se refletem na organização do conhecimento, nas estruturas e padrões de cooperação, nos sistemas de informação e nos critérios de relevância e devem ser levados em consideração nos estudos da CI. Os esquemas de classificação refletem uma visão do domínio que está sendo organizado, deste modo, a construção, a avaliação e o uso de um Sistema de Organização do Conhecimento devem partir de reflexões embasadas nessa visão (GOMES, 2009).

De acordo com Sales (2011) Domínio pode ser entendido como disciplina ou campo do conhecimento, e em filosofia é utilizado para delimitar um contexto discursivo. Entretanto parece ser compreendido de formas diferentes em contextos arquivísticos ou biblioteconômicos, nestes é preciso buscar a compreensão de como esses domínios surgem e se manifestam para poder-se realizar sua organização e representação, nos contextos profissionais destas disciplinas. Seguindo a linha de pensamento de Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa), é necessário identificar e compreender a comunidade discursiva que constitui o domínio a ser estudado em qualquer área, disciplina, instituição ou organização.

A comunidade de discurso de acordo com Swales (1990, tradução nossa) é um grupo de indivíduos que possui objetivos comuns, mecanismos participatórios, troca de informações, um vocabulário comum, um alto nível de especialização terminológica e um alto nível geral de perícia nos assuntos referentes a seu domínio de conhecimento.

O discurso em questão é fundamentado nos estudos de linguagem e educação e na visão de Foucault de que o discurso possui uma disposição para criar o objeto assim como é criado por ele. Conforme Bragd *et al* (2008) a noção de comunidade discursiva surgiu a partir da abordagem de Foucault para o estudo do discurso.

Para Foucault (2008a) o discurso constrói-se por meio dos signos, as representações, o discurso não é meramente o que revela o desejo ou o encobre, é também o objeto do desejo, pois o discurso traduz as lutas ou os sistemas de dominação e, portanto, quem expressa o discurso expressa o poder dominante e pode influenciar o seu entorno. Entendido desta forma o discurso é unificante, no sentido de que une falas ou pensamentos semelhantes ou concordantes, levando ao desenvolvimento de grupos que hoje podemos chamar de comunidades discursivas.

A Arquivística<sup>1</sup> como disciplina dedicada ao estudo das funções do arquivo (instituição ou serviço) e dos princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos, aqui compreendidos como conjunto de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005), tem a seu dispor uma gama de possibilidades para explorar os documentos (representações) e as informações orgânicas contidas nos arquivos. Para Delmas (2010, p. 79) Arquivística é uma palavra que “designa, ao mesmo tempo, uma ciência e um conjunto de métodos e de técnicas de constituição, guarda e exploração dos documentos de arquivo.” O desenvolvimento da Arquivística até atingir o patamar de ciência, passou por transformações muitas vezes relacionadas com o contexto histórico de sua atuação.

O campo de conhecimento da Arquivística desenvolveu-se a partir de práticas de organização variadas, baseadas no empirismo, surgidas da necessidade de preservar os registros da atividade humana. O desenvolvimento da

---

<sup>1</sup> Também chamada de Arquivologia em definição do Arquivo Nacional (2005), nesta pesquisa optou-se pela utilização do termo Arquivística por entender ser este o termo mais utilizado, correntemente, na maior parte da literatura consultada para se referir tanto à disciplina como à ciência e ao campo de estudos.

teorização arquivística ao longo do tempo ocorreu por meio da análise e compreensão das soluções pragmáticas que emergiam do trabalho diário nos arquivos. Segundo Ribeiro (2003), os primeiros sinais da afirmação da arquivística como disciplina, surgiram a partir de tentativas de sistematizar o saber, por meio de obras sobre a organização dos arquivos, tais como os manuais de Muller, Feith e Fruin (1898), de Jenkinson (1922) e de Schelleberg (1956), entre outros, as quais se tornaram base para os avanços futuros.

Um dos problemas relacionados aos arquivos no Brasil, de acordo com Sousa (2006), são as massas documentais acumuladas e os arquivos localizados nos setores de trabalho, sob a responsabilidade de funcionários geralmente não relacionados ao arquivo e muitas vezes sem orientação especializada. Nesse contexto as informações, e conseqüentemente o conhecimento contidos nos documentos, perdem-se pela falta de instrumentos de pesquisa (tais como catálogos e índices produzidos por arquivistas) e de um possível método para análise das informações.

A preocupação com uma possível análise de informações documentais, visando o conhecimento, é o que conduz à busca de metodologias para se estruturar e ordenar o conhecimento armazenado na forma de documentos individuais ou de conjuntos documentais no interior dos arquivos.

Na área Arquivística existe uma deficiência de instrumentos, esquemas ou estruturas que tornem o conhecimento, que naturalmente intui-se existir nos arquivos, revelado para quem dele necessitar. Os produtos do tratamento documental encontrados em instituições arquivísticas são em sua grande maioria esquemas de ordenação e descrição física dos documentos.

Em razão disto, Lopes (1997) ratifica que a Arquivística carece da evidência de que ao classificar informações, trabalha-se com aquilo que é conhecido, envolvendo a hermenêutica das ações humanas e a interpretação do sentido. A estruturação das informações contidas nos documentos, visando à organização do conhecimento, poderia ser um avanço possível para a área.

A mudança do paradigma histórico-tecnicista, basicamente preocupado com a custódia e preservação dos documentos para pesquisa, para o paradigma, científico-informacional, voltado para o conteúdo informacional registrado, materializa a informação como objeto de estudo e ofício da Arquivística. Essa perspectiva observa o documento não mais como um objeto físico a ser

armazenado e preservado apenas e sim utilizado e analisado de diversas formas, dando início a uma nova forma de pensar os arquivos.

O trabalho com a documentação originada das atividades humanas foi desenvolvendo-se ao longo do tempo. No início a preocupação principal era com a guarda, o armazenamento das evidências das ações e dos fatos ocorridos. Depois percebe-se que é necessário dar uma ordem para o armazenamento e, mais tarde, que a utilidade dos registros documentais pode ultrapassar o valor de prova e passar para o de testemunho histórico. O desenvolvimento da Arquivística como Área de estudos e como Ciência Aplicada passa pelo que podemos chamar de evolução natural de um início em que as observações empíricas eram a base do tratamento documental para uma sistematização iniciada pelo uso dos documentos para estudos históricos e também pelo foco no uso administrativo dos documentos.

A partir do desenvolvimento da Arquivística Integrada, cujo foco repousa na informação orgânica, aquela derivada do registro das atividades das organizações, o alcance do tratamento documental generalizou-se, não mais pertencendo aos arquivos correntes, intermediários ou aos permanentes, mas sim ao conjunto da documentação de um Domínio organizacional.

Concorda-se com Sousa (2012) quando afirma que a Arquivística é uma disciplina do conhecimento humano que necessita de trabalhos de pesquisa para direcionar suas aplicações, de contínua reflexão sobre os modelos de interpretação e de intervenção na realidade. Questões como identificação de conceitos e relações semânticas contidas no documento não vêm sendo tratadas com frequência na Área Arquivística. A valorização do contexto informacional dos documentos é imprescindível para que a arquivística mantenha o *status* de ciência, que estuda os processos de produção, tramitação e destinação dos documentos e de seu conteúdo informacional.

Apesar do recente aumento da produção acadêmica em CI que aborda temas arquivísticos, ainda são escassas as abordagens teóricas para a Organização e Representação do Conhecimento em arquivos, o desenvolvimento desta pesquisa almeja mostrar uma perspectiva teórico-metodológica que possibilite uma estruturação da organização do conhecimento no cenário dos arquivos públicos brasileiros.

Utiliza-se do arquivo para buscar registros de fatos e atividades, nesse sentido, o arquivo é fonte primordial de conhecimento, pois ao acumular tais

registros perpetua e permite a disseminação de sucessos, fracassos, entre outras experiências. Os arquivos, de acordo com Delmas (2010, p. 21), “servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se”. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária necessária para defender direitos e para cobrar deveres de outrem; lembrar-se é uma utilidade de gestão que auxilia o agir ao buscar subsídios em experiências anteriores; compreender é uma utilidade científica de conhecimento, importante para entender aquilo que outros fizeram ou descobriram e está registrado em documentos; e identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social, que promove as relações humanas.

A busca por identificação do conhecimento presente nos arquivos possibilita observar a forma como o conhecimento é construído socialmente e historicamente, sendo, naturalmente, delineado pela comunidade de discurso que forma cada domínio e que produz cumulativamente cada arquivo. Pode-se dizer que o arquivo enquanto instituição de guarda dos registros das ações de determinado órgão, pessoa jurídica ou pessoa física é um domínio específico, formado por, e a partir, da comunidade de discurso que o constitui. Os arquivos são, neste sentido, repositórios de informações resultantes das atividades dos seres humanos e têm a função de servir a propósitos variados de acordo com a necessidade de se conhecer a informação contida nesses registros e a partir dela obter conhecimento.

Permanece atual e pertinente a visão de Barreto (1994) na qual as bases de dados, bibliotecas, arquivos ou museus, na qualidade de estoques de informação, possuem estruturas significantes com capacidade de gerar conhecimento. Este se efetiva por meio de uma ação comunicativa, sua produção, no entanto, não assume um compromisso final com a produção de conhecimento, embora este esteja latente.

A estrutura significativa da informação parece necessitar de questionamentos e estudos no sentido de direcioná-la ao propósito de produtora de conhecimento para a sociedade e pela sociedade. Essa produção é construída no domínio ou, conforme considerado por Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa), na comunidade de discurso.

Diante do exposto questiona-se como a abordagem da Análise de Domínio no contexto da Organização do Conhecimento em CI pode contribuir para a compreensão da estrutura de conhecimento presente em Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros?

A motivação para a realização desta pesquisa reside na busca de aporte teórico-metodológico para o desenvolvimento de critérios de classificação do conhecimento em arquivos. Não visa, no entanto, alterar ou interferir nos procedimentos de classificação de documentos de arquivo já consolidados e praticados.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar estruturas de conhecimento presentes em Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros sob a perspectiva da Análise de Domínio e apresenta como objetivos específicos: identificar a existência de Planos de Classificação de Documentos em Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros; verificar a presença de normas para a elaboração do Plano de Classificação de Documentos; relacionar os Planos de Classificação de Documentos ao Domínio e à comunidade discursiva; selecionar os conceitos e possíveis relacionamentos presentes no Plano de Classificação de Documentos.

No cenário da CI justifica-se esta pesquisa por indicar fundamentos para a categorização da CI como uma ciência social, pois a abordagem domínio-analítica, segundo Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa) parte da premissa de que os domínios de conhecimento, disciplinas ou profissões, não indivíduos e suas faces biológica, filosófica e psicológica é que constituem o conhecimento. Os indivíduos devem ser vistos como parte de grupos de trabalho, de pensamento ou de comunidades de discurso e desta forma apresentam um caráter social.

Como objeto da investigação em pauta, nomeamos o Plano de Classificação de Documentos (PCD) que é segundo Héon (1995, tradução nossa) o primeiro instrumento de rastreamento intelectual para documentos em qualquer nível. Uma das prerrogativas para a elaboração do PCD é uma cuidadosa avaliação da instituição geradora ou mantenedora dos documentos, desta forma, o acesso ao conhecimento existente no Domínio de um arquivo parece passível de se obter por meio do PCD.

O PCD sob o aspecto do conteúdo informacional dos documentos e as funções e atividades que lhes deram origem, pode contribuir para a identificação e entendimento das estruturas de conhecimento existentes no arquivo. Nesse contexto, é importante apresentar as informações de forma compreensível, relacionando as informações acumuladas organicamente de modo a evidenciar o conhecimento intrínseco contido nos arquivos.

Definido pelo Arquivo Nacional (2005, p. 132) o PCD é descrito como um “[...] esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido”. O PCD organiza e dispõe os documentos de forma que a estrutura funcional do arquivo fique evidente por meio do código de classificação que ordena os documentos físicos e eletrônicos e indica sua localização no arquivo, baseado em parâmetros estabelecidos ao longo da trajetória da disciplina arquivística e descritos em diversos manuais.

No caso dos arquivos, de modo geral, pode-se considerar que os critérios identificados para a elaboração da classificação estão intrinsecamente ligados a uma preocupação com o domínio, uma vez que sua classificação fundamenta-se na análise da instituição geradora dos documentos e de suas atividades e na função que cada documento desempenha nesse universo. Estes critérios baseiam-se em parâmetros que de acordo com Romero Tallafigo (1994) originam-se nas associações arquivísticas, nas escolas e universidades, publicações e comunicações internacionais, congressos, compêndios de legislação, entre outros.

Os elementos principais a serem considerados na classificação de documentos públicos, conforme Schelleberg, (2006) são: a) a ação a que os documentos se referem; b) a estrutura organizacional; e c) o assunto do documento. A ação pode ser tratada como função, atividade e ato ou transação. O termo função é utilizado para referir-se a todas as responsabilidades atribuídas a um órgão a fim de atingir os objetivos que lhe deram origem e usualmente estão descritos nas leis ou regulamentos que criam o órgão.

O elemento estrutura organizacional é base para grandes agrupamentos de documentos. Neste tipo de classificação a própria estrutura organizacional fornece a base para a classificação, sendo desta forma definida a priori. No entanto, a divisão em classes organizacionais, é possível e aconselhável apenas em governos de administração estável e que não sofram alterações constantes em suas funções e processos administrativos. Os elementos função e organização estrutural são os primeiros a considerar-se ao classificar, não obstante pode haver necessidade de agrupar certos documentos por assunto, como por exemplo, pastas de referência e de informações. O assunto do documento é um elemento considerado como exceção no momento de classificar um documento de

arquivo (SCHELLEMBERG, 2006). O uso do assunto como principal critério de classificação poderia acarretar na perda da organicidade da informação, pois documentos que estariam ligados a outros pela função ou atividade que os originou poderiam ser separados se o critério observado fosse o assunto.

Uma repartição pública realiza dois tipos principais de atividades, visando cumprir suas funções básicas. As atividades-fim ou substantivas, que são as relativas ao trabalho técnico ou profissional específico do órgão; e as atividades-meio ou auxiliares, relacionadas à administração interna da organização, que são atividades auxiliares habitualmente comuns a todos os órgãos (SCHELLEMBERG, 2006). Optou-se nesta pesquisa por investigar os PCDs das atividades-meio devido ao objetivo de sua elaboração ser o mesmo.

Dentro deste contexto buscam-se compreender as especificidades do arquivo e da comunidade de discurso constituída pelos produtores dos documentos, seus usuários e, inclusive, a parte da sociedade imediatamente envolvida no contexto do domínio do arquivo, utilizando-se da Análise de Domínio direcionada ao PCD.

Esta Dissertação está estruturada da seguinte forma: na seção 1 Introdução apresenta-se um esboço dos assuntos abordados nesta pesquisa, o problema e justificativa para sua execução, assim como o objetivo geral e objetivos específicos.

Em seguida a seção 2 Organização e Representação do Conhecimento trata da origem da CI ligada à Documentação e de sua aproximação com a Organização do Conhecimento. A seção 3 Análise de Domínio apresenta a abordagem da Análise de Domínio como uma das formas de Organização do Conhecimento com foco nas Comunidades de Discurso, aborda-se também a linguagem e o Discurso Documental como meios de se identificar e conhecer o Domínio.

Na seção 4 Arquivística realiza-se uma breve apresentação histórica da Arquivística como campo de estudo, em seguida faz-se uma aproximação da Classificação em arquivos com a Classificação Documental proveniente da Biblioteconomia e apresenta-se o Plano de Classificação de Documentos como expressão do discurso do Arquivo.

A seção 5 descreve os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa que incluem a identificação dos *websites* dos

Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros e a reunião dos Planos de Classificação de Documentos disponibilizados por essas instituições. A análise e apresentação de resultados são contempladas na seção 6 A Análise de Domínio e a Organização do Conhecimento em Arquivos, onde é analisada e discutida a relação entre Organização do Conhecimento e Análise de Domínio por meio do exame dos Planos de Classificação de Documentos dos Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros. As Considerações Finais são apresentadas na seção 7 na qual se demonstra a relevância da Análise de Domínio para a Organização do Conhecimento nos Arquivos. Em seguida dispõem-se as Referências que fundamentam o referencial teórico desta pesquisa. Após as Referências, em Apêndices, é apresentado o formulário de coleta de dados utilizado e um mapa mental com a síntese das 11 abordagens de Hjørland (2002, tradução nossa).

## 2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Esta seção aborda a Organização e Representação do Conhecimento, evidenciando-se definições e relações entre a informação e conhecimento e o estabelecimento de conceitos como principal forma de expressão do conhecimento. Reflete sobre o surgimento e o desenvolvimento da CI a partir da Documentação.

### 2.1 A DOCUMENTAÇÃO

A terminologia de uma disciplina é muitas vezes determinante de sua história. As modificações pelas quais uma nomenclatura passa ao longo do tempo refletem em algum grau o enfoque da disciplina em determinado momento de seu desenvolvimento. Exemplo disso é identificado na mudança de nomenclatura do periódico *International Classification*, que mudou seu título para *Knowledge Organization*, uma vez que Organização do Conhecimento é um termo mais abrangente e, conforme Dahlberg (2006), lida com elementos da teoria do conceito, com a classificação e indexação e também com a representação do conhecimento. O *International Classification* já tratava de todas essas temáticas, e por temer que seu título parecesse muito restritivo e fosse confundido com as sociedades de classificação orientadas numericamente houve a alteração (DAHLBERG, 2008).

De acordo com Shapiro (1995), a CI passou por muitos nomes ao longo de seu desenvolvimento, Bibliografia, Biblioteconomia, Documentação, Recuperação da Informação e CI foram os mais proeminentes. De um termo que no início referia-se a um especialista em Informação, conforme utilizado por Farradane em 1955 pela primeira vez, *Information Science* (Ciência da Informação - CI) passa a nomear uma ciência que estuda a Informação.

Nesse contexto a Documentação assume uma fundamental importância para o desenvolvimento da CI como se conhece hoje, das diversas terminologias abordadas por Shapiro (1995) apenas a partir da Documentação é que a informação (conteúdo do documento) passa a ser seu objeto de estudo. Conforme Shera e Cleveland (1969, p. 250), o “contínuo histórico que emergiu como o que é hoje conhecido por CI é um emaranhado de fios entrelaçados em um novelo”. Fazem parte deste cenário a Bibliografia, e mais especificamente a Documentação.

Para Borko (1968, p. 2), “[...] as técnicas e os procedimentos usados por bibliotecários e documentalistas são ou deveriam ser baseados nos resultados teóricos da CI [...]”. Seguindo essa linha de raciocínio, segundo Borko, a CI seria o Domínio e a Bibliografia e a Documentação seriam subdomínios. Contemporaneamente incluiríamos a Arquivística, a Museologia e disciplinas afins ou outras ciências dedicadas ao estudo da informação e do conhecimento dela originado como subdomínios da CI, em que comumente não é fácil distinguir suas fronteiras.

Ao final da década de 1890, o problema da bibliografia acadêmica, desencadeado pelo aumento da produção de materiais escritos, tinha se tornado sério e quando Paul Otlet e Henry La Fontaine propuseram, em 1892, a formação do Instituto Nacional de Bibliografia, almejando a compilação de toda informação bibliográfica registrada, não encontraram dificuldades em obter apoio (SHERA; CLEVELAND, 1969). O esforço de Otlet e La Fontaine convergia no sentido de reunir todo o conhecimento humano de forma que a consulta às fichas padrão propostas em seu trabalho oferecesse uma visão completa daquilo que existia sobre determinado tema.

Quando Otlet desenvolveu a Classificação Decimal Universal (CDU), baseada na Classificação Decimal de Dewey (CDD), tinha consciência de que a classificação era a ferramenta para a organização do conhecimento. De acordo com Campos (1994), a Federação Internacional de Documentação (FID) define a Classificação como um método de reconhecimento de relações genéricas, ou de outro tipo, entre itens de informação e nesse sentido os conceitos de classificação e organização do conhecimento acabam por ser equivalentes. Robredo (2011) afirma que o *Traité de Documentation* de Otlet introduz um novo paradigma, no qual o conteúdo do livro (documento) passa a ser o objeto de estudo da Documentação e da CI de modo mais amplo. A Documentação aparece como a teoria que se ocupa dos problemas colocados pela produção e uso dos documentos e pela busca de modos de produzi-los e usá-los.

Pinheiro (2002, p. 3) descreve o objeto de estudo da área de CI como um intrincado campo de pesquisas “[...] tradicionalmente relacionado a documentos impressos e a bibliotecas [...]”, no entanto, em nossos dias, segundo a autora, a informação de que trata a área permeia os ambientes mais variados e pode ser encontrada em diálogos entre cientistas, em inovações do setor produtivo, em

patentes, imagens, registros magnéticos em base de dados, bibliotecas e repositórios digitais. Essa constatação reforça a importância do documento, lembrando que por documento entende-se não um objeto físico, mas o conteúdo informacional que veicula independente do suporte.

A União Francesa de Organismos de Documentação define documento como toda base de conhecimento materializado e registrado capaz de ser utilizada para consulta, estudo e prova. Para a referida autora, o conceito de documento pode aplicar-se inclusive a elementos da natureza, desde que devidamente catalogados e preservados. Desses, considerados documentos primários, outros poderiam ser gerados e seriam então documentos secundários, guardando entre eles uma relação de causa e efeito (BRIET, 2006).

Desprovidos de documentos e de sua organização a geração de conhecimento, a ciência e a aplicação de estudos não poderiam existir. Dessa necessidade surgiram, conforme Briet (2006), diversos centros e departamentos de documentação em vários países, entre os quais cita a França (1935, 1942, 1948, 1951); Bélgica (1947); Suíça (1946), entre outros. Houve também uma valorização de eventos como o Congresso Internacional do Instituto Internacional de Documentação (IID), que em 1937 transforma-se em Federação Internacional de Documentação (FID).

Essa busca por pesquisar, identificar, descrever e classificar documentos (inicialmente procedimentos da Bibliografia, agora também aplicados ao documento) para uso científico fez surgir o profissional Documentalista, reconhecido como a pessoa que realiza o ofício da Documentação. A partir das ideias de Otlet, houve um aumento na produção de publicações especializadas de índices e resumos, tais como o *Chemical Abstracts*, o *Biological Abstracts* e o *Bulletin Signalétique do Centre Nacional de Reserche Scientifique* (CNRS) na França, entre outros.

Rayward (1990), em sua introdução a *Selected Essays of Paul Otlet*, esclarece que a Documentação foi concebida como um campo de estudo e pesquisa preocupado não com as instituições, mas com as funções que grupos diferentes de instituições realizam e com aquilo que criam ou registram nesse processo. Visualizando, desta forma, a bibliografia, as bibliotecas, arquivos, museus e um novo tipo de enciclopédia institucional como a expressão das funções atribuídas ao

documento, concebido como tudo aquilo que transporta informação, especialmente documentos escritos.

Otlet (1990) buscava fundamentalmente a organização do conhecimento humano quando idealizou o método chamado de Princípio Monográfico, que objetivava extrair informações representativas dos conteúdos dos livros (documentos) e disponibilizá-las sistematicamente de uma maneira integrada por meio de fichas que possuíam as relações entre as informações registradas. Concorda-se com Ortega (2011) quando afirma que o Princípio Monográfico é uma das contribuições mais importantes de Otlet para a Documentação e posteriormente para a CI. A Documentação desenvolveu os conceitos de assunto ou conteúdo temático como modo de identificar a unidade intelectual do documento, possibilitando relacionar informações que se encontram dispersas em diferentes documentos, proporcionando a elaboração de novos sentidos.

Para Figueiredo (1996), Otlet desenvolveu uma espécie de tecnologia bibliográfica que era fundamentada no uso de fichas padrão e em folhas soltas, permitindo o armazenamento em massa de informação. Esse processo envolvia, também, um procedimento para classificar e recuperar aquilo que encontrava-se armazenado, assim como hoje ocorre no processamento por computador. A visão modular do conhecimento, possibilitada pelo princípio monográfico e pelo uso de fichas com sínteses dos documentos, permite uma interconexão de ideias e remete ao que hoje conhecemos como hipertexto. O termo hipertexto é utilizado para referir-se a um documento eletrônico que apresenta forma não linear, consistindo em uma rede de nós, que são fragmentos que possuem ligações e relacionam-se a outros, conectando os nós, permitindo dessa forma a navegação por diversos pontos de partida.

Na visão de Otlet (1990), o método documental, aliado ao princípio monográfico, permite o trabalho em conjunto ao possibilitar a assistência de pessoas que trabalham no mesmo assunto, e consiste em recorrer a documentos para deles extrair fatos e informações para aquisição de conhecimento para estudo ou para pesquisa científica e complementa outros métodos de investigação.

Os objetos informacionais elaborados segundo o princípio monográfico assemelham-se aos registros das bases de dados e aos objetos hipertextuais, porque são unidades de informação que podem ser compreendidas isoladamente e também relacionadas a outras. Porém, se inseridos em contextos

mais amplos, os objetos informacionais podem ser reinterpretados e relacionados de diversas maneiras, de acordo com o acervo de conhecimento individual e de seus objetivos (ORTEGA, 2011). O que possibilita uma visão ampla das relações entre uma informação e outra. Os documentos hipertextuais e a ideia geral do Princípio Monográfico de extrair dos documentos aquilo que é mais representativo representam um avanço ocorrido no tratamento da informação que visa à Organização do Conhecimento.

A História como disciplina concentrava-se em estruturas fixas em contraste com a história do pensamento, dos conhecimentos e da Filosofia, que buscam as perturbações de continuidade (FOUCAULT, 2008b). Esse contraste levou a crítica ao documento, interpretado como uma voz do passado a espera de ser decifrada. Houve uma mudança neste enfoque e passa-se a trabalhar o documento em seu interior: organizar recortar, distribuir, ordenar, repartir em níveis, estabelecer séries, distinguir o que é pertinente ou não. Conforme Lara (2010), a utilização da crítica ao documento no tratamento documental implica a possibilidade de mudança de um procedimento puramente técnico para uma visão crítica e compromissada, trata-se de uma busca por identificar nos modos de arranjo dos documentos hipóteses de organização.

A partir do critério do Tratamento Documental do Conteúdo (TDC), distinguem-se, segundo Izquierdo-Arroyo (1995), três paradigmas ordenados no decurso histórico da Documentação como disciplina (ver Quadro 1).

**Quadro 1 – Desenvolvimento da Investigação Documental.**

PARADIGMAS	FASES DA INVESTIGAÇÃO DOCUMENTAL DESENVOLVIDAS	
Biblioteconômico ou pré-documental	0 <sup>a</sup>	Conservação físico-tipológica dos documentos
Atual ou Linguística Documental	1 <sup>a</sup>	Reunião pertinente e exaustiva de documentos
	2 <sup>a</sup>	Leitura de cada documento da fase anterior
Paradigma semiótico-documental ou interdocumental	3 <sup>a</sup>	Segmentação interna de cada documento; produzindo fichas depositáveis em um arquivo
	4 <sup>a</sup>	Esquematização de segmentos tomados de 3 <sup>a</sup>
	5 <sup>a</sup>	Cotejo e contraste de segmentos e/ou esquemas teóricos derivados de sua síntese (3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup> )
	6 <sup>a</sup>	Criatividade estabelecimento de novas relações, combinações, entre outros, para a elaboração de novos documentos a partir de 5 <sup>a</sup> .

**Fonte:** elaboração própria fundamentado em Izquierdo-Arroyo (1995).

O paradigma biblioteconômico ou pré-documental (PB) está relacionado à ordenação dos documentos; o paradigma atual, da Linguística Documental (PLD), prevê a atuação do documentalista na primeira fase; e o paradigma semiótico-documental (PSD) ou interdocumental atribui ao documentalista as fases 2<sup>a</sup> a 5<sup>a</sup> e de alguma forma a 6<sup>a</sup>.

O PB reside no espaço físico, enquanto os paradigmas seguintes, PLD e PSD, atuam no espaço documental, sendo que o paradigma atual da Linguística Documental é desenvolvido no espaço documental chamado discreto, uma vez que tarefas mais elaboradas que exigem intervenção ativa no documento são destinadas a pesquisadores científicos. No paradigma semiótico-documental, o desenvolvimento das fases de leitura, segmentação interna, esquematização dos segmentos, cotejo e comparação ficam a cargo do novo documentalista, desta forma estabelecem a ideia de espaço documental contínuo (IZQUIERDO-ARROYO, 1995).

A participação do documentalista na fase 6<sup>a</sup>, ou seja, o uso da criatividade, o estabelecimento de novas relações e combinações para a elaboração de novos documentos a partir dos dados obtidos e estruturados na fase anterior é o marco que torna o documentalista um Cientista da Informação, pois a partir daí assume tarefas antes destinadas aos pesquisadores científicos de outras áreas.

De acordo com Izquierdo-Arroyo (1995), para Otlet o problema da Documentação gira em torno da estrutura de uma ciência na maneira de ordenar e sistematizar o conjunto de dados e os princípios, leis e métodos que determinam e dominam seus dados. Aqui tomamos a liberdade de associar ao termo ciência, conforme utilizado por Otlet, a noção de Domínio, pois outros tipos de dados e informações provenientes de áreas diversas e não necessariamente científicas podem ser buscados e analisados seguindo-se o mesmo critério. No lugar das leis, que são característica das ciências, estariam as normas e regulamentações que poderiam ser estudadas na busca de sistematizar o conhecimento.

Para Fujita (2001), a criação de sistemas de classificação como instrumentos de organização temática de documentos pelos bibliotecários está presente na origem da Organização do Conhecimento, que é abordada a seguir. A reunião e o estabelecimento de relações entre unidades de informação, além da identificação dos conceitos relevantes em cada sistema de classificação, é o que se identifica como Organização do Conhecimento, que será abordada na próxima seção.

## 2.2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Embora informação e conhecimento sejam termos frequentemente usados de forma intercambiável, há distinção entre eles. Conforme Silva (1998), não há um consenso sobre onde termina a informação e começa o conhecimento. A informação, segundo o autor, é entendida como fato, algo de que se necessita e se pode usar, pode ser recebida e trocada com o meio exterior, exerce efeito sobre quem a recebe, pode ser auxiliar na tomada de decisões é um recurso importante, e pode estar registrada em diferentes suportes ou materiais.

Buckland (1991) estabelece três usos para a palavra informação: 1) Informação-como-processo - com foco no ato de informar, na informatividade e na intenção de comunicar conhecimento; 2) informação-como-conhecimento - caracteriza aquilo que é percebido na informação-como-processo, aquilo que capta nossa cognição a partir da comunicação, da exposição de conhecimento; 3) informação-como-coisa - em essência é o que se manuseia nos sistemas de informação, a matéria prima com que lidam os profissionais da informação.

Uma característica essencial da informação-como-conhecimento, perspectiva que adotamos nesta pesquisa é sua forma intangível, portanto para expressá-la é preciso descrevê-la ou representá-la e neste momento torna-se informação-como-coisa, algo que se pode manusear de alguma forma. Sob este enfoque, de acordo com Buckland (1991) representações de conhecimento formam subconjuntos de informação-como-coisa que são importantes como meio para lidar com a informação-como-conhecimento.

Conforme Barité (2001, p. 42, tradução nossa), “o conhecimento se realiza a partir da informação e ao socializar-se se transforma em informação”. Informação e conhecimento, dessa forma, são conceitos intimamente relacionados, mas não são termos sinônimos ou equivalentes. A informação é agente mediador na produção de conhecimento e aparece em forma e conteúdo, como estruturas significantes, com competência para gerar conhecimento individual e coletivo (BARRETO, 1994).

Capurro e Hjørland (2007) afirmam que os critérios para que se considere algo como informação são constituídos por processos socioculturais e científicos e que os usuários deveriam ser vistos em situações concretas em meio a organizações sociais e domínios de conhecimento. Os autores usam como exemplo uma pedra, que representa diferentes tipos de informação para um geólogo e para um arqueólogo, a informação sobre a pedra pode ser mapeada por meio das estruturas coletivas de conhecimento produzidas pela geologia e pela arqueologia.

Conforme Bräscher e Café (2008), a organização da informação tem por objeto os registros informacionais, preocupando-se com a sua materialidade, com aspectos tais como a forma, o suporte, o assunto e outros atributos que individualizam os recursos informacionais. Trata-se de um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais.

A organização da informação, segundo Almeida e Crippa (2009), volta-se para a manutenção de instituições que conservam e disseminam os instrumentos e materiais de conhecimento socialmente compartilhados. No que se refere à descrição de conteúdo, Bräscher e Café apresentam a elaboração de resumos, a classificação e a indexação como processos pertinentes à Organização da Informação, uma vez que nesse processo ocorre uma “etiquetagem” dos conceitos expressos pelo autor.

A Representação da Informação é o produto do processo de estudo da informação enquanto ação exercida pelas instituições modernas sobre o fluxo de conhecimento produzido e refletido pela sociedade, construída por meio de linguagens elaboradas para fins específicos. Busca dar sentido àquilo que se tornou apenas dados devido à tendência da era moderna de separação e segmentação, ou seja, religar aquilo que foi separado (FERNANDES, 1995).

Segundo Dahlberg (1993), as fundações teóricas desenvolvidas na pesquisa em classificação e tesouros, durante as últimas décadas, podem ser bem aplicadas a todos os tipos de organização do conhecimento e a todo tipo de sistemas de organização e representação do conhecimento, sejam gerais ou especializados.

De acordo com Lima e Álvares (2012, p. 24), o conhecimento é visto em relação aos “[...] aspectos cognitivos que ocorrem na mente humana e envolvem os processos mentais de captação, assimilação, associação e também de construção, desconstrução e reconstrução de conceitos.” O conhecimento é subjetivo e individual, mas ao mesmo tempo social, pois o ser humano, ao apropriar-se dele, atua dinamicamente em todo o contexto a sua volta e é capaz de modificá-lo, assim como de ser modificado por ele.

O conceito de Conhecimento é expresso por Barité (2001), que se utiliza de premissas que o delimitam e descrevem: como um produto social, uma necessidade social e um dínamo social; realiza-se a partir da informação e ao ser socializado torna-se informação novamente; sua estrutura e comunicação formam um sistema aberto; deve ser organizado para melhor aproveitamento tanto individual como social; pode ser organizado de infinitas formas, sua organização é sempre artificial, provisional e determinista; registra-se sempre em documentos; expressa-se por conceitos e se organiza por meio de sistemas de conceitos, os quais podem ser organizados para fins científicos, funcionais ou de documentação; as leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis e se aplicam igualmente a qualquer área disciplinar.

Para efeito desta pesquisa, considera-se a informação e o conhecimento conceitos que se complementam, isso porque o propósito da organização de informações é gerar conhecimento. A distinção entre os termos é necessária por tratar-se de etapas de um processo ou de um ciclo, já que a

informação pode tornar-se conhecimento, assim como o conhecimento registrado pode não passar de informação para alguns indivíduos.

Este é um processo que pode ou não completar seu ciclo, pois o conhecimento engloba, além da esfera cognitiva, a aprendizagem que resulta em conhecimento acumulado e que promove a aquisição de mais conhecimento. Por exemplo, ao elaborarmos um catálogo, estamos organizando informações, esse catálogo poderá gerar conhecimento dependendo da capacidade do receptor da informação de compreender e selecionar as informações que lhe serão mais proveitosas e a partir de então dar continuidade ao ciclo, caso o receptor não compreenda aquele conhecimento registrado, para ele não passará de informação ou dados dispersos.

O conhecimento é constituído pela interação e expressão dos traços mais relevantes das realidades fenomenológicas e noumênicas<sup>2</sup> com as quais interagimos, formalizadas, convertidas e integradas mediante um processo analítico-sintético em uma trama de conceitos e surge da relação do homem com seu entorno físico e social (ESTEBAN NAVARRO, 1999). Sendo assim, a organização do conhecimento, segundo Lima e Álvares (2012), fornece metodologia para ordenar os conceitos e suas relações de acordo com vários critérios. Esses critérios se estabelecem também de acordo com o entorno e com o contexto sócio-histórico-cultural de um dado objeto de estudo.

Uma boa forma de situar uma diferenciação seria a visualização de dados, informação e conhecimento como um processamento crescente que se inicia com os dados e desenvolve-se, passando pela informação até chegar ao conhecimento, em que cada nível acima contém elementos do nível abaixo.

Para Novellino (1996, p. 38), “[...] A organização do conhecimento no âmbito da CI diz respeito ao desenvolvimento e avaliação de teorias para análise de determinadas áreas de assunto”, tal conceituação denota a importância de observar o domínio na construção dos instrumentos e métodos para a representação das informações geradas nessas áreas de assunto.

A Organização do Conhecimento tem como objetivo aperfeiçoar o uso do conhecimento documentado e implica a utilização de normas, padrões, tecnologias e outros meios para a recuperação do conteúdo, visando sistematizar,

---

<sup>2</sup> voltadas para o conhecimento religioso ou metafísico

concatenar e estabelecer ordem ao conteúdo ou suportes. Por meio de operações como classificação e a ordenação são criados sistemas de distribuição física e intelectual que respeitem a sequencialidade, a ligação temática, temporal ou orgânica, a hierarquia, a associação e outros aspectos que sejam de interesse para garantir o acesso adequado às fontes documentais (PEÑA VERA, 2010).

A Área de Organização do Conhecimento trabalha com a finalidade de prover subsídios teóricos para o tratamento da informação, especialmente o tratamento temático da informação e a gestão do uso social da informação, e procura oferecer uma base conceitual para as diversas práticas e atividades sociais ligadas ao acesso ao conhecimento (BARITÉ, 2001). As atividades desempenhadas no desenvolvimento de sistemas de informação ou na criação de produtos informacionais, nesse sentido, seriam corroboradas por essas teorias.

O esforço essencial da área de Biblioteconomia e Documentação direciona-se no sentido de reunir as teorias mais significativas para construção de instrumentos de organização e recuperação em busca de uma consolidação teórico-conceitual para a Organização do Conhecimento. São nesses instrumentos que ocorre a junção da fundamentação teórica com a aplicação da teoria (FUJITA, 2001).

Barité (2012) afirma que nos últimos anos a Organização do Conhecimento vem se dedicando ao desenvolvimento de estruturas de conceito com finalidades distintas, que podem estar presentes na biblioteconomia, na arquivística e na informática, visando organizar recursos informacionais para recuperação e uso.

Na concepção de Bräscher e Café (2008, p. 8), as estruturas conceituais produzidas no processo de “[...] modelagem do conhecimento que visa à construção de representações do conhecimento [...]” são, em síntese, aquilo que a área da Organização do Conhecimento busca. Esta se relaciona com análise do conceito e fundamenta-se na sua identificação e posicionamento em meio ao Domínio investigado.

Hjørland (2008 tradução nossa) apresenta duas visões a respeito da Organização do Conhecimento, uma em sentido restrito (descrição documental, indexação e classificação) e outra em sentido amplo, relacionada à forma como o conhecimento é socialmente organizado e como a realidade é organizada. Na opinião do autor, a real amplitude da Organização do Conhecimento em CI realiza-se na conexão entre as duas visões.

A importância de considerar a Organização do Conhecimento em sentido amplo está relacionada à forma como a mesma ocorre em sentido restrito. As etapas do tratamento da informação estabelecidas na descrição, na indexação, na classificação, entre outros processos, sem dúvida podem influenciar ou estar refletidas no conhecimento socializado e na forma como se organiza e constrói a realidade.

Na Organização do Conhecimento, o objeto a ser estudado são as estruturas conceituais e sua representação extrapola o conhecimento expresso pelo autor de um documento, de um estudo, ou de um sistema de Organização do Conhecimento, uma vez que reflete uma visão consensual da realidade representada no produto resultante do processo de organizar o conhecimento.

Autores como Nonaka e Takeuchi (1997) trabalham com o conceito de criação de conhecimento voltado para a comunicação nas empresas e para o desenvolvimento organizacional. O que os autores entendem como criação de conhecimento, entretanto, pode ser distinguido como Organização do Conhecimento, uma vez que a espiral do conhecimento, que é o fundamento para a Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional, estabelece-se não quando conhecimento é criado, e sim quando é identificado, sistematizado e organizado para servir a propósitos específicos, em contextos específicos, visando à inovação.

A criação de conhecimento organizacional, na concepção de Nonaka e Takeuchi (1997), acontece por meio de quatro modos de conversão do conhecimento que convergem para formar a espiral do conhecimento. A socialização é o modo de conversão do conhecimento onde ocorre o compartilhamento de experiências, está relacionada ao conhecimento tácito e à comunicação desse; a externalização ocorre por meio da linguagem, utilizando-se de metáforas, analogias, conceitos, hipóteses e modelos, parte do conhecimento tácito para um conhecimento articulável, explícito; a combinação é a sistematização de conceitos em um sistema de conhecimento por meio da combinação de diferentes conjuntos de conhecimento explícito; a internalização transforma conhecimento explícito em conhecimento tácito novamente por meio da aprendizagem, da absorção e transformação do conhecimento explícito em algo novo na mente dos indivíduos.

Na combinação, o conhecimento explícito passa por alguma forma de tratamento (por exemplo: classificação, acréscimo, categorização), no momento da internalização reinicia-se a espiral do conhecimento a partir de um conhecimento

tácito evoluído ou de alguma forma reformulado. A transformação do conhecimento explícito em conhecimento tácito pode contar com a ajuda da diagramação ou registro do conhecimento sob a forma de documentos ou manuais, que permitirão a outros conhecerem as experiências vividas, aprenderem as lições conquistadas representadas nesses documentos.

Vista pela perspectiva da Organização do Conhecimento, a Teoria da Criação de Conhecimento Organizacional busca, na estruturação do conhecimento existente em uma instituição, o desenvolvimento de novo conhecimento, visando a um objetivo pré-estabelecido. A construção de Sistemas de Organização do Conhecimento embasados em informações captadas por meio dos quatro modos de conversão do conhecimento acarretaria na criação de documentação importante para a Comunidade de Discurso envolvida, pois seriam representações da realidade coletiva ou do conhecimento partilhado nos limites de determinado Domínio.

O ato de representar tem sido frequentemente associado à produção de sentido em múltiplas dimensões, incluindo texto, texto eletrônico, imagem, filme, som, entre outros (FRIEDMAN; THELLEFSEN, 2011). Segundo Lima e Alvares (2012), representar o conhecimento é uma experiência de apropriação dos elementos informacionais existentes nas estruturas e processos mentais do conhecimento individual em busca de socializar o conhecimento. Desta forma entendemos a representação como um processo mental de produção de sentido que se realiza em busca de socializar o conhecimento, além de ser fator intrínseco de compreensão de mundo e que se materializa nas diversas formas de registro de conhecimento passíveis de serem imaginadas pelo ser humano.

A Representação do Conhecimento é um aspecto da Organização do Conhecimento realizada por meio de diferentes tipos de Sistemas de Organização do Conhecimento, tais como sistemas de classificação, dicionários, ontologias, tesouros, redes semânticas, entre outros (LIMA; ALVARES, 2012; SCHIESSL; SHINTAKU, 2012). Conforme Mai (2001), o problema básico na área da Organização do Conhecimento relacionado à Representação do Conhecimento é estabelecer a ligação entre a língua e o seu significado, pois a interpretação e a representação de documentos (neste caso específico a indexação) dependem de contextos sociais.

Representação do conhecimento inclui outros processos, como a descrição, catalogação, indexação e condensação, todos orientados para representar os recursos informacionais e, além disso, voltados para apreender as particularidades que oferecem uma imagem ou ideia do conteúdo nas mentes daqueles que podem requerer consulta, de modo a oferecer os produtos ideais para garantir o acesso à difusão e ao uso do conhecimento (PEÑA VERA, 2010).

Segundo Bufrem e Gabriel Júnior (2011), o conceito é discutido amplamente em relação a suas origens filosóficas e a suas relações com as ciências e com a realidade, mas ainda não tem sido suficientemente explorado no que se refere à riqueza e às conotações que adquire historicamente, à ideologia ou às relações de força existentes nos campos semânticos em que é representado e definido. Contemporaneamente, os estudos que tomam o conceito como objeto estão presentes na Filosofia, assim como na Linguística, na Psicologia, na Educação, nas Ciências cognitivas, na CI, entre outros (FRANCELIN; PINHO, 2011).

Dahlberg (1993, p. 211, tradução nossa) afirma a respeito do termo conhecimento que esse “não pode ser compreendido ou representado a menos que seja apresentado como unidades de conhecimento e suas possíveis combinações em palavras, termos ou enunciados”. Conforme a autora, toda organização do conhecimento deve basear-se em unidades de conhecimento, que são os fatores pelos quais os “sistemas conceituais”, entre eles as classificações, são construídos. Tais unidades de conhecimento nada mais são do que os conceitos.

A variedade, e dentro desta a variabilidade, dos sistemas de classificação devem-se ao fato de não serem algo concreto, que se encontra na natureza, antes são o resultado da aproximação seletiva com que se enfrenta a realidade para compreendê-la, dessa forma a classificação, enquanto atividade fundamental de organização e representação, faz parte desse critério seletivo (ESTEBAN NAVARRO, 1999). A expressão das diversas facetas da realidade se dá por meio dos conceitos que criamos para representá-la.

Para a Área de Organização e Representação do Conhecimento, o conceito é considerado elemento básico para análise e compreensão de objetos informacionais dentro de contextos específicos ou gerais. Dahlberg (1978a, p.12) define conceito como “[...] unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais linguísticos, pode ser comunicado [...]”. O conhecimento materializa-se

mediante elementos da linguagem. O conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada e são formados a partir da reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto, fixados por um símbolo linguístico, que pode ser verbal ou não verbal (DAHLBERG, 1978b).

De acordo com Campos (1994), a teoria da Classificação Facetada de Ranganathan, a teoria da Terminologia de Wüster, ambas da década de 1930, e a teoria do Conceito de Dahlberg, da década de 1960, são as que estabelecem um *corpus* teórico para o entendimento do conceito e de suas relações. A teoria do conceito de Dahlberg (1978b) fundamenta-se no método analítico-sintético para identificar as características dos conceitos de modo a determinar as relações entre eles e oferece explicações e exemplos sobre como realizar essa análise.

No método analítico-sintético a classificação de cada documento exige uma análise de seu título ou um enunciado descritivo de seu conteúdo nos termos dos conceitos que formam os componentes da ciência ou do domínio à qual esse documento pertence (DAHLBERG, 1972). Por meio do estabelecimento de relacionamentos entre esses enunciados é possível realizar comparações entre os conceitos para organizá-los nos sistemas de classificação.

A análise do conceito realiza-se pela formulação de enunciados sobre os atributos necessários ou possíveis dos objetos, que são as características dos respectivos conceitos. Cada enunciado apresenta um atributo do objeto que no nível do conceito, se chama característica. Muitas vezes trata-se de um atributo que corresponde a uma hierarquia de características, já que o predicado de um enunciado pode tornar-se sujeito de novo enunciado e assim sucessivamente até atingirmos uma característica tão geral que possa ser considerada uma categoria, aqui compreendida como o conceito na sua mais ampla extensão (DAHLBERG, 1978b).

Entende-se hoje, um sistema de classificação é um sistema de ordenação que pode ser tanto de elementos materiais (por exemplo, documentos) como de conceitos. A reunião das informações relevantes para o processo de classificação pode fundamentar-se na Análise de Domínio, que será abordada na próxima seção, como uma possibilidade de organização do conhecimento.

### 3 ANÁLISE DE DOMÍNIO

Esta seção aborda a Análise de Domínio como metodologia de análise e como modo de Organização do Conhecimento, introduz o conceito de Comunidade Discursiva relacionando-o ao estabelecimento do Domínio e à sistematização do Conhecimento nos limites de Domínios específicos.

O critério para o sucesso dos sistemas de informação é que identifiquem e comuniquem o conhecimento necessário para que as mais diversas demandas sejam atendidas. Hjørland (2002, tradução nossa) exemplifica este cenário ao dizer que o critério para o sucesso de um médico é a cura de seus pacientes, já o sucesso, ou seja, a eficácia de um sistema de informação seria identificar e oferecer ao médico o conhecimento para atingir a cura do paciente. Essa visão estava implícita na filosofia da Documentação e da CI, a ideia principal deveria ser a de que os recursos informacionais podem ser identificados, descritos, organizados e comunicados para servir a objetivos específicos, caso em que o Domínio passa a ter importância.

Conforme Tennis (2012), análise de Domínio sempre teve importância para os profissionais bibliotecários e cientistas da informação, a garantia literária aplicada no início do séc. XX destaca-se como um viés desse interesse, sem que, no entanto, adote-se a terminologia Análise de Domínio. O desenvolvimento de maiores estudos sobre o referido assunto ocorreu apenas no princípio do séc. XXI.

Quase 20 anos depois do artigo de Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa), considerado o precursor da Análise de Domínio em CI, a teorização em AD ainda pode ser considerada incipiente, no sentido de não apresentar uma estrutura ou uma sistematização acessível e de fácil aplicação (FEINBERG, 2007).

Ao longo da história do conhecimento, desenrola-se a problemática do controle da informação, Burke (2003), por exemplo, trata da demarcação entre o domínio público e os segredos de Estado, que por vezes eram transgredidos e a informação política era difundida como forma de controle ou manipulação do poder.

O processo do conhecimento era uma atividade coletiva em que os estudiosos participavam ao lado de burocratas, artistas e impressores, de forma colaborativa, mas houve um tempo em que a diferenciação social no mundo do saber ocasionou conflitos entre diferentes grupos, por exemplo, eruditos leigos comprometidos com o ideal da autonomia contra os sacerdotes em seus postos de

autoridade (BURKE, 2003). O conceito de Domínio adquire valor na medida em que as diferenças começam a ser consideradas.

A palavra Domínio é uma dessas palavras que se usa corriqueiramente e quando a ouvimos em dado contexto automaticamente atribuímos um significado que nem sempre é o mesmo. O termo Domínio é utilizado de formas variadas e pode representar conceitos tão diversos como: autoridade, poder, posse, extensão territorial, âmbito de uma arte ou ciência, pertença, esfera de ação (DOMÍNIO, 2009).

A norma ISO 1087-1 (2000) define o domínio associando-o a um campo de assunto ou campo de conhecimento especializado. O domínio, desse modo, é constituído por todos os elementos de interesse, delimitados por um propósito de investigação. Um Domínio pode subdividir-se em subdomínios de acordo com a necessidade da investigação a ser realizada e ter a extensão que se deseja alcançar.

A noção de Domínio está relacionada com o âmbito do conhecimento ou da experiência humana e se caracteriza pela atenção dada aos limites de especialização, das práticas ou dos interesses próprios de uma comunidade de usuários, a ideia de Domínio não se restringe à de ciência ou disciplina. O Domínio se constitui em um universo autônomo e mais ou menos autossuficiente, que se apoia em uma estrutura de conceitos relacionados entre si sob uma perspectiva comum (BARITÉ, 2013).

Um Domínio é constituído e representado por um conjunto de termos, de procedimentos, de atividades e suas relações, e está relacionado à competência ou alçada de uma instituição ou indivíduo. Esse conjunto de termos são produzidos, utilizados e descritos pela comunidade discursiva em seus fazeres, com a finalidade de se comunicarem, podendo englobar em sua representação uma área específica de conhecimento, uma disciplina, uma organização.

Na área da Computação, o termo Análise de Domínio, conforme Alvarenga e Dias (2012) foi introduzido por Neighbors (1981, p. 1), que o definiu como “[...] a atividade de identificação de objetos e operações de uma classe de sistemas similares em um problema de domínio particular [...]”, caracteriza-se por preocupar-se com as ações e objetos que ocorrem em todos os sistemas em uma área de aplicação. Ao contrário da Análise de Sistemas, que se concentra em ações específicas de um sistema específico.

A partir da perspectiva da engenharia de *software*, para Prieto-Díaz (1990, p. 47), a Análise de Domínio é: “[...] um processo pelo qual a informação utilizada no desenvolvimento de sistemas informatizados é identificada, capturada, e organizada com o propósito de torná-la reutilizável quando da criação de novos sistemas”.

A reutilização de análises (de Domínio) voltadas para a organização e a estruturação de informações necessárias para a construção de sistemas de *software* é a melhor forma para atingir o reuso e não a simples reutilização de códigos (NEIGHBORS, 1981). O propósito principal da Análise de Domínio na área de computação é organizar e armazenar as informações básicas necessárias ao desenvolvimento de *softwares* voltados para domínios semelhantes, de forma a agilizar a criação desses novos *softwares*.

Prieto-Díaz (1990) propôs, no projeto CAMP/87 (*Common Ada Missile Packages*), uma metodologia envolvendo esquemas de classificação especializada provenientes da Biblioteconomia. O objetivo, ao gerar esquemas de classificação facetada, era criar vocabulários controlados para classificação e descrição de títulos em uma coleção de domínio específico. Uma das grandes contribuições de seu trabalho é a definição de *inputs* e *outputs* para o processo de análise de domínio. O projeto CAMP/87 é a primeira experiência em Análise de Domínio registrada, e a área de Ciência da Computação reconhece que esta é a parte mais difícil no momento de se estabelecer um programa de reuso de *software*.

Em seu estudo, Prieto-Díaz (1990) utiliza os termos *input* e *output* para referir-se aos produtos resultantes do estudo dos Domínios voltados para reuso de *software*. *Input* é a metodologia de Análise de Domínio, customizada para cada domínio específico, e *output* os Modelos de Domínio, a Taxonomia de Domínio, a Linguagem de Domínio, os Padrões de Domínio e seus componentes reutilizáveis.

O procedimento de análise de domínio é utilizado para identificar e documentar características comuns ou variáveis em um domínio específico (LISBOA *et al*, 2010). Na busca de um resultado efetivo, é necessário coletar e analisar diversas fontes de informação nesse domínio. Para atingir a meta de produzir modelos de domínio, devem-se encontrar modos de extrair, organizar, representar, manipular e entender informação reutilizável, para formalizar o processo de análise de domínio, e desenvolver tecnologias e ferramentas para apoiá-la.

Segundo Ribeiro (2012), o uso da Análise de Domínio serve como auxílio na delimitação do contexto em estudo e procura enfatizar os aspectos práticos e semânticos, incrementando o papel da sociedade e a existência de diferentes grupos de pessoas e diversos contextos. A ideia segundo a qual o conhecimento é influenciado, ou até mesmo determinado por seu meio social, não é nova, no entanto a transição da abordagem intuitiva para o estudo organizado e sistemático do conhecimento social é, segundo Burke (2003), frequentemente uma ação difícil.

A Análise de Domínio tem como principal objetivo identificar e organizar o conhecimento sobre uma determinada classe de problemas para suportar a descrição e a solução deles. Esse processo envolve aprendizado, existindo uma preocupação por capturar, coletar, organizar e modelar o conhecimento dentro de um determinado domínio de interesse (ROSETI; WERNER, 1999).

A utilidade da Análise de Domínio pode ser encontrada, a exemplo da pesquisa de Roseti e Werner (1999), na aquisição de conhecimento no campo dos Polímeros, visando a sua disponibilização para consulta, e também conhecimento para futuras pesquisas; na identificação de componentes reutilizáveis para o sistema de controle no Domínio de lojas; e na proposta de um processo para aquisição de conhecimento no Domínio legislativo.

Nos estudos de caso citados acima os autores apoiaram-se no processo genérico de Arango *et al*<sup>3</sup>, no qual, de acordo com Roseti e Werner (1999), as etapas da Análise de Domínio são: caracterização do Domínio e planejamento do projeto; coleta de dados; classificação de componentes de software e análise de dados; avaliação e disponibilização do Modelo de Domínio. Na mesma pesquisa, Roseti e Werner (1999) apoiaram-se também na filosofia do processo de aquisição de conhecimento de Scott *et al*<sup>4</sup>, na coleta de dados, envolvendo a análise de manuais e possivelmente documentos, entrevistas com especialistas, o exame das fontes de informação, entre outras técnicas.

Por fim, Roseti e Werner (1999) apresentam uma proposta de sistematização (Figura 1) que une o processo genérico de Arango *et al* e a filosofia

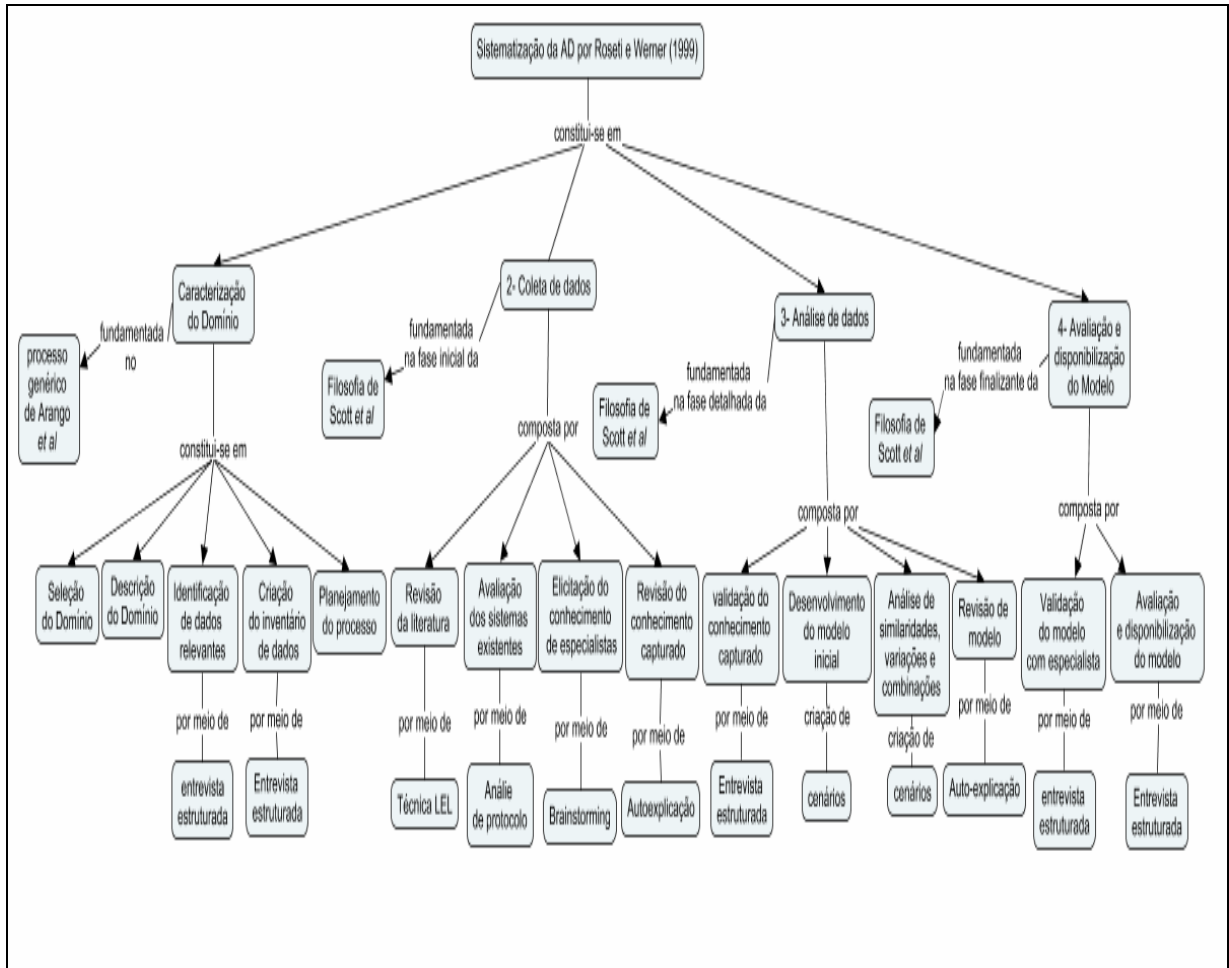
---

<sup>3</sup> ARANGO, G. *et al.* **Software Reusability**, Great Britain: Ellis Horwood, 1994.

<sup>4</sup> SCOTT, A.C. *et al.* **A Practical Guide to Knowledge Acquisition**. Great Britain: Addison-Wesley, 1991.

de Scott *et al*, e parecem cumprir o objetivo de planejar e controlar o levantamento de dados para a Análise de Domínio direcionada à área de Ciência da Computação.

**Figura 1 -** Exemplo de sistematização da Análise de Domínio na Área da Ciência da Computação



**Fonte:** Elaboração própria, fundamentada em Roseti e Werner (1999).

Evidenciou-se, no referido estudo, a importância do delineamento aprofundado do Domínio para o desenvolvimento de produtos informacionais derivados do conhecimento e a necessidade de sistematização de técnicas para a realização da Análise de Domínio.

A proposta de sistematização de Roseti e Werner (1999) inclui quatro fases:

- 1) Caracterização do Domínio, na qual se realiza a seleção do Domínio, a descrição e reunião de dados ou informações, cria-se um inventário com os dados coletados e planeja-se o processo da Análise de Domínio.
- 2) Reunião dos dados por meio de revisão de literatura, avaliação dos sistemas disponíveis, elicitação do conhecimento e sua revisão.
- 3) Análise e classificação dos dados.
- 4) Validação do conhecimento e o desenvolvimento de modelos iniciais de Domínio.

No âmbito da CI, a Análise de Domínio visa delimitar e compreender o conjunto de informações de um dado contexto, por meio da identificação e entendimento de padrões de comunicação e da relevância das informações. Nesse contexto, a ênfase recai sobre a dimensão social, histórica e cultural da informação.

Sendo uma das perspectivas teóricas mais respeitáveis para orientar os estudiosos da CI, a Análise de Domínio possui raízes que podem ser rastreadas até Jesse Shera. As práticas dos bibliotecários especialistas e dos documentalistas europeus já indicavam uma preocupação com a informação no contexto de uma comunidade (HJØRLAND; HARTEL, 2003, tradução nossa).

### 3.1 DOMÍNIO E COMUNIDADE DE DISCURSO

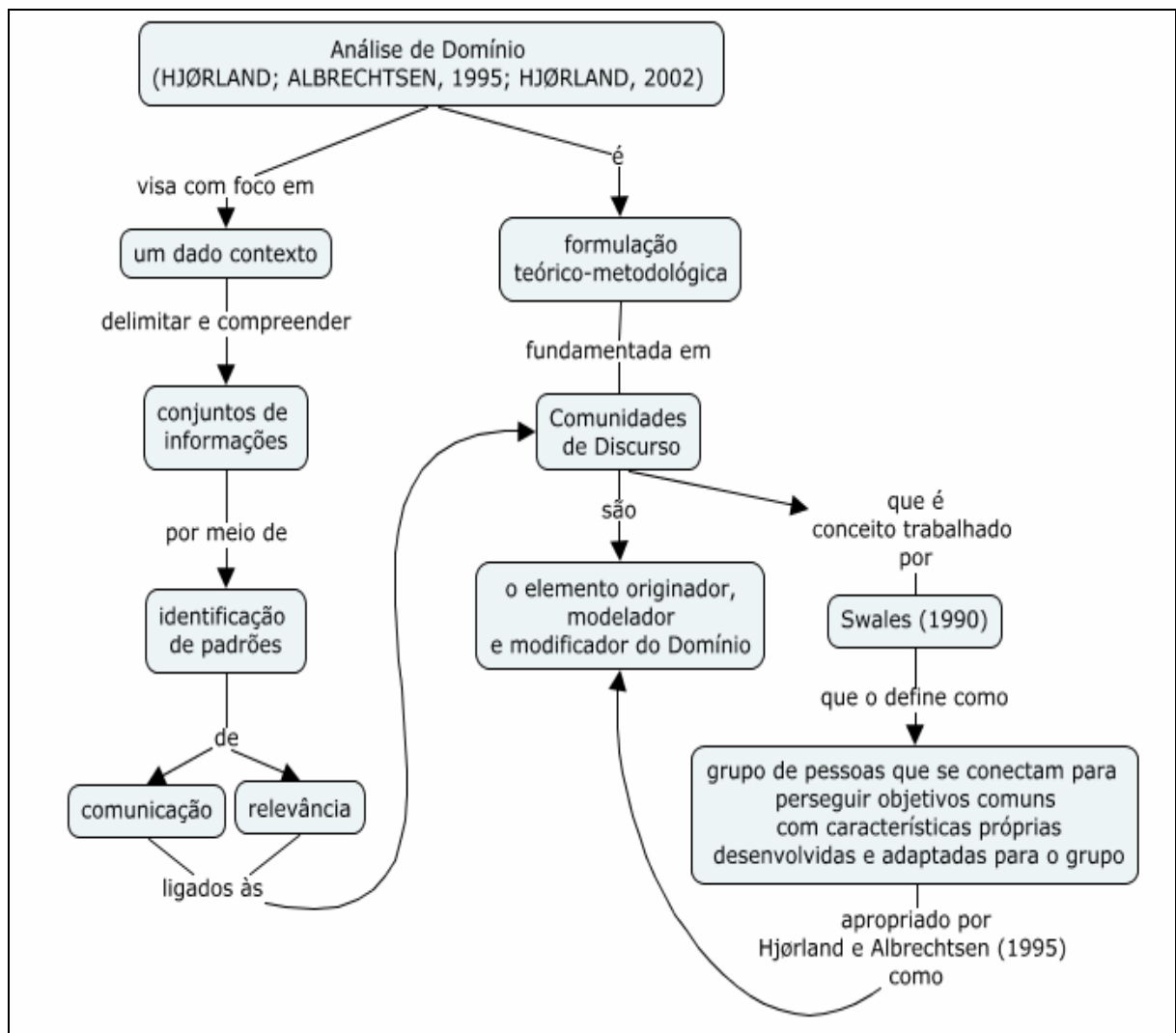
Proposta inicialmente na área de CI por Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa), a Análise de Domínio tem como princípio norteador a análise dos domínios de conhecimento, concebidos como comunidade de pensamento ou comunidade discursiva, onde a própria constituição do campo de conhecimento é moldada pelo discurso e *vice-versa*.

A abordagem domínio-analítica preocupa-se com a natureza do conhecimento, sua modularidade, constituída pelos diferentes domínios, coma

autonomia e explicitação de textos, e também outras formas de registro informacional, em discursos.

Para Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa), as comunidades discursivas possuem um papel na sociedade que se reflete na organização do conhecimento, na estrutura informacional, nas formas de linguagem e de comunicação e nos sistemas de informação, padrões de cooperação e critérios de relevância, por isso o estudo da informação relacionada a um determinado Domínio torna-se o estudo da comunidade discursiva. A seguir apresenta-se um mapa conceitual representando as linhas gerais que fundamentam a abordagem da Análise de Domínio (Figura 2).

**Figura 2 –** Linhas gerais da Análise de Domínio.



**Fonte:** Elaboração própria, fundamentada em Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa), Hjørland (2002, tradução nossa).

As influências que levaram ao desenvolvimento do conceito de comunidade discursiva podem ser traçadas até os pensadores relativistas ou social-construtivistas de nosso tempo, entre eles Wittgenstein (1958)<sup>5</sup>, Khun (1970)<sup>6</sup>, Foucault (1972)<sup>7</sup>, Rorty (1979)<sup>8</sup>, Fish (1980)<sup>9</sup> e Gertz (1983)<sup>10</sup>. O termo foi apropriado pelos perspectivistas sociais para seus diversos propósitos aplicados na pesquisa da escrita (SWALES, 1990).

O discurso, segundo Foucault (2008a), é um jogo de escritura, leitura e troca, no qual essa leitura e essa escritura utilizam-se dos signos. Os discursos devem ser tratados como conjuntos de acontecimentos discursivos que, na forma de acontecimentos, não é imaterial e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais.

Na visão de Foucault, o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta ou oculta o desejo, mas também aquilo que é objeto do desejo; o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta. Na comunidade de discurso as necessidades comunicativas voltadas para o cumprimento de metas ou objetivos tendem a predominar no desenvolvimento e manutenção de suas características discursivas, trata-se de um grupo de pessoas que se ligam em primeiro lugar para perseguir objetivos comuns. (SWALES, 1990 Tradução nossa).

O conceito de comunidade discursiva (*Discourse Communities*) tem fundamentação sócio-retórica, na qual as determinações primárias do comportamento linguístico são funcionais. Ocorre conseqüentemente uma inclinação a separar pessoas em grupos ocupacionais ou por interesses especializados, a socialização e solidariedade podem ocorrer, mas são secundárias para a formação de uma comunidade discursiva.

É importante salientar que na concepção de Swales (1990, tradução nossa) a comunidade de discurso não deve ser confundida com comunidades de fala (*Speech Communities*), que é um termo utilizado para referir-se a grupos que compartilham regras funcionais que determinam a adequação de declarações, de

---

<sup>5</sup> Investigações filosóficas.

<sup>6</sup> A estrutura das revoluções científicas.

<sup>7</sup> A arqueologia do saber.

<sup>8</sup> Há um texto nessa sala?

<sup>9</sup> Filosofia e o espelho da natureza.

<sup>10</sup> Conhecimento Local.

sentenças, possuindo enfoque comunicativo coletivo e solidário e tendência a agrupar pessoas em um plano geral, sendo fundamentadas na sociolinguística.

Swales (1990, tradução nossa) elenca seis características (Quadro 2) que considera necessárias para definir um grupo de indivíduos como uma comunidade de discurso.

**Quadro 2 –** Características das Comunidades Discursivas.

Número	Característica	Descrição
1.	Conjunto de objetivos públicos comuns de amplo acordo	O compartilhamento de objetivos e não do objeto de estudo é o critério para se conceituar um agrupamento como uma comunidade de discurso.
2.	Mecanismos de comunicação entre seus membros	Ex: reuniões, telecomunicações, correspondências, <i>newsletters</i> , conversas, entre outros
3.	Uso dos mecanismos participativos para troca de informação e <i>feedback</i>	A adesão a uma comunidade de discurso implica utilizar-se das oportunidades informativas disponibilizadas pelo grupo.
4.	Desenvolvimento de conjuntos de gêneros	Na promoção de seus objetivos, a comunidade de discurso desenvolve expectativas discursivas que podem envolver a apropriação de tópicos, a forma, a função e posicionamento dos elementos discursivos e os papéis que o texto desempenha no funcionamento da comunidade.
5.	Aquisição de léxicos específicos	Utilização de siglas e abreviações que são desenvolvidas para os objetivos comunicacionais de membros da comunidade discursiva, estas não são de fácil compreensão para novatos ou pessoas de fora da comunidade.
6.	Um limiar de membros com um grau adequado de conteúdo relevante e expertise discursiva	A sobrevivência da comunidade discursiva depende de uma boa relação percentual entre novatos e especialistas.

**Fonte:** Elaboração própria, fundamentada em Swales (1990, tradução nossa).

Um grupo de indivíduos, ainda que desempenhem os mesmos papéis profissionais, interajam discursivamente em escrita e fala com a mesma clientela, e respondam aos mesmos tipos de mensagens para os mesmos propósitos, mas que nunca interajam uns com os outros não constituem uma comunidade discursiva. Assim como um agrupamento de pessoas que possua um objeto de estudo comum não pode ser considerado comunidade discursiva, a menos que seu objetivo seja o mesmo. Ou seja, é necessário que a Comunidade Discursiva possua todas as características elencadas por Swales (1990, tradução nossa) para que possa ser assim denominada.

A visão de Domínio recai sobre o contexto social que processa e delimita as necessidades de busca e recuperação informacionais da comunidade que compõe o Domínio investigado, essa vista por uma perspectiva sistêmica que module todos os fluxos de informação que circulam no interior das comunidades discursivas e entre elas são úteis para gerir a informação que possui e seus integrantes (TIRADOR RAMOS, 2010, tradução nossa). A AD se interessa pelo modo como o conhecimento é construído nas comunidades discursivas na busca de objetivos comuns e pelas relações de seus indivíduos com os processos comunicativos, visando ao desenvolvimento de formas de organizar o conhecimento.

Ainda que o Domínio seja o foco principal e conseqüentemente não o indivíduo, a Análise de Domínio possui uma visão nos processos cognitivos individuais e no modo como esses processos cognitivos são mediados por significados construídos cultural, histórica e socialmente. A visão domínio-analítica não concebe, portanto, o usuário individualmente, mas sim como pertencente á diferentes culturas, estruturas sociais e domínios de conhecimento (HJØRLAND, 2003, tradução nossa).

A Análise de Domínio é capaz de unir diferentes subdisciplinas da Área de CI, tais como a Bibliometria, Organização do Conhecimento, Recuperação da Informação e Competência Informacional. O *corpus* teórico geral e a noção de domínio, entendida como comunidade unida por identidades comuns que possuem o sentido particular de representar uma informação, mantêm uma correspondência como objetivo fundamental da CI, o de participar e liderar todos os processos e fases do ciclo de vida da informação (HJØRLAND, 2003, tradução nossa; TIRADOR RAMOS, 2010, tradução nossa).

A aplicação da Análise de Domínio nos limites das disciplinas, subdisciplinas ou outros tipos de domínio, pelo seu enfoque nos discursos produzidos, realça o valor dos contextos históricos e sociais. Hjørland e Hartel (2003, tradução nossa) apresentam as dimensões ontológica, epistemológica e social como essenciais para se identificar uma determinada comunidade de discurso ou Domínio, essas são a fundamentação teórica e conceitual em que se apoia a abordagem domínio-analítica.

As teorias ontológicas descrevem e explicam a realidade e como é estruturada, por meio da análise das propriedades, estruturas e processos dos objetos da atividade humana e sua relação com a realidade. As questões

direcionadas ao domínio para identificar sua ontologia geralmente envolvem a explicação de termos como: áreas, domínios, elementos, campos, tipos, problemas, tópicos, assunto, entre outros (HJØRLAND e HARTEL, 2003, tradução nossa; TIRADOR RAMOS, 2010, tradução nossa). Nesta dimensão se estabelecem os conceitos relevantes do domínio e suas relações.

Epistemologia é o estudo do conhecimento e de como obtê-lo, tais como os papéis da observação, as análises teóricas, a linguagem, entre outros. Diferentes epistemologias têm diferentes visões dos papéis desempenhados pelas formas de se obter conhecimento. A dimensão epistemológica aplica-se com o objetivo de identificar a informação e o conhecimento que possuem os integrantes da comunidade de discurso.

A epistemologia considera a linguagem, as tradições, os paradigmas sob os quais enfocam o domínio, seus métodos ou valores, para isso pode utilizar-se de ferramentas para a análise de sua produção, seu desenvolvimento histórico e a sua posterior representação em ontologias (terminológicas) e taxonomias, visando identificar a cultura e as práticas do domínio (HJØRLAND e HARTEL, 2003 tradução nossa; TIRADOR RAMOS, 2010 tradução nossa).

A forma como o conhecimento é construído e tratado no interior da comunidade de discurso é influenciada pela teoria epistemológica predominante no domínio, nesse aspecto reside a importância de sua identificação. Conforme Hjørland e Hartel (2003, tradução nossa), epistemologia é um campo difícil de se adentrar, mas é muito importante para a CI e é uma preocupação central para a Análise de Domínio.

Na dimensão sociológica se identificam elementos do grupo sob análise como integrantes de uma realidade que se relaciona com a profissão, a especialidade, padrões de comunicação. Seu discurso é coletivo, aspectos da vida cotidiana, entre outros aspectos, assumem importância na formação e desenvolvimento da comunidade de discurso (HJØRLAND e HARTEL, 2003, tradução nossa; TIRADOR RAMOS, 2010, tradução nossa).

Visando à realização da análise de um Domínio, Hjørland (2002, tradução nossa) apresenta Onze Abordagens, as quais englobam atividades que permeiam todo o fazer da CI e são pensadas para conhecer e estudar o Domínio. A proposta do autor recomenda diversas formas pelas quais se podem iniciar o estudo de um Domínio.

Nessa direção, a atenção do pesquisador ou do profissional da informação responsável pela análise de um determinado Domínio volta-se para os instrumentos de Organização e Representação do Conhecimento, para estudos empíricos de usuários, estudos bibliométricos, estudo dos padrões de comunicação, a cognição profissional, entre outros aspectos.

As Onze Abordagens sugeridas juntas definem as competências específicas do Cientista da Informação. Estas podem ser utilizadas separadamente ou em conjunto, a aplicação de mais de umas delas pode promover uma compreensão mais profunda das dinâmicas subjacentes. Uma Análise de Domínio realizada no Domínio da Arte, por exemplo, pode mapear os diferentes atores envolvidos, as instituições e os processos de comunicação existentes no domínio, incluindo os artistas, os revisores de arte, os museus, os historiadores da arte, a literatura acadêmica, as bibliotecas e as bases de dados, entre outros aspectos (HJØRLAND, 2003, tradução nossa).

A seguir são elencadas as Onze Abordagens numeradas na sequência em que aparecem no artigo de Hjørland (2002, tradução nossa). Segundo o autor, a pesquisa em CI que combina essas abordagens e outras possíveis irá fortalecer a Área e a relação entre pesquisa e prática.

#### 1 - Produção de Guias de Literatura e “*subject gateways*”.

*Subject gateways* (Portais Temáticos) são, de acordo com Leitão (2004), serviços criados para servir as necessidades de informação da comunidade universitária. A característica principal deles é reunir recursos Web selecionados de acordo com critérios de qualidade e descrever essa informação por meio de linguagens de metadados estruturadas, disponibilizando o acesso por palavras-chave e estruturas temáticas de navegação em uma espécie de Portal direcionado a um domínio específico.

Conforme Hjørland (2002, tradução nossa), os guias de literatura são publicações que listam e descrevem o sistema de fontes de informação em uma ou mais áreas. Embora exista o problema da rápida obsolescência do material, considera-se que os guias de literatura ou de referência são importantes para conhecer as fontes de informação relevantes em um ou mais Domínios. A produção de guias de literatura voltados para campos de assunto ou Domínios pode trazer contribuições para a Organização do Conhecimento.

#### 2 - Construção de classificações especializadas e tesouros.

Para Hjørland (2002, tradução nossa), a maior parte da pesquisa em Classificação é sobre esquemas universais, pouco se tem feito a respeito de domínios específicos. A falta de interesse em pesquisar esquemas especializados de classificação, no entanto, tem reflexos na atualização e revisão dos esquemas universais.

Sistemas de classificação especializados existem e são construídos voltados para necessidades específicas; a falta de pesquisas sobre Domínios e como delimitá-los e interpretá-los resulta em esquemas baseados na prática e na intuição. Os sistemas de classificação e os tesouros consistem em conceitos centrais de um domínio arranjados conforme as relações semânticas existentes entre eles (HJØRLAND, 2002, tradução nossa).

Os tesouros são uma forma de vocabulário especializado, a metodologia para sua construção pode ser implicitamente considerada como uma forma de Análise de Domínio e para esse propósito existem orientações e parâmetros. A literatura sobre tesouros é, segundo Hjørland (2002, tradução nossa), maior e mais extensa em comparação com a das classificações especializadas.

Os estudos pioneiros em classificação de domínios de assunto são relacionados com a tradição analítico-facetada de Ranganathan. Esse tipo de classificação, baseada na filosofia racionalista, não se preocupa muito com as bases empíricas da classificação, conforme Hjørland (2002, tradução nossa), neste aspecto, os estudos bibliométricos são mais fortes.

### 3 - Indexação e recuperação especializadas.

A pesquisa em indexação, representação documental e recuperação deve ser capaz de avaliar más práticas e melhorá-las. Existe uma necessidade de fortalecer iniciativas de estudo e a criação de qualificação acadêmica especializada, uma vez que Indexação e Recuperação da informação são sempre específicas. O fluxo principal da CI tem ignorado o modo como diferentes domínios podem colocar diferentes demandas em sistemas de organização e recuperação de documentos (HJØRLAND, 2002, tradução nossa).

### 4 - Estudos empíricos de usuários.

Estudos de usuários que considerem a informação como uma variável, assim como o ponto de vista social e cultural na relação entre pessoas e a informação, representam uma importante abordagem para a Análise de Domínio em CI, desde que fundamentados em teoria apropriada. A questão de saber qual

informação é necessária para resolver um dado problema é de cunho teórico/filosófico e não psicológico e individual (HJØRLAND, 2002, tradução nossa).

#### 5 - Estudos bibliométricos.

De acordo com Hjørland (2002, tradução nossa), os estudos bibliométricos podem ser utilizados como uma ferramenta e método na análise de Domínio de diversas formas. A análise de co-citação, por exemplo, tem sido utilizada para criar mapas ou visualizações de áreas científicas, White e McCain (1998) explicitamente referem-se a sua abordagem como Análise de Domínio, citando Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa). A abordagem bibliométrica é forte porque mostra detalhes e conexões reais entre documentos individuais (HJØRLAND, 2002, tradução nossa).

#### 6 - Estudos Históricos.

Com exceção dos estudos voltados para a história da CI, os estudos históricos não são muito utilizados em nossa Área. Enquanto a história da Ciência em geral é muito ampla para ser considerada parte da CI, o mesmo não pode ser dito dos estudos históricos de domínios de assunto, tais como terminologia, categorias, literaturas, gênero, sistemas de comunicação entre outros.

Os estudos históricos de domínios de assunto podem ser vistos como abordagens para Análise de Domínio em CI, pois, quando se trata de compreender documentos, organizações, sistemas, conhecimento e informação, o enfoque e os métodos históricos são capazes de oferecer uma perspectiva mais coerente e contextual comparada aos estudos não históricos ou mecanicistas (HJØRLAND, 2002, tradução nossa).

7 - Estudos de documentos e gêneros (estruturas de informação, arquitetura da informação).

Devido à introdução de sistemas de recuperação de textos completos, sistemas de recuperação de passagens, assim como sistemas de hipertexto baseados em HTML na internet, os conceitos de arquitetura da informação, estrutura de informação e gênero tornaram-se importantes para a CI (HJØRLAND, 2002, tradução nossa).

Os estudos quantitativos e qualitativos de diferentes gêneros em diferentes comunidades podem prover serviços de informação mais ricos e diferenciados. O modo como documentos usuais são utilizados varia de domínio para domínio, não são raros os casos em que domínios específicos possuem

documentos únicos desenvolvidos, como adaptações às suas necessidades, como por exemplo os mapas em geografia, as partituras em música, entre outros (HJØRLAND, 2002, tradução nossa).

A prevalência de uns gêneros sobre outros em dado domínio certamente comunica algo a respeito deste domínio, que deve ser observado nos estudos informacionais voltados para a organização do conhecimento.

#### 8 - Estudos epistemológicos e críticos.

Todos os tipos de pesquisa são governados por diferentes tipos de suposições, cenários de conhecimento, teorias, esse conhecimento pode formar hierarquias de vários tipos. O estudo dos paradigmas parece importante porque eles representam os princípios mais gerais e teorias que podem explicar o comportamento da informação e prover orientações sobre o desempenho dos sistemas de informação.

A Organização do Conhecimento pode desenvolver-se a partir de amplas reflexões provenientes de outros campos de conhecimento envolvidos com o estudo do conhecimento no contexto sócio-histórico-cultural, desta forma reforçando a importância de estudos epistemológicos como base ou método para Análise de Domínio.

Estudos epistemológicos são estudos que examinam as premissas explícitas e as implícitas por trás da tradição de pesquisa, os quais, direcionados a domínios de conhecimento, fornecem informações sobre as fundações desses domínios e avaliações críticas de suas reivindicações de conhecimento (HJØRLAND, 2002, tradução nossa).

9 - Estudos terminológicos e linguagens para propósitos específicos, semântica de base de dados e estudo de discursos.

Segundo Hjørland (2002, tradução nossa), os profissionais da informação sempre tiveram uma relação íntima com problemas relacionados à terminologia, relações semânticas e problemas similares da natureza linguística. A construção de tesouros, preocupações com a eficiência na recuperação de linguagem controlada, assim como linguagem natural, são exemplos dessa relação.

A existência de escolas de pensamento em meio às Ciências Sociais traz uma problemática própria relacionada às questões de padronização terminológica. Suprimir a terminologia adotada em uma escola em detrimento de outra parece uma atitude positivista ao extremo, uma objetividade voltada a encarar

o fato de que a ciência é influenciada por seres humanos com diferentes experiências e conhecimento prévio é necessária (HJØRLAND, 2002, tradução nossa).

Deriva das questões levantadas acima a importância de um cuidadoso estudo epistemológico para o adequado tratamento da informação e para a organização do conhecimento em determinado Domínio

#### 10 - Estruturas e instituições em comunicação científica.

Uma dada disciplina pode ser modelada como um sistema de instituições, serviços e fontes de informação primária, secundária e terciária, intermediando produtores de conhecimento e usuários. O estudo da comunicação interna e externa entre domínios pode inspirar-se em diferentes tipos de teorias sociológicas, incluindo análise de discurso, teoria de sistemas ou teorias de auto-organização, como a de Leydesdorff (2001), ou o estudo de disciplinas a partir de uma perspectiva organizacional, de Whitley (2000), conforme Hjørland (2002, tradução nossa).

O estudo de estruturas da divisão interna de trabalho dentro de domínios e a troca de informação entre domínios oferece informação útil para o entendimento da função de tipos específicos de documentos e serviços de informação e para a construção de guias de literatura e possivelmente Sistemas de Organização do Conhecimento.

#### 11 - Cognição, Conhecimento Especializado e Inteligência Artificial<sup>11</sup> (IA).

De acordo Hjørland (2002, tradução nossa), o conceito de Análise de Domínio como utilizado em Ciência da Computação refere-se ao desenvolvimento de sistemas e engenharia de software, identificados para capturar, organizar e para tornar reutilizáveis as análises, e não os códigos.

A Análise de Domínio é utilizada para facilitar a criação de novos sistemas, focado em capturar tanto as semelhanças quanto as variáveis de sistemas no interior de domínios, para melhorar a eficiência do desenvolvimento e manutenção desses sistemas. Os resultados das análises coletivamente referidos como modelo de domínio, são capturados para reuso no futuro desenvolvimento de

---

<sup>11</sup> A Inteligência artificial relaciona-se ao desenvolvimento de programas de computador que tentam imitar a inteligência humana e as funções de tomada de decisão, proporcionando raciocínio e outras características humanas básicas (DICIONÁRIO DE INFORMÁTICA..., p.27)

sistemas semelhantes, mas não são observados como fontes de pesquisa para outros fins.

A aplicação da Análise de Domínio é menos abrangente nas áreas de Ciência da Computação, Cognição e Inteligência Artificial, embora várias formas de Análise de Domínio estejam presentes nessas áreas e ofereçam técnicas úteis que podem complementar outras abordagens de Análise de Domínio realizadas na CI.

É interessante verificar que as onze abordagens contemplam em maior ou menor grau atividades que sempre fizeram parte dos fazeres da CI, mas que não eram especificamente relacionados ou associados a estudos de Domínio. Para efeito de visualização geral, elaborou-se um mapa mental das onze abordagens de Hjørland (2002, tradução nossa), que se encontra no Apêndice B.

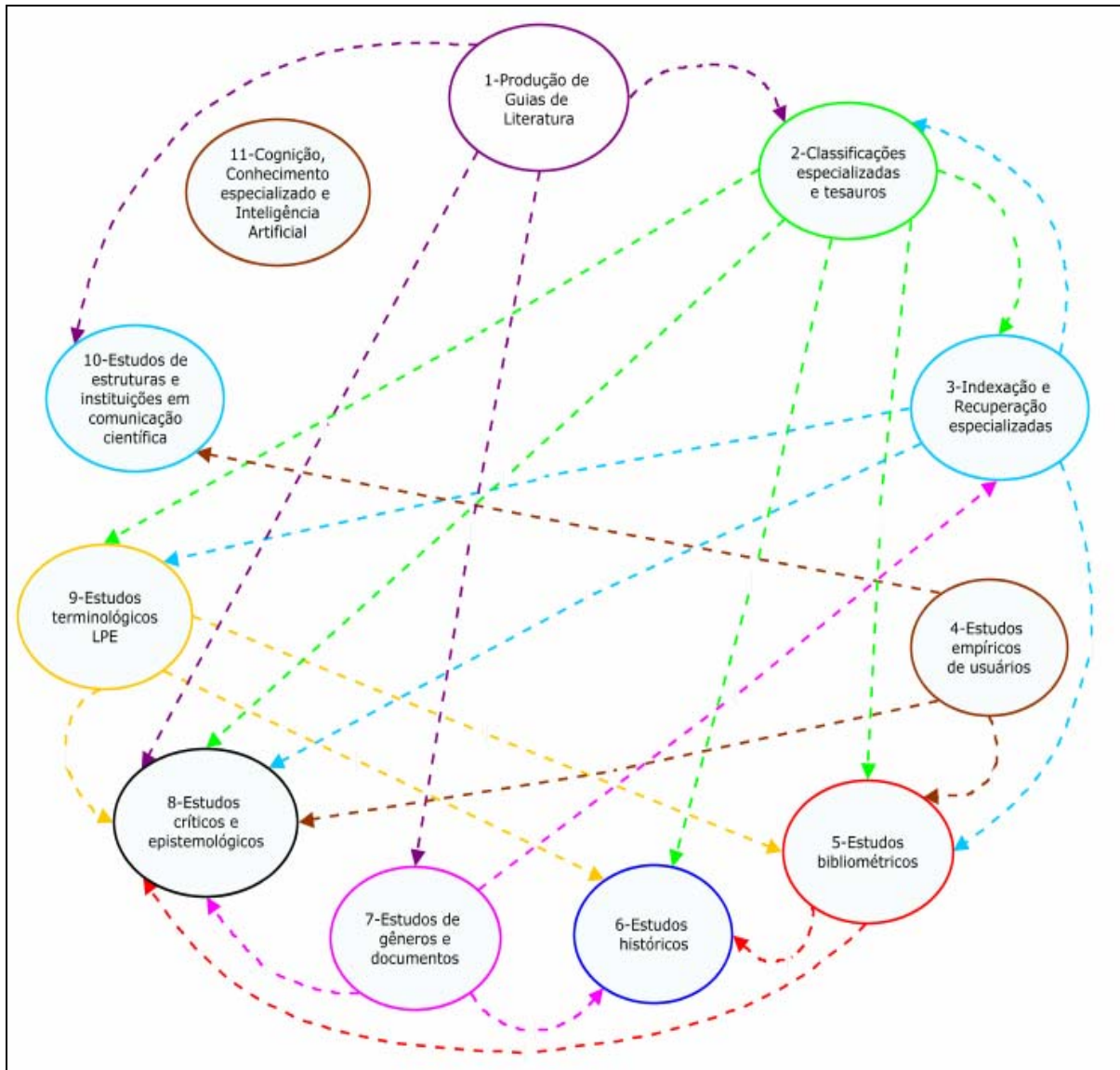
Os conceitos de domínio e análise de domínio na Ciência da Computação e na CI compartilham a visão básica de que sistemas de serviços devem refletir um domínio, no entanto, em CI, não se limitam ao desenvolvimento de sistemas baseados em computador, mas têm de entender diferentes disciplinas e grupos de usuários a partir de uma perspectiva humanista e sociológica. Quando se analisa um domínio atendendo as três dimensões teóricas identificadas, juntamente com as onze abordagens que as materializam, podem-se obter resultados que repercutam na elaboração, organização do conhecimento e gestão das informações das comunidades de discurso, por meio de técnicas bibliométricas de mapeamentos das ciências e das instituições.

Para Hjørland (2002; 2003, tradução nossa), não devemos tratar os domínios como fundamentalmente similares, uma abordagem teórica em CI deveria considerar diferentes comunidades discursivas, as onze abordagens elencadas podem estar implícitas na literatura da área de CI, mas não haviam sido sistematizadas antes.

As onze abordagens são a primeira tentativa de sistematização da Teoria Domínio Analítica, por meio da enumeração dessas abordagens e do esclarecimento de que pode haver outras. O que Hjørland (2002, tradução nossa) pretendia era fortalecer a identidade da CI e o relacionamento entre a pesquisa e a prática. Há, na forma como o autor indica, áreas de confluência entre as abordagens, uma tentativa de oferecer possíveis direcionamentos para serem postos em prática durante a Análise de Domínio.

Na Figura 3, a seguir, as onze abordagens estão relacionadas conforme as indicações de Hjørland (2002, tradução nossa), quando uma abordagem pode beneficiar-se do apoio das outras durante o processo de Análise de Domínio.

**Figura 3** – Relações entre as onze abordagens de Hjørland.



**Fonte:** Elaboração própria fundamentada em Hjørland (2002, tradução nossa).

A construção de guias de literatura (abordagem nº 1), para dar início a uma Análise de Domínio, pode apoiar-se no estudo dos sistemas de classificação, no estudo de documentos e gêneros, em estudos críticos e epistemológicos e no estudo de estruturas e instituições em CI, identificáveis dentro dos limites do Domínio a analisar. A produção de guias de literatura de qualidade oferece uma

estrutura de fontes de informação que permite uma visão sistêmica do conhecimento registrado existente no Domínio.

A pesquisa em classificação especializada e tesouros (abordagem nº 2) é considerada uma pedra fundamental em CI e pode beneficiar-se da utilização de diversas abordagens domínio-analíticas como ferramentas auxiliares que ofereçam um panorama mais completo do domínio a classificar. A análise dos produtos da indexação e recuperação especializadas (índices, listas de cabeçalho, listas de assunto, entre outros), juntamente com estudos bibliométricos, históricos e crítico/epistemológicos, além de estudos terminológicos e de discursos, acarreta uma classificação mais completa, estando relacionada diretamente ao Domínio classificado.

A indexação e recuperação especializadas (abordagem nº 3) são fortemente identificadas com o processo de classificação e beneficiam-se, da contribuição das mesmas abordagens. Os estudos históricos, conforme as relações estabelecidas por Hjørland (2002, tradução nossa) não possuem relevância acentuada para a indexação. Supõe-se que de alguma forma estes já estariam aplicados na base da classificação, que apoia a indexação.

Os estudos empíricos de usuários (abordagem nº 4) relacionam-se a estudos bibliométricos que podem oferecer mapas de uso para auxiliar na identificação da informação mais relevante ao usuário; estudos críticos e epistemológicos podem ser desenvolvidos buscando conhecer e analisar criticamente a forma como o conhecimento é obtido dentro da comunidade de discurso; e estudos de estruturas e instituições em comunicação são importantes para identificar padrões pertencentes a grupos específicos de usuários.

O desenvolvimento de estudos bibliométricos (abordagem nº 5) fundamenta-se nos estudos históricos e são grandemente influenciados pelas teorias epistemológicas predominantes no domínio. Os levantamentos bibliométricos contribuem para o desenvolvimento de estudos terminológicos, estudos de usuários, com a indexação e recuperação especializadas, e com o processo de classificação e construção de tesouros, pois oferecem uma importante perspectiva quantitativa, sob variados enfoques, a respeito do Domínio.

Para os estudos históricos (abordagem nº 6), Hjørland (2002, tradução nossa) não elenca quais abordagens poderiam contribuir, mas acredita-se que os estudos históricos envolveriam ao menos a identificação das outras

abordagens como fatores relevantes, ou não, para o desenvolvimento da análise do domínio.

A análise do contexto histórico de construção do Domínio acarreta uma perspectiva mais coerente para a compreensão de documentos, organizações, sistemas, conhecimento e informação.

A análise de documentos e gênero (abordagem nº 7) deve atentar-se para a epistemologia do domínio, que certamente influencia os registros documentais do domínio, bem como os gêneros predominantes. A indexação e recuperação especializadas apoiam os estudos da documentação presente, assim como os estudos históricos auxiliam na identificação de padrões de registro documental, que auxiliam a compreensão desses documentos e gêneros encontrados em um domínio.

Na abordagem por meio de estudos críticos e epistemológicos (abordagem nº 8), Hjørland (2002, tradução nossa) não associa a sua realização a nenhuma das outras abordagens. Ao contrário, a maior parte das abordagens é apoiada pelos estudos epistemológicos.

Parece claro que estudos críticos e epistemológicos evidenciarão automaticamente todas as abordagens encontradas no domínio a analisar e levariam em conta todas as variáveis pertinentes de acordo com o Domínio.

Nos estudos terminológicos, Linguagens para Propósitos Específicos e estudos de discurso (abordagem nº 9), os estudos bibliométricos, históricos e os estudos críticos e epistemológicos são citados por Hjørland (2002, tradução nossa) como contribuições importantes para o desenvolvimento desses estudos. O autor coloca o fundamento da construção de Classificações e tesouros e da indexação nos estudos terminológicos e não o contrário, mas é evidente que de acordo com o ambiente encontrado, levando-se em conta que já haja uma classificação e uma indexação estabelecidas o contrário também pode ocorrer e neste caso os estudos terminológicos apoiar-se-iam nas classificações e indexação, entre outros elementos.

Já nos estudos de estruturas e instituições em comunicação (abordagem nº 10) e na análise de domínio em cognição profissional e Inteligência Artificial (abordagem nº 11), não são citadas as possíveis contribuições, mas entende-se que o enfoque dessas abordagens certamente é múltiplo e pode beneficiar-se de várias das outras abordagens conforme a demanda do Domínio em análise.

O que se observa com as correlações entre as onze abordagens elencadas por Hjørland (2002, tradução nossa) é que não há uma regra clara para o desenvolvimento da Análise de Domínio, o que o autor nos oferece é um panorama geral e um marco teórico no qual busca mostrar que a preocupação com o Domínio pode e deve estar presente no momento de se pensar em sistemas de Organização do Conhecimento.

De acordo com Tennis (2003, Tradução nossa), as onze abordagens para a Análise de Domínio propostas por Hjørland (2002, tradução nossa) oferecem aos cientistas da informação as ferramentas para estudar o domínio, cada uma delas pode ser utilizada junto ou separadamente, no entanto não oferecem uma definição estruturada e uma delimitação sistematizada daquilo que se está analisando.

Tennis (2012) busca sanar essa deficiência ao aproximar a teoria da Análise de Domínio da realização concreta de estudos informacionais voltados para o Domínio. Nesse sentido, Tennis (2003, tradução nossa) apresenta o que se pode chamar de desenvolvimento da Análise de Domínio, propondo dois eixos que consistem em dispositivos analíticos que complementam a AD. São eles:

- Área de modulação, na qual, por meio de um enunciado, nomeia-se e delimita-se a extensão do domínio examinado, indicando o que está incluso ou não e como o domínio será chamado, e define termos e extensão do Domínio.
- Grau de especialização, que qualifica e marca a intenção do Domínio, pois pode não ser desejável, nem possível, descrever um domínio completo, por esse motivo é necessário qualificá-lo, o que diminui sua extensão e aumenta sua intenção, o qualificador do domínio é o foco dado à análise.
- 

A respeito do propósito da AD, Tennis (2012) apresenta os conceitos de análise de domínio descritiva e de análise de Domínio instrumental. Na AD descritiva, a estratégia predominante para seu desenvolvimento seria a criação de mapas bibliométricos, sugerida nas abordagens de Hjørland (2002, tradução nossa).

A AD Instrumental visa à construção de Sistemas de Organização do Conhecimento (TENNIS, 2012) e, nesse caso, é utilizada pelos cientistas da informação especializados, de acordo com cada projeto, seja em arquivos, bibliotecas, museus ou outras instituições que necessitem do levantamento de seu

Domínio para a criação de instrumentos que facilitem o uso e a circulação do conhecimento.

No desenvolvimento da AD é preciso esclarecer o que Tennis (2012) chamou de Gênero da AD, composto pelos elementos definições, escopo, alcance e propósito. As respostas para o que é, qual é, de que forma, o que está incluso, o que está excluído, definem o escopo e alcance do Domínio. Toda Análise de Domínio deveria possuir uma seção que esclareça e descreva o seu gênero de forma completa, contando com todos os elementos citados.

Para López-Huertas (2008, tradução nossa), se tomarmos o modelo Domínio–analítico como o ponto de referência para a construção de sistemas de indexação (Classificação) e recuperação da informação e aceitarmos que os domínios de conhecimento articulados (disciplinas, áreas especializadas e campos de assunto) são o objetivo desses sistemas e que esses domínios devem ser representados terminológica, conceitual e estruturalmente, o estudo aprofundado da dinâmica dos domínios seria um pré-requisito para a representação e organização do conhecimento realizar-se de um modo que seja compreensível e efetivo.

Ainda que a AD tenha o Domínio como foco principal e não o indivíduo, possui uma perspectiva nos processos cognitivos individuais, perspectiva esta chamada de sócio-cognitivismo, a qual está relacionada ao pragmatismo de John Dewey e à psicologia histórico-cultural de L. Vygotsky (HJØRLAND, 2003, tradução nossa).

A visão sócio-cognitiva, conforme Hjørland (2003, tradução nossa), enfatiza a internalização de sinais ou signos e símbolos culturalmente produzidos e o modo como processos cognitivos são mediados por significados construídos cultural, histórica e socialmente. Enfatiza também a forma como a construção do Domínio e seus processos cognitivos, comunicativos e informacionais harmonizam-se com o conceito de geração de conhecimento no interior das comunidades de discurso.

Partindo-se desse contexto, acredita-se que a abordagem da Análise de Domínio apresentada por Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2002), também chamada de paradigma sócio-cognitivo da CI, baseada no coletivismo e não no individualismo, oferece uma análise mais precisa do contexto histórico-social constituinte dos registros das atividades das instituições detentoras de arquivos, levando a um amplo conhecimento das variáveis envolvidas na construção do conhecimento e conseqüentemente em seus arquivos.

A natureza do processo de Análise de Domínio convoca uma variedade de questões multidisciplinares ligadas à aquisição de conhecimento, representação de conhecimento e metodologias para análise ou solução de questões sociais e culturais. Identifica-se na abordagem nº 2 – Classificações especializadas e tesouros – e na nº 7 – Estudos de documentos e gênero –, propostas por Hjørland, a possibilidade de conhecer/analisar a estrutura de conhecimento em arquivos, onde a Análise de Domínio contribui com fundamentação teórico-metodológica para o delineamento do saber institucionalizado.

Para que ocorra a comunicação do conteúdo informacional incorporado aos sistemas de informação e disponibilizado nos mais variados meios e suportes, é importante que o sistema de informação esteja amparado por instrumentos que harmonizem a linguagem eleita pelo sistema com a linguagem de busca utilizada pelo usuário de uma área especializada (CERVANTES, 2004). Conseqüentemente a investigação da área especializada, admitida como um Domínio, oferece a base para o delineamento de esquemas de classificação e demais instrumentos de consulta compatíveis com as necessidades do usuário desses sistemas de informação, entre eles os arquivos.

Para Ribeiro (2012, p. 2): “O entendimento de domínios do conhecimento, por meio do pensamento, do discurso e dos documentos, pode refletir o compartilhamento de conceitos entre os diferentes membros de uma comunidade”. Diante do exposto, entende-se que em relação às comunidades discursivas o discurso é formado por suas ações comunicativas, suas atividades, padrões e gêneros desenvolvidos e utilizados, pela troca entre especialistas e novatos, incluindo seu discurso profissional, pela criação e uso de gêneros próprios.

### 3.2 O DISCURSO DOCUMENTAL

A Linguística tem relutado em considerar as Linguagens para Propósitos Específicos (LPE) como objeto de estudo. A pesquisa empreendida em LPE parece estar mais associada com a instrução de tradutores, com a CI, com a tradução por máquinas e com o Processamento de Linguagem Natural do que com a Linguística (HJØRLAND, 2002, tradução nossa). A abordagem pragmática, funcional, sociolinguística ou discurso-analítica surge como um importante aspecto

que poderia fortalecer os estudos Linguísticos voltados para especialidades e da mesma forma os estudos Linguísticos contribuiriam com a CI na compreensão do discurso proveniente das comunidades discursivas, necessário para o desenvolvimento da Análise de Domínio.

A revisão de literatura empreendida por Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa,) indica o uso de termos como especialidade, disciplina, domínio, ambiente, como as unidades de estudo da AD e não os indivíduos. Os autores citam os trabalhos de Wilson (1993), Saracevic (1975), Rowley (1987) e Froehlich (1994), os quais identificam termos como '*speciality*', '*subject Knowledge view*', '*subject literature*', '*subject domain*', considerados como relevantes para as teorias da CI e do Conhecimento. Dessa forma identificando a importância da Linguagem e da Terminologia para o desenvolvimento de estudos voltados para o Domínio.

O foco recente em terminologia em CI é promissor de um ponto de vista domínio analítico (HJØRLAND, 2002, tradução nossa), a identificação dos termos e o estabelecimento de sua definição são passos importantes para se iniciar a compreensão de um Domínio. Teoricamente a natureza da abordagem Domínio Analítica está ligada a quatro premissas:

- Diferentes comunidades desenvolvem tipologias documentais específicas de composição mais ou menos diversas.
- As comunidades discursivas ou epistêmicas são influenciadas por várias normas e tendências, que podem influenciar a construção social de sistemas simbólicos, mídia, conhecimento, significado e distâncias semânticas.
- Documentos fundidos em bases de dados de informação perdem os significados de contextos anteriores. Os sistemas de organização e recuperação de informações deveriam ser desenvolvidos para lidar com essa perda de informação implícita, tornando-a explícita (semântica de base de dados).
- A linguagem e a terminologia são objetos importantes para a CI porque afetam nosso pensamento, afetando assim as questões que colocamos para as bases de dados, assim como os textos que buscamos.

A linguagem tem se tornado uma das mais dinâmicas ferramentas de muitas profissões em que o contato oral e escrito com o público em geral forma o núcleo do trabalho profissional. Telefonemas, reuniões, negociações e conferências se tornaram a pedra fundamental de contatos profissionais. Na maioria dos casos, esses eventos falados são intermediados, precedidos e seguidos de práticas escritas, levando a uma abundante produção de memorandos, relatórios, contratos, trâmites, entre outros. A comunicação efetiva em discurso é escrita, não apenas entre o grupo profissional, mas também entre diferentes grupos especializados e leigos, é absolutamente vital para a sociedade funcionar apropriadamente (NORDBERG; LINELL; GUNARSON, 1997).

A cooperação dos indivíduos na atividade humana é gerida e promovida por influências verbais mútuas, ação que Habermas (1987) chamou de agir comunicativo, que é orientado pelo entendimento, tem natureza social, preocupa-se com o processo do agir e ocorre por meio do discurso. As ações atribuídas a agentes singulares constroem-se a partir da atividade em funcionamento em meio às formações sociais e é no contexto dessas ações que se formam as capacidades mentais e a consciência desses indivíduos (BRONCKART, 1999).

Tornar-se um membro socializado de um local de trabalho requer que o novato adquira o discurso e os gêneros daquela comunidade, o gênero em um local de trabalho, seja em uma instituição pública ou privada, é formado pelos contextos sociais onde existe uma relação de mútua constituição entre gênero e contexto.

Para referir-se a categorias distintivas de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias, Swales (1990, tradução nossa) utiliza o termo gênero. Os gêneros podem variar de acordo com a complexidade ou propósito retórico, no grau de preparação, na forma ou meio pelos quais são expressos.

Bazerman (2006) descreve Gêneros como formas textuais típicas e inteligíveis, que estão relacionadas a outros textos e gêneros, e ocorrem em circunstâncias relacionadas a atividades geradoras de textos, que são fatos sociais. Nesse contexto, tipos específicos de texto fazem um percurso previsível e geram consequências características, são documentos e estruturas sociais altamente tipificados.

O gênero, segundo Swales (1990), compreende uma classe de eventos comunicativos cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos, os quais compõem a lógica subjacente ao gênero, esses propósitos são reconhecidos pelos membros especializados da comunidade de discurso relacionada.

Os documentos possuem características que dão indicações de seu gênero e de certo tipo de interação conosco, por exemplo, uma oferta de cartão de crédito que recebemos via correio, a qual podemos identificar sem abrir o envelope por meio de características reconhecíveis, tais como o a tarifa postal especial, o envelope padrão com janela transparente, entre outras, as quais estão ligadas às funções ou atividades realizadas pelo gênero (BAZERMAN, 2006).

A maior parte dos gêneros possui características que apontam para a espécie de texto, essas características estão intrinsecamente ligadas às funções e atividades principais realizadas pelo gênero. As características relacionadas à forma do texto e sua apresentação física são marcantes e, de certa forma, somos tentados a ver os gêneros como uma reunião desses elementos característicos, fato que induz a certas limitações de enfoque do gênero como conjunto de características (BAZERMAN, 2006), entre elas:

1 - Limita-se aos aspectos do gênero de que já temos conhecimento.

2 - Ignora a forma como cada indivíduo pode receber e interpretar os textos de formas diferentes, devido a seus conhecimentos sobre o gênero, a seus diferentes sistemas e a posições e atitudes que as pessoas apresentam em relação a determinados gêneros ou atividades desenvolvidas no momento.

3 - Tendência a visualizar os elementos do texto como fins em si mesmos, dando ênfase à forma em vez da atividade para o qual foi desenvolvido.

4 - A compreensão do gênero como um conjunto de características encobre a forma como esses elementos podem mudar em qualquer instância, ou com o passar do tempo e padrões evolucionais.

De acordo com Bazerman (2006), buscando minimizar as limitações acima relacionadas, há uma tendência a buscar abordagens que vão além da catalogação de elementos característicos, tais como o uso de conceitos analítico-linguísticos, retóricos ou organizacionais implícitos na análise do gênero. Além disso, busca-se considerar a forma como as diferentes situações e períodos variam, incluindo mais textos que podem ser considerados de mesmo gênero e, ainda,

considerar a possibilidade de existirem diferenças de padrões em um mesmo gênero, dentro de diferentes áreas ou campos.

Ademais, a crescente especialização ocorrida no séc. XVIII em escolas e universidades produziu muitos estudiosos com conhecimento limitado em comparação aos antigos, no entanto a menor amplitude de seus conhecimentos resulta em um maior aprofundamento. Há nesse aspecto um viés que distingue os conhecimentos produzidos e transmitidos por diferentes grupos sociais (BURKE, 2003). Consequentemente essas diferenças passam a influenciar pouco a pouco a forma de investigação do Conhecimento.

A *Royal Society* de Londres, conforme Burke (2003), exemplificando os conhecimentos provenientes de grupos sociais, publicou descrições dos conhecimentos especializados ou segredos de diferentes profissões ou ofícios, seguindo a epistemologia empirista de Bacon, que confiava que também os sábios poderiam aprender algo com as pessoas comuns. Uma forma de distinguir os conhecimentos é por meio de suas funções e usos, tornando-os uma questão política concentrada no caráter público ou privado e no valor mercantil ou social do conhecimento. A impressão reforça o valor comercial do conhecimento, visto que encorajava a comercialização de todos os tipos de conhecimento.

Sales (2011) identifica o Domínio da CI, no contexto dos fazeres profissionais, como sendo formado pelos contextos de produção, tratamento e uso da informação. As coletividades nesse contexto são formadas, nos âmbitos de produção, pelos autores; de tratamento, pelos intermediários/profissionais da informação; e de uso, pelos usuários. O reflexo dos discursos dessas coletividades forma, por conseguinte, o Domínio.

Conforme Wilson (2001, p. 56), “[...] o uso e o entendimento da linguagem servem ao mesmo tempo, como guias para a formatação de conceitos e como testes de conceitos já formados”. O processo de formação de conceitos ocorre na medida em que aprendemos a utilizar a linguagem para nos comunicarmos por meio de palavras, sendo na linguagem textual escrita, ou seja, na informação registrada, onde focalizamos o uso dos preceitos da Organização e Representação do Conhecimento, visando otimizar o uso e disseminação dessas informações.

Bronckart (1999) define texto como qualquer produção de linguagem situada, ou ação significativa, seja oral ou escrita, em que cada texto possui um modo de organização de seu conteúdo referencial e apresenta mecanismos

enunciativos destinados a lhe assegurar coerência interna, para esse autor, o texto é um produto da atividade em funcionamento gerado nas formações sociais, as condutas verbais são conseqüentemente concebidas como formas de ação.

A materialidade dos discursos da comunidade discursiva concretiza-se por meio da institucionalização e socialização do discurso na sua formalização em textos, em seu sentido amplo, incluindo escrita, visual, audiovisual (SALES, 2011). Os textos, nessa direção, são discursos materializados, institucionalizados e socializados por meio dos documentos.

O discurso documental pode ser visto como um saber científico que se constitui na relação com as instituições, com os sujeitos da ciência, no caso de pesquisadores estudando determinado tema de arquivo ou no arquivo, e com os meios de circulação do saber. Este discurso se materializa por meio dos textos documentais (NUNES, 2008). Para que as expressões se constituam em fonte de sentido, não basta identificá-las e agrupá-las, é necessário dispor os elementos/conceitos em relação uns aos outros de modo a obter um sistema unificado e dotado de significado, o que pode ser feito por meio da linguagem documentária.

Nunes (2008, grifo nosso) distingue o tipo de abordagem na pesquisa em arquivos entre percurso temático **no** arquivo e percurso temático **de** arquivo. O percurso temático no arquivo é aquele que se realiza em um ou mais arquivos para a composição de um *corpus* de análise, quando se busca em diversos arquivos documentos sobre um mesmo tema; já o percurso temático de arquivo é construído quase sempre ligado a uma instituição.

Nesse contexto, o que se estuda não é como um tema se apresenta no arquivo, mas como o arquivo se constitui por temas, como ele ordena, classifica e desenvolve um discurso com o uso das práticas documentais, busca-se explicitar, nesse caso, as bases linguístico-discursivas do funcionamento do arquivo em relação a ele mesmo.

O texto documental, no percurso temático de arquivo, produz um discurso sobre os objetos de arquivo, por meio de formas textuais e mecanismos linguísticos. As montagens ou divisões temáticas se estabelecem com o uso de nomeações, descrições, palavras-chave, classificações. A escrita do arquivo permite compreender os efeitos de sentido nele produzidos, as descrições seriam a escrita

horizontal e as classificações, listas de palavras, campos relacionais a escrita tabular (NUNES, 2008).

Sales (2011) indica que o entendimento dos domínios como reflexo do discurso, sua materialização na forma de texto e sua institucionalização em forma de documento possibilitam o tratamento desses documentos pela CI, visando conhecer o domínio. Nesse contexto, o tratamento dado aos recursos informacionais e os processos de organização da informação e Sistemas de Organização e Representação do Conhecimento podem evidenciar a forma como o conhecimento é produzido e organizado no âmbito de um domínio, além de aperfeiçoar sua disseminação.

Um domínio revela informações sobre uma determinada comunidade de discurso, suas atividades e as fronteiras entre campos do conhecimento, disciplinas ou organizações e segmentos econômicos, culturais ou sociais. Hjørland (1996, 2000, tradução nossa) afirma que os recursos informacionais devem ser tratados, ou seja, identificados, descritos, organizados e disseminados para servirem a um objetivo específico. Esse pode ser definido ao longo do levantamento das informações relevantes para aquele domínio.

Negreiros (2008) realiza uma aproximação entre a abordagem social de Hjørland (2002, 2003) e a teoria e a prática arquivísticas, abrindo caminho para a realização de maiores estudos sobre o assunto:

[...] esforçando-se para identificar as instituições públicas e privadas, produtoras de documentos como domínios específicos, que produzem documentos decorrentes de suas atividades e funções; possuem terminologia especializada; requerem análises estruturais e históricas para a determinação da organicidade dos documentos e estabelecimento de princípio de proveniência; abrangem uma comunidade de usuários com necessidades de acesso a documentos e necessidades informacionais complexas e específicas; e utilizam sistemas inteligentes para a recuperação e organização de documentos arquivísticos (NEGREIROS, 2008, p. 81).

Considerando o arquivo como um domínio e seus processos como verdadeiras análises de domínio, Alvarenga e Dias (2012, p. 9) concluem em suas observações que: “De forma bastante empírica pôde se elucidar que princípios que regem a gestão arquivística têm relação estreita com a análise de domínio e do conhecimento nas empresas [...]” Dessa forma torna-se necessário buscar formas

de identificar o discurso documental, para entender a formação de uma comunidade discursiva no domínio da Arquivística.

Na próxima seção aborda-se a importância dos Arquivos e o desenvolvimento da Arquivística, assim como o Ciclo Documental e a Classificação Documental para a Organização do Conhecimento.

## 4 O DOMÍNIO DA ARQUIVÍSTICA

Esta seção trata da Arquivística, apresentando um breve histórico de seu desenvolvimento, e de sua aproximação com a Biblioteconomia e Documentação e com a Organização do Conhecimento, por meio da classificação, que é parte fundamental do tratamento documental.

Os arquivos originam-se do registro de atividades e têm a função de servir a propósitos variados, de acordo com a necessidade de se conhecer a informação contida nesses registros. O usuário da informação utiliza-se do arquivo na busca desses registros de fatos e atividades, nesse sentido, o arquivo é fonte primordial de conhecimento, mas encontra-se inerte, pois necessita ser, de alguma forma, estruturado.

Levando-se em conta seu conteúdo informacional, além de organizar os documentos físicos e eletrônicos e indicar sua localização no arquivo o PCD de arquivos pode contribuir para a identificação e entendimento das estruturas de conhecimento existentes nesse ambiente. Para tanto é necessário apresentar as informações de forma compreensível, relacionando as informações acumuladas organicamente, de modo a evidenciar o conhecimento intrínseco contido nos arquivos.

O ambiente arquivístico brasileiro é formado pelos arquivos nos setores de trabalho e, na maioria dos casos, por massas documentais acumuladas (SOUSA, 2006). Referidos arquivos usualmente ficam sob responsabilidade setorial e as informações contidas nos documentos se perdem devido à grande quantidade existente e à falta de instrumentos de pesquisa e de um método para análise das informações.

Corroborando tais constatações, Moreno (2008, p. 86) assinala que:

O que se detecta na atualidade é que as organizações, com ou sem fins lucrativos, apresentam, em sua maioria, burocracia excessiva em seus funcionamentos, fluxo de trabalho mal desenhado, produção de grande quantidade de documentos desnecessários, muitas vezes inúteis e em duplicidade, o que leva a um escasso uso dos documentos arquivísticos no interior dessas organizações.

A forma de organização das informações arquivísticas nas instituições públicas e privadas tem estimulado uma imagem deteriorada, por falta de

cuidados, dos arquivos dessas instituições, em que os documentos são muitas vezes depositados, neste cenário as informações ficam dispersas, não constituindo uma estrutura preparada para consulta. Dessa forma o conhecimento útil para a comunidade muitas vezes não é acessado por falta de uma sistematização que vá além do procedimento de organizar a documentação.

A história da sistematização do conhecimento arquivístico como campo do saber estruturado tem início a partir da Revolução Francesa; foi a partir desse importante marco histórico que a preocupação com a conservação e proteção de documentos tomou maior proporção.

O pensamento arquivístico pode ser visto ao longo do séc. XIX, e certamente durante o séc. XX, como em constante evolução, mudando conforme se adapta a mudanças radicais na natureza, com a criação dos documentos, nos sistemas de guarda e uso dos documentos e de acordo com a tendência cultural, legal, tecnológica, social e filosófica na sociedade (COOK, 1997, tradução nossa).

A partir da criação do Arquivo Nacional da França em 1789, os arquivos da administração passaram a ser recolhidos e centralizados com o objetivo de salvaguardar os documentos do regime. Outros arquivos nacionais foram criados ao longo do tempo, visando preservar registros das administrações para fins históricos, muitas vezes com o intuito de aumentar o poder de seus criadores. Os arquivos nasceram, portanto, com uma vocação voltada para servir à história, conforme afirma Cook (1984, p. 26, tradução nossa):

Como é sabido, a Revolução Francesa teve um profundo efeito sobre a percepção dos primeiros documentos que, até aquele momento, ainda eram vistos como evidências e registros dos escritórios de origem e ainda eram mantidos por eles - ainda, pelo menos em teoria, 'ativos'. Em uma tacada, a criação dos Archives Nationales separou os antigos registros de suas raízes, colocou-os em arquivos comuns, e, com efeito, rotulou-os de 'históricos'.

A criação dos arquivos nacionais ocasionou uma descontextualização dos arquivos em relação à sua origem, uma vez que os documentos eram transferidos ao Arquivo Nacional, inicialmente, sem a preocupação com a manutenção de sua ordem original e de sua proveniência. Para sanar esse problema, em 1841, Natalis de Wailly promulgou em uma circular, por meio do ministro Duchâtel, o que seria o princípio de respeito aos fundos ou princípio da proveniência (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Durante o período de formulação e consolidação da disciplina e campo de atuação da Arquivística, os usuários predominantes dos arquivos eram os historiadores que viam a escrita da história como fatos do passado e os documentos de arquivo serviam como base para essa atividade, dando início à prática arquivística moderna. Alguns dos preceitos presentes no modo como os arquivistas irão arranjar e descrever os documentos ao longo do Século XIX são reflexo das necessidades e formas de acesso e uso voltados para os historiadores (BARROS; MORAES, 2013).

O princípio da proveniência origina-se, desse modo, a partir de uma orientação que alertava para que os arquivistas não misturassem documentos provenientes de diferentes indivíduos, famílias ou instituições. Por este documento a proveniência, e não o assunto, é que deve ser considerado em primeiro lugar quando se realiza o arquivamento (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

De acordo com Delmas (2010, p. 85), o “[...] ofício de arquivista desenvolveu-se paralelamente à história [...]”, ao arquivista cabia (e ainda cabe) reconstituir o contexto dos documentos e identificá-los, tornando-os acessíveis e compreensíveis ao pesquisador, e úteis à pesquisa científica. Nesse percurso, o documento passa de “matéria inerte”, de rastro do passado, para um “tecido documental”, que deriva e justifica a escrita da história a partir de uma materialidade documental constituída de unidades, conjuntos, séries, relações (FOUCAULT, 2008b, p.8).

Os princípios arquivísticos, apesar de alguns precedentes obscuros, foram articulados em detalhes no séc. XIX na França e Alemanha. Entretanto os tratados importantes que trouxeram esses princípios para atenção do mundo foram escritos por arquivistas holandeses, Ingleses e Italianos (COOK, 1997, tradução nossa).

Entre eles o lançamento de *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*, de Muller, Feith e Fruin, em 1898 (conhecido como Manual Dos Arquivistas Holandeses) é importante por ser o primeiro e por ter sido traduzido para diversas línguas, entre elas o Português. Este tratado marca a libertação da arquivística da posição de disciplina auxiliar da História, nele cada uma das 100 regras presentes foi discutida formalmente pela Associação dos Arquivistas Holandeses e contou com a colaboração dos Arquivos do Estado dos Países Baixos e do Ministério do Interior Holandês.

O Manual dos Arquivistas Holandeses é também descrito em um dos estudos RAMP<sup>12</sup> como um guia para o arranjo e descrição de arquivos, baseado no princípio da proveniência, e tornou-se uma referência clássica como um manual prático, embora desatualizado (COOK, 1997, tradução nossa; RASTAS, 1992, tradução nossa).

A principal contribuição dos Holandeses foi a articulação dos mais importantes princípios relativos à natureza com o tratamento dos arquivos, os princípios da proveniência e da Ordem original (COOK, 1997, tradução nossa). Vinte e quatro anos depois do livro holandês, Hilary Jenkinson (1922) produziu o segundo grande tratado sobre a teoria e a prática de arquivo, defendendo os arquivos como prova imparcial e o arquivista como guardião das provas (COOK, 1997, tradução nossa).

Para Jenkinson (1992, tradução nossa), os documentos de arquivo como produtos naturais das administrações e evidência de atos e transações não deveriam sofrer intervenção por parte do arquivista, no que concerne a avaliação e seleção. A tarefa do arquivista era de guardar e proteger a ordem original estabelecida pelos administradores no contato diário com os documentos.

O campo de estudos da Arquivística passou, no final do século XX, por uma fase produtiva, em busca de cientificidade e especificação de seu objeto e método, Lopes (1998) dá ênfase a três principais correntes de pensamento arquivístico: a Arquivística Tradicional, de origem francesa; o *Records Management*, originário dos Estados Unidos da América; e a Arquivística Integrada, desenvolvida no Canadá. A Arquivística é constituída basicamente a partir dessas três correntes de pensamento, não descartando a existência de estudos importantes provenientes da Europa de língua espanhola e portuguesa.

A Arquivística Tradicional ou Arquivística Europeia, voltada para os arquivos históricos, evoluiu após a Revolução Francesa, quando ocorre a institucionalização dos arquivos privados. Os documentos recolhidos de arquivos governamentais, administrativos, judiciais e eclesiásticos aos Arquivos Nacionais tornam-se públicos, de livre acesso e disponíveis para os cidadãos (OHIRA, 2000).

---

<sup>12</sup> RASTAS, Pirkko. Manuals and textbooks of archives administration and records management: a RAMP study. General Information Programme and UNISIST United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Paris, 1992. Trata-se de um estudo exaustivo dos livros texto, considerados didáticos e de manuais de arquivística, que apresentam um panorama da teoria arquivística publicada.

Em decorrência da instituição dos Arquivos Nacionais, que modificou toda a estrutura de organização nos arquivos ao estabelecer a centralização dos conjuntos documentais anteriormente dispersos nos arquivos administrativos privados e também nos arquivos pessoais, a responsabilidade com o patrimônio documental do passado e com a produção futura de documentos passa a ser do Estado.

O Arquivo Nacional, além de reunir a documentação de interesse do Estado, era responsável por regulamentar e estabelecer parâmetros e metodologias que seriam utilizados por toda a administração. Esta corrente é fundamentada no tradicional paradigma historicista, custodial e tecnicista da Arquivística (BARROS, 2010; RIBEIRO, 2011).

Conforme Cook (1997) os arquivistas americanos começaram sua atividade profissional encarando uma crise em formação. Quando o Arquivo Nacional de Washington foi criado, em 1934, herdou uma impressionante quantidade de documentos federais, cerca de um milhão de metros lineares, com uma taxa de crescimento de mais de sessenta mil metros anuais, essa taxa passou para seiscentos mil metros anuais após a Segunda Guerra Mundial, fase que ficou conhecida como explosão documental.

Diante da impossibilidade de guardar toda a produção documental, a crítica à visão Jenkinsoniana de que não deveria haver intervenção do arquivista sobre os documentos antes de seguirem para o arquivo permanente foi inevitável. Destas preocupações surgiu o conceito de ciclo de vida dos documentos, para o qual os documentos eram primeiramente organizados e ativamente utilizados por seus criadores, então guardados por um período adicional, em que o uso era menos frequente e, finalmente, quando seu uso operacional fosse totalmente encerrado, tais documentos eram selecionados como arquivisticamente válidos e transferidos para arquivos ou considerados como não arquivísticos e destruídos (COOK, 1997, tradução nossa).

A consequência desses fatos foi a emergência da profissão americana de *Records Management* e a reorientação fundamental da profissão arquivística na América do Norte (COOK, 1997, tradução nossa). Os *Records Managers* são tradicionalmente chamados no Brasil de gestores de documentos, esse termo está associado à gestão de documentos de arquivos correntes. O *Records Management* desenvolveu-se nos Estados Unidos da América, por razões

de ordem pragmática, com um estreito vínculo com a administração, apresentava, segundo Ribeiro (2011, p. 61), um “certo repúdio pela arquivística”, considerada como disciplina auxiliar da História.

A separação que se estabeleceu entre *records e archives*, ocorrida nos EUA, foi benéfica para controlar o crescimento exponencial do volume documental criado principalmente após o período da Segunda Guerra Mundial, no entanto levantou preocupações com o descarte de documentos de valor histórico, que eram avaliados pelos *Record managers*, visando à diminuição da massa documental, não havendo preocupação, ou mesmo expertise, voltada para a conservação dos documentos de valor histórico. Esse fato gerou, particularmente na tradição anglo-saxônica, novas preocupações teóricas, que culminaram no desenvolvimento da Arquivística Integrada.

A partir da década de 1950, os trabalhos desenvolvidos nos arquivos nacionais americanos apoiados nos preceitos de Schelleberg, entre outros, aproximam a Arquivística da administração e gestão e de áreas afins, relacionadas a tecnologias computacionais (BARROS; MORAES, 2013). A inclusão do direito à informação, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo XIX), torna o acesso aos arquivos um direito democrático dos cidadãos, não mais uma reivindicação da pesquisa científica ou histórica (OHIRA, 2004).

Lopes (1996) resume a proposta teórica de Rousseau e Couture (1994) com ênfase na adoção da informação registrada, com características arquivísticas como objeto de pesquisa e de trabalho; na busca de parcerias com outras disciplinas, tais como biblioteconomia, Ciências da Informação, administração, informática e história; na pesquisa teórica e aplicada nos domínios do trabalho arquivístico; no estímulo à formação de profissionais de alto nível. Nas décadas de 1970 e 1980, as políticas e métodos desenvolvidos por autores da tradição Australiana contribuem também para o movimento de desvinculação da Arquivística da História (BARROS; MORAES, 2013).

A Arquivística Integrada proposta por Couture, Ducharme e Rousseau (LOPES, 1998), no final da década de 1980, é voltada para o tratamento global da informação, desde sua origem administrativa até sua destinação final, que pode ser o arquivo histórico ou a eliminação. O foco de seus estudos reside na informação orgânica, as principais características da informação orgânica é que ela deve ser registrada e ser resultado do cumprimento da missão da organização, a

organicidade dessa informação revela o inter-relacionamento e o contexto de existência e de criação do documento.

Nas décadas de 1980 e 1990 inicia-se uma reconfiguração da área e à medida que a realidade administrativa e as tecnologias de comunicação são difundidas de forma mais intensa, uma aproximação com a Biblioteconomia, a Informática e a CI é ensaiada, até atingir o auge da disseminação do uso de computadores pessoais na década de 1990 (BARROS; MORAES, 2013).

No Brasil o tratamento dado aos documentos e aos arquivos passou por diversos momentos, segundo Côrtes (1996), mudando de acordo com o cenário político e as mudanças na Constituição do País. Desde a criação do Arquivo Imperial, passando pela Ditadura Militar e questões técnicas durante a década de 1970 até chegar à problemática do acesso público a documentos do Estado, discutida na Constituição Federal de 1988, ocorreram discussões que só chegaram a termo com a regulamentação da Lei 12.527, em 12 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação.

Conforme Lopes (1996), as práticas arquivísticas no Brasil existem há mais de um século, o Arquivo Nacional foi criado em 1838, nos moldes europeus, durante o processo de construção do Estado Nacional Brasileiro, mas antes disso já existiam arquivos Públicos em algumas províncias.

No Brasil colônia o centro gerador dos documentos era Portugal, por esse motivo não havia estímulo à produção de documentos. Quando a Família Real se instala no território brasileiro, e começa uma preocupação com a produção de documentos e em 1835 cria-se o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, com a função de guardar a documentação gerada por essa administração. Mais tarde, no Brasil República, a vida dos arquivos sofre certa instabilidade ao acompanhar os processos de centralização e descentralização da vida político-administrativa brasileira (LOCKS; CHANEM, 1986).

Os Arquivos Públicos, Segundo Bellotto (2007, p.114), recolhem e tratam os “documentos inativos gerados ou recebidos pelos órgãos constituintes, no nível de ministérios, secretarias e autarquias, respectivamente do Poder Executivo federal, estadual ou municipal”. O reconhecimento dos Arquivos Públicos como instituição no Brasil que ocorreu após a criação do arquivo Nacional não contou com o incentivo à criação de Arquivos Públicos nas províncias, o que ocorreu apenas no

período da República, quando o ideal federalista e descentralizador concordava com a desejada autonomia dos Estados-membro (CÔRTEZ, 1996).

A Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de arquivos públicos e privados encontra-se em processo de reformulação, no qual ocorreu uma consulta pública promovida pelo CONARQ a respeito das alterações consideradas necessárias pelos profissionais arquivistas, estudantes e pela sociedade como um todo.

A Nova Redação proposta e aprovada na 72ª Reunião Plenária do CONARQ foi encaminhada para o Ministério da Justiça. Os principais pontos do projeto de alteração dizem respeito à explicitação de impedimento à Terceirização da guarda e preservação de documentos permanentes de caráter público; à desvinculação do CONARQ do Arquivo Nacional e sua subordinação dentro da estrutura administrativa do Estado; à criação de um Fundo de Nacional de Arquivos para tratar da institucionalização de um programa de fomento à institucionalização, organização e modernização de Arquivos Públicos; e à conceituação de Instituição arquivística Pública (BRASIL, 2014).

De acordo com a proposta de consolidação da Lei 8.152, de 8 de janeiro de 1991, Instituição Arquivística Pública é aquela que tem por finalidade orientar, coordenar e acompanhar as atividades de gestão, recolhimento, preservação, acesso e divulgação dos documentos de arquivo produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos e entidades no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício de suas funções e atividades. Em suas específicas esferas de competência, referida instituição deverá ser instituída em nível estratégico do Poder Público e observar as deliberações aprovadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (BRASIL, 2014).

O Arquivo Público é o órgão gestor de documentos de caráter público, sejam os produzidos para cumprir suas funções e desempenhar suas atividades ou os que são recebidos em função delas, ou ainda aqueles que adquirem caráter público devido a seu valor para a sociedade.

A organização das instituições arquivísticas públicas é uma das formas de viabilizar o acesso a documentos que dizem respeito ao Estado e aos cidadãos. O aumento da consciência dos cidadãos do seu direito de acesso a esses documentos torna os Arquivos Públicos Estaduais indispensáveis,

consequentemente as Constituições brasileiras passam a atentar para a guarda e preservação de documentos (CÔRTEZ, 1996).

A preocupação com o estabelecimento de normas para a gestão, organização e preservação e acesso aos documentos é um reflexo dessa consciência. Os documentos acumulados pelas ações do Estado refletem, em grande parte, a estrutura da sociedade, uma vez que as ações do Estado são desencadeadas para atender a necessidades ou reivindicações da sociedade e são, portanto, relacionadas a como esta sociedade vive, trabalha e se desenvolve.

#### 4.1 O CICLO DOCUMENTÁRIO E OS ARQUIVOS

No contexto da CI, documento é qualquer objeto que fornece um dado ou uma informação e pode ser diferenciado de outros documentos conforme suas características físicas, sejam o material de sua constituição, natureza, tamanho, peso, forma de produção, suporte, entre outras. Além disso, as características intelectuais, de assunto, objetivo, conteúdo, originalidade, entre outras, também são utilizadas para diferenciar os documentos (FEITOSA, 2006).

O documento de arquivo, entretanto, é diferenciado por meio de sua proveniência e da função para a qual foi criado, outra característica essencial do Documento de Arquivo é sua organicidade. A proveniência e a organicidade são os parâmetros essenciais utilizados para classificação em arquivos, pois o documento de arquivo não pode ser plenamente compreendido isoladamente, sem o registro de sua organicidade e sem a noção de sua proveniência ele perde seu sentido de existência.

Neste contexto, Sousa (2012, p. 80) adota ideia semelhante ao afirmar:

O documento arquivístico é um artefato humano com pressupostos e características específicas. O ambiente e o conteúdo são delimitados e definidos pelo sujeito acumulador, que pode ser uma pessoa física ou jurídica (organização). Ao contrário daqueles encontrados em bibliotecas, por exemplo, os documentos arquivísticos não constituem um conjunto formado com uma finalidade específica: eles representam o produto da atividade do sujeito acumulador.

Por consequência, a classificação é imprescindível para a apreensão plena dos documentos de arquivo, tanto para quem os organiza como para quem os consulta.

A sociedade desempenha seu comportamento e configura suas alternativas de troca a partir da informação que possui sobre a realidade, por isso a informação documentária, desde sua aparição com a invenção da escrita, converteu-se em um instrumento básico para a administração das instituições humanas e de sua vida social e desenvolvimento. Sendo o conhecimento a matéria básica que compõe a informação, a transmissão de conhecimento para a geração de novo conhecimento é um objetivo que dá sentido ao Ciclo da Informação Documentário (ESTEBAN NAVARRO, 1999).

O Ciclo Documentário em uma unidade de informação é o conjunto de operações de tratamento dos documentos organizado como um sistema em que os documentos entram por um lado, passam por processamento e saem na forma de produtos documentários do outro lado, esses produtos são utilizados em atividades de pesquisa e retornam ao sistema na forma de novos documentos. As principais operações do Ciclo Documentário envolvem a coleta, o registro, o tratamento intelectual, a pesquisa e a difusão (FEITOSA, 2006).

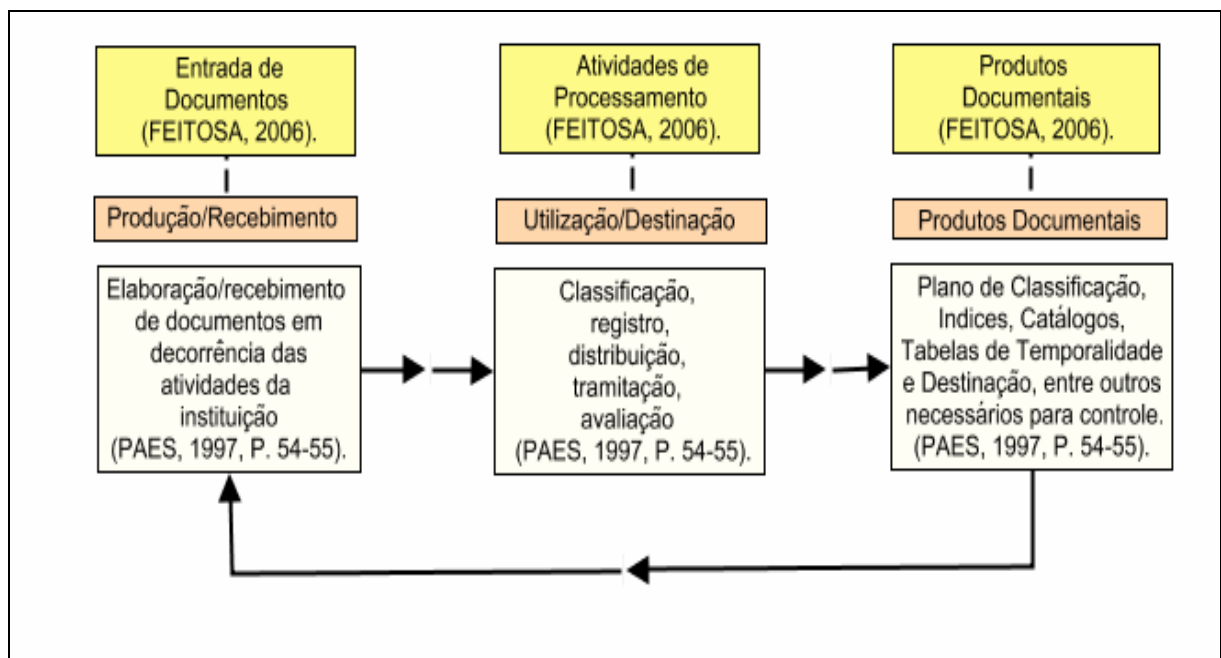
O ciclo documentário na Arquivística está relacionado ao valor do documento, é definido pela frequência e tipo de utilização dos documentos, baseado em valores primários administrativos e secundários de informação histórica, presentes no conteúdo dos documentos. Os valores dos documentos devem ser utilizados como balizas na aplicação da teoria das três idades dos documentos definidas por Valette (1973) e divididas em corrente, intermediária e permanente (LOPES, 1996; PAES, 1997; ROUSSEAU; COUTURE, 1994).

Os arquivos ativos ou em idade corrente são os que possuem seu uso funcional, administrativo, jurídico, tramitação e utilização, ligados às razões de sua criação, que dão suporte às atividades em andamento e que possuem valor primário. Os arquivos semiativos ou intermediários são aqueles que precisam ser mantidos por seu valor administrativo (primário), legal ou financeiro, após o cumprimento das funções primordiais relacionadas às atividades que deram origem ao documento, esses podem ser mantidos em arquivos centralizados, respeitando, porém, a proveniência diversa dentro do arquivo central, dessa forma liberando espaço nos locais de trabalho.

Os documentos inativos ou permanentes são os que, após passar por avaliação e pela aplicação da Tabela de Temporalidade e Destinação, assumem valor secundário ou histórico e são recolhidos ao Arquivo Permanente. O restante dos documentos avaliados como não mais úteis ou necessários são encaminhados para destruição, mediante um termo de Descarte de Documentos aprovado por uma equipe composta de arquivista e diretores administradores da instituição pública ou privada ou pelo indivíduo produtor, no caso de arquivo pessoal.

Realizando-se uma analogia com o processo de tratamento documentário em arquivos, o Ciclo Documentário em unidades de informação pode ser ajustado ao arquivo (Figura 5), entendido como um sistema no qual os documentos dão entrada no momento de sua criação ou recebimento, passam por processamento, que nesse caso não intervém no documento original, mas sim deriva a partir dele produtos documentários (índices, inventários, guias, catálogos) que servirão à pesquisa dentro do Domínio arquivístico, visando localizar documentos específicos ou, por meio dos instrumentos gerados, conhecer o Domínio.

**Figura 4 -** Ciclo documentário em arquivos.



**Fonte:** Elaboração própria fundamentada em Feitosa (2006, p.19) e Paes (1997, p. 54-55).

Quanto à abrangência de sua atuação, os arquivos podem ser classificados como setoriais, os que ficam juntos aos setores operacionais, ou

centrais, quando recebem a documentação dos diversos setores de uma mesma instituição. Segundo a natureza dos documentos, existe ainda uma classificação dos arquivos em especiais, aqueles que guardam documentos de formas físicas diversas, tais como fotografias, discos, fitas magnéticas, que necessitam tratamento especial no que se refere a seu armazenamento, acondicionamento e conservação; e especializados, os que guardam documentos resultantes da experiência humana em um campo específico, tais como arquivos médicos, de imprensa, de engenharia, entre outros (PAES, 1997).

Os arquivos dividem-se, de acordo com características das organizações geradoras, em privados e públicos. Os arquivos privados são os “[...] conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades [...]” (BRASIL, 1991, p.2). Por meio dessa definição, percebe-se que os arquivos privados são aqueles formados a partir de atividades de pessoas ou de empresas não ligadas ao Estado.

Arquivos de empresas não públicas são considerados privados, embora possam ter sob custódia documentos de interesse público. Nesse caso, os documentos devem, após cumprirem suas funções e os prazos legais para conservação junto ao órgão criador, ser mandados para arquivos públicos para preservação e difusão. Os arquivos pessoais também são arquivos privados que podem apresentar interesse para a sociedade e, nesse caso, ser enviados a arquivos públicos.

Os Arquivos Públicos podem ser, a parte da administração pública encarregada de recolher, preservar e dar acesso aos documentos produzidos e acumulados pelos diversos órgãos do governo e refletem a estrutura político-administrativa da federação a que pertencem (CÔRTEZ, 1996). O termo arquivos públicos pode também ser atribuído aos conjuntos de documentos, conforme a Lei de Arquivos “[...] produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias (BRASIL, 1991, p. 1).”

Denomina-se administração pública o conjunto de órgãos instituídos com o propósito de alcançar os objetivos do governo juntamente com as funções necessárias aos serviços públicos de forma geral (MEIRELLES, 1996). Os Arquivos Públicos derivam da reunião natural dos registros das atividades desempenhadas pelo aparelho do Estado no processo de consecução de seus objetivos.

Os documentos presentes nos arquivos públicos são, portanto, um reflexo das ações e dos interesses do Estado e carregam consigo os registros de atividades desempenhadas pelo estado para a sociedade, ou pela sociedade com reflexos no Estado, espelhando dessa forma o contexto social-histórico-cultural e político em que foram criados. Classificar os documentos implica, conseqüentemente, classificar os elementos que convergem na criação do documento, pode-se dizer que a busca por formular e compreender esse esquema classificatório consiste na busca por conhecimento.

Os documentos em um ambiente de arquivo são um conjunto indivisível de relações intelectuais, pois, conforme os documentos acumulam-se, constituem relações entre si, permanecendo ligados desde sua produção ou recebimento em razão do motivo de sua elaboração e de sua capacidade de cumprir seu objetivo (SOUSA, 2012). O acesso às informações registradas que constituem os conjuntos documentais onde estão refletidas essas relações permite conhecer o passado, o presente e vislumbrar o futuro dos originadores de um arquivo, essa característica torna o arquivo uma importante fonte de conhecimento para os mais variados tipos de pesquisa.

#### 4.2 CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAL

A tarefa arquivística, considerada como um todo indivisível, perpassa todo o ciclo documentário e conseqüentemente pelas três idades dos documentos. O controle dos arquivos em formação, a destinação e a custódia definitiva são tarefas sucessivas que o arquivista desempenha continuamente.

Recolher, tratar, transferir, difundir informações é o objetivo convergente de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, que devem estar aptos a cobrir de maneira mais completa possível esses procedimentos em um “[...] campo de investigação [...]”. (BELLOTTO, 2007, p. 36). Tal afirmação traz em seu bojo a necessidade de delineamento do Domínio a ser investigado, uma vez que o termo campo refere-se a uma área específica.

A classificação é uma atividade natural inerente ao ser humano, por meio da identificação de semelhanças e padrões criamos instintivamente classes e categorias. A classificação, segundo Schiessl e Shintaku (2012), está relacionada

com a Organização do Conhecimento, de modo a categorizar e organizar determinada Área.

Alvarenga e Dias (2012, p. 103) descrevem características de uma classificação:

Em geral a classificação é apresentada em forma de um esquema visual que permite a identificação das categorias e a sua hierarquização. Esse esquema é o plano de classificação que é um instrumento utilizado no protocolo e nos arquivos para padronização e organização dos documentos, permitindo a rápida recuperação da informação. Trata-se, portanto, de outra forma de representação do domínio empresarial.

De acordo com Cruz Mundet (2009), a classificação em arquivos é um processo cuja finalidade é estruturar os documentos de uma entidade por meio da identificação dos tipos documentais, esse arranjo evidencia as relações que existem entre as tipologias documentais e organiza os documentos em uma estrutura lógica, chamada de quadro de classificação, que reflete as relações hierarquicamente.

Conforme Esteban Navarro (1999, tradução nossa), a reflexão sobre a classificação documental adota em geral uma perspectiva centrada no processo, na descrição das atividades que desempenham e nos instrumentos utilizados nos centros de documentação durante a atividade de classificar os documentos a partir da informação que transmitem. Pinto (1999, p. 14) concebe a Classificação Documental como “[...] um processo cognitivo imprescindível para filtrar o conteúdo dos documentos, formalizá-lo e representá-lo com a ajuda de linguagens e notações apropriadas”.

A classificação nas bibliotecas se identifica com o agrupamento físico e intelectual dos documentos em classes que conservam relações hierárquicas entre si a partir da extração e representação codificada de seu conteúdo temático. Ao passo que nos arquivos a classificação é realizada com vistas à produção de um esquema que reproduz a estrutura orgânica ou o quadro funcional da instituição geradora do fundo documental como resultado de sua atividade natural para o cumprimento de seus fins (ESTEBAN NAVARRO, 1999, tradução nossa).

O fundo de arquivo, conforme Bellotto (2007), é composto pelos documentos produzidos/recolhidos necessários a criação, funcionamento e realização das atividades que justificam a existência de uma instituição pública ou

privada e não devem ser separados para efeito de organização ou por qualquer outro motivo. No interior de arquivos que recolhem documentos de diversas proveniências, é a constituição dos fundos documentais que preserva sua contextualidade.

Lunardelli e Calderón (2008, p. 62), em análise terminológica do termo Fundo no âmbito dos idiomas português, francês, inglês e espanhol, encontram consenso quanto à sua constituição nos idiomas francês e inglês, “[...] uma vez que se referem a um conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por uma entidade”, não definindo, entretanto, se este conjunto engloba a totalidade dos documentos produzidos, já a visão espanhola parece referir-se aos documentos dos arquivos intermediários e permanentes, ou seja, a totalidade do arquivo.

A classificação dos documentos arquivísticos pode basear-se no estudo das funções exercidas pela entidade, nesse caso ocorre o agrupamento dos documentos originados das atividades decorrentes das respectivas funções; pode também basear-se na estrutura administrativa, entretanto, devido à possibilidade de mudanças nessas estruturas, até onde parece, predomina a adoção das funções como parâmetro classificatório (LUNARDELLI; CALDERÓN, 2008).

Os esquemas de classificação em bibliotecas e centros de documentação, conforme Bellotto (2007), exceto em casos raros, podem ser rigidamente obedecidos, o que não é o caso da classificação em arquivos, que se submete às estruturas e funções dos órgãos geradores ou receptores dos documentos.

No plano teórico, as diferenças entre Classificação Documental nas bibliotecas e nos arquivos, além de centros de documentação e museus, levam a efeitos não desejáveis que podem ter consequências em suas práticas. Em primeiro lugar, deixa-se de considerar que a classificação bibliográfica e a de documentos de arquivo constituam espécies de um mesmo gênero, cujos cortes devem ser traçados. Em segundo lugar, pode ocorrer uma compreensão incompleta da relação que existe entre a classificação e outras atividades documentais, o que dificulta a elaboração de um único modelo explicativo do processo de representação e organização documental (ESTEBAN NAVARRO, 1999, tradução nossa).

Na literatura da área Arquivística, pode-se encontrar uma distinção entre a classificação nos arquivos correntes e permanentes. A classificação realizada nos arquivos correntes, para autores como Schelleberg (1956) e Lodolini

(1984), era responsabilidade dos *records managers* e realizada de modo empírico, assentada em aspectos artificiais do objeto a ser classificado, o tipo de classificação realizada por esses profissionais, muitas vezes, não se pautava nos princípios e conceitos arquivísticos (SOUZA, 2012).

A classificação de documentos nos arquivos permanentes é geralmente designada pelo termo arranjo, que para Bellotto (2007) é a classificação no âmbito dos arquivos permanentes e é ditado pela estrutura e funcionamento da administração, em razão disso, nesta pesquisa, o termo classificação será utilizado para referir-se ao processo de classificar ou categorizar os documentos de arquivos, conforme Sousa (2012, p. 85), “[...] atividade intelectual de construção de instrumentos para organização dos documentos [...]”, ao longo de todo o ciclo documentário.

Para evitar que as atividades de arranjo e classificação pudessem ser interpretadas como operações distintas, os estudiosos da Arquivística brasileira consideraram a utilização do termo classificação tanto para os documentos correntes quanto permanentes, embora na prática o termo arranjo ainda seja utilizado para referir-se à classificação dos documentos permanentes (BELLOTTO, 2007). O importante é que o princípio de obediência às atividades e às funções do órgão produtor, que norteia a classificação no âmbito dos arquivos correntes, não se perca.

A meta da classificação em arquivos é, em essência, revelar e estruturar as funções e as atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos, por meio de um instrumento classificatório. Devido a uma separação entre as práticas nos arquivos correntes e permanentes, podem ser encontradas diversas denominações para o instrumento de classificação em arquivos, tais como quadro de classificação, esquema de classificação, quadro de arranjo, plano de classificação, plano de arranjo, entre outras (SOUZA, 2012).

Acompanhamos a visão de Sousa de que plano e esquema são as denominações que melhor definem o instrumento de classificação e igualmente optamos por utilizar o termo Plano de Classificação de Documentos (PCD) para nos referirmos ao instrumento de classificação de documentos em arquivos.

Considera-se, conforme preconizado pela Arquivística Integrada (ROUSSEAU; COUTURE, 1998), que a separação entre arquivos correntes e permanentes em realidade não existe, uma vez que os documentos do Arquivo Permanente, se devidamente tratados desde o momento de sua criação e enviados

a destinação permanente em condições adequadas, mantêm sua ligação com as circunstâncias de sua origem.

A Classificação arquivística, vista como uma operação que independe do ciclo de vida ou da idade dos documentos, surge no Canadá e reflete-se no Brasil. Nesse viés, a natureza da criação do documento é avaliada como análoga ou pouco variável, mesmo que os sujeitos criadores dos documentos sejam diferentes. As reflexões acerca da classificação de documentos arquivísticos encontradas na literatura apresentam em comum a constatação de que a classificação enquanto operação intelectual não agrega em suas percepções e fundamentos os aportes da classificação filosófica e da Teoria da Classificação, além da teoria do conceito, que é praticamente desconhecida pela teoria arquivística (SOUSA, 2012).

A classificação em arquivos é imprescindível ao processo de organização e acesso à informação registrada (LUNARDELLI; CALDERÓN, 2008). A partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas categorias e classes que evidenciam as funções e atividades realizadas e aparecem no plano de classificação. Podemos perceber, portanto, a classificação como uma estrutura lógica.

O PCD ou Quadro de Classificação é a peça chave da gestão de documentos e condiciona outras ferramentas, tais como a descrição, a tabela de temporalidade ou calendário de conservação e o controle de acesso, entre outras. O objetivo do arquivista é elaborar um quadro de classificação especificamente para a organização sobre a base de conhecimento empírico da entidade, o seu processo de criação baseia-se na identificação e agrupamento das categorias de atividades e dos documentos gerados a partir delas.

A Classificação é uma operação complexa e fundamental para a Arquivística e vem sendo fundamentada basicamente no princípio de respeito aos fundos e a ordem original, o que, em sua opinião, constitui-se em escasso instrumental teórico (CRUZ MUNDET, tradução nossa, 2009; SOUSA, 2012).

Para Sierra Escobar (2006, p. 85, tradução nossa), o PCD é um esquema de planificação arquivística “encarregado de estruturar, logicamente, cada uma das tarefas relacionadas com a organização de arquivos, assim como a relação causa efeito da documentação acumulada pertencente a uma entidade administrativa” durante todo seu percurso institucional. A partir do PCD, busca-se

compreender o conteúdo de um arquivo para, dessa forma, adquirir e organizar o conhecimento sobre o próprio arquivo e sobre a comunidade que o gerou.

Na próxima seção apresenta-se a caracterização dos procedimentos metodológicos utilizados e as ações desempenhadas para a coleta de dados.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução do objetivo de investigar as estruturas de conhecimento presentes em Arquivos Públicos Brasileiros sob a perspectiva da Análise de Domínio, realiza-se uma pesquisa exploratória que segundo Gil (2008, p. 51) desenvolve-se com “[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato [...]”. Na pesquisa exploratória, segundo Köche (2009, p. 126) trabalha-se com o “levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização qualitativa ou quantitativa”.

A abordagem desta pesquisa possui caráter qualitativo, uma vez que seu enfoque reside nos significados e valores atribuídos ao objeto e envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo. Além disso, a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador interpretar os dados analisados podendo incluir suas impressões pessoais no momento da análise, envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos incluindo textos, produções culturais, estudo de caso entrevistas pessoais, artefatos entre outros (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Quanto a sua tipologia define-se esta pesquisa como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, segundo Köche (2009, p. 122) visa “explicar um problema por meio das teorias publicadas em livros ou obras congêneres”.

A pesquisa documental consiste na exploração das fontes documentais, e também na coleta, classificação, seleção e utilização de vários tipos de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação. Entre suas vantagens estão o fato de não se restringir a documentos escritos, (documentos oficiais, como editoriais, leis, atas, relatórios, ofícios, ordem régia entre outros) mas qualquer objeto pode contribuir para a investigação e ser utilizado para esclarecer fatos (FACHIN, 2006; GIL, 2008).

Segundo Marconi e Lakatos (2006) na pesquisa documental os documentos utilizados, escritos ou não, são fontes primárias de informação e a pesquisa pode realizar-se no momento em que o fato ou fenômeno a estudar ocorre ou depois. São fontes de documentos, segundo as autoras, os arquivos públicos e privados e as fontes estatísticas. Esta pesquisa busca investigar estruturas de conhecimento por meio de um documento, aqui identificado como PCD, que possui a

função de Classificar e ordenar os Documentos e de refletir as funções e atividades realizadas, seja em instituições públicas, privadas ou mesmo em Arquivos Pessoais.

O universo da pesquisa são os Arquivos Públicos, escolhidos por sua aproximação administrativa com os órgãos normativos dos quais emanam regulamentações a serem seguidas por outros arquivos no país. Restringiu-se este universo, após a opção por Arquivos Públicos, aos Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros (APEBs) de modo a viabilizar quantitativamente a análise dos Planos de Classificação de Documentos localizados.

Apresenta-se abaixo (Quadro 3) uma descrição dos objetivos desta pesquisa e as ações executadas para atingi-los.

**Quadro 3 –** Objetivos e ações desenvolvidas.

<b>Objetivo geral:</b> Investigar a estrutura de conhecimento presente em Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros na perspectiva da Análise de Domínio.	
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Ações desenvolvidas</b>
Identificar a existência de Planos de Classificação de Documentos em Arquivos Públicos brasileiros;	- observou-se se estes arquivos possuem <i>site</i> na <i>web</i> ; - buscou-se nos <i>sites</i> o Plano de Classificação de Documentos e verificou-se sua disponibilidade <i>on-line</i> ;
Verificar a presença de normas para a elaboração do Plano de Classificação de Documentos;	- averiguou-se nos <i>web sites</i> dos arquivos a existência de normas para a elaboração/atualização de Planos de Classificação de Documentos;
Relacionar os Planos de Classificação de Documentos ao Domínio e à Comunidade de Discurso.	- buscou-se metodologias disponíveis na literatura para delimitar um domínio; - aproximou-se a constituição do Domínio ao Plano de Classificação de Documentos;
Selecionar os conceitos e possíveis relacionamentos presentes no Plano de Classificação de Documentos.	- elencou-se termos, expressões ou funções passíveis de compor conceitos especificadores categorizáveis; - relacionou-se os conceitos entre si.

**Fonte:** Elaboração própria, 2013.

O levantamento preliminar dos arquivos Públicos Estaduais brasileiros foi realizado com base em informações constantes no *website* do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), isto porque a nomenclatura atribuída aos APEBs não é homogênea e uma busca direta na *Web* por Arquivos Públicos Estaduais poderia retornar Instituições Arquivísticas Públicas de outra natureza. O CONARQ disponibiliza uma listagem com os nomes, endereços e telefones do Arquivo Nacional, dos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros e do Distrito Federal

(Quadro 3). Optou-se nesta pesquisa por investigar especificamente os Arquivos Públicos de âmbito Estadual devido a uma esperada similaridade nas funções e atividades exercidas, assim como a abrangência de ação.

**Quadro 4 –** Relação dos Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros.

	Nome da Instituição	Endereços/URLs
1	Arquivo Geral do Estado do Acre	Av. Epaminondas Jácome, nº 3047 - Centro - Rio Branco - AC - CEP. 69908-420 - Tel/Fax: (0**68) 3224-3835
2	Arquivo Público Estadual de Alagoas	Praça D. Pedro II, 57 - Centro - Maceió - AL - CEP. 57020-130 - Tel: (0**82) 3315-7879
3	Fundação de Estado da Cultura do Amapá	FUNDECAP - Av. Ivaldo Veras s/nº - Jardim Marcozero - Macapá - AP - CEP. 68903-032 - Tel: (0**96) 3212-2033
4	Arquivo Público Estadual do Amazonas	Rua: Bernardo Ramos, 265 - Manaus - AM - CEP. 69005-320 - Tel: (0**92)232-3878
5	Arquivo Público da Bahia	<a href="http://diarq.fpc.ba.gov.br/node/63">http://diarq.fpc.ba.gov.br/node/63</a>
6	Arquivo Público do Estado do Ceará	<a href="http://www.secult.ce.gov.br/APEC/apec.asp">http://www.secult.ce.gov.br/APEC/apec.asp</a>
7	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	<a href="http://www.ape.es.gov.br/">http://www.ape.es.gov.br/</a>
8	Arquivo Histórico Estadual de Goiás	Centro Cultural Marieta Telles Machado, Anexo 2 - Setor Central - Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 2 - Goiânia - GO - CEP. 74003010 - Tel: (0**62) 3201-5124
9	Arquivo Público do Estado do Maranhão	Rua da Nazaré, 218 - Centro - São Luiz - MA - CEP. 65010-410 - Tel.: (0**98) 3218-9927 E-mail:apem@funcma.ufma.br
10	Arquivo Público de Mato Grosso	<a href="http://www.apmt.mt.gov.br/">http://www.apmt.mt.gov.br/</a>
11	Arquivo Público de Mato Grosso do Sul	Av. Fernando Corrêa da Costa, 559 - Centro - Campo Grande - MS - CEP. 79002-820 - Tel. (0**67) 3316-9167
12	Arquivo Público Mineiro	<a href="http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/">http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/</a>
13	Arquivo Público do Pará	<a href="http://www.arqpep.pa.gov.br/">http://www.arqpep.pa.gov.br/</a>
14	Arquivo Administrativo da Paraíba	Rua Abdias Gomes de Almeida, 800 - Tambauzinho - João Pessoa - Paraíba - PB - CEP. 58042-100 - Tel. (83) 3211-6260
15	Arquivo Público do Estado do Paraná	<a href="http://www.arquivopublico.pr.gov.br/">http://www.arquivopublico.pr.gov.br/</a>
16	Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Jordão Emerenciano)	APEJE - Rua do Imperador D. Pedro II, 371 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP. 50010-240 - Tel: (81) 3181-4126
17	Arquivo Público e Museu Histórico do Piauí	Rua Coelho Rodrigues, 1016 - Centro - Teresina - PI - CEP. 64000-160 - Tel: (0**86) 3221-5541
18	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	<a href="http://www.aperj.rj.gov.br/">http://www.aperj.rj.gov.br/</a>
19	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte	<a href="http://www.arquivopublico.rn.gov.br/">http://www.arquivopublico.rn.gov.br/</a>
20	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	<a href="http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=historico">http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=historico</a>
21	Arquivo Público de Roraima	Rua Miguel Lupe Martins, s/nº - São Pedro - Boa Vista - RR - CEP. 69306-490
22	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	<a href="http://www.sea.sc.gov.br/index.php?">http://www.sea.sc.gov.br/index.php?</a>
23	Arquivo Público do Estado de São Paulo	<a href="http://www.arquivoestado.sp.gov.br/">http://www.arquivoestado.sp.gov.br/</a>
24	Arquivo Público Estadual de Sergipe	Praça Fausto Cardoso, 348 - Centro - Aracaju - SE - CEP. 49010-080 - Tel: (0**79) 3179-1908

**Fonte:** Elaboração própria fundamentado em informações do CONARQ, 2013.

Considerando-se que o território brasileiro consiste de 26 estados, além do Distrito Federal, a partir da listagem de Arquivos Públicos Estaduais do

CONARQ Identificou-se 24 Arquivos Públicos Estaduais dos quais se identificaram, preliminarmente, 12 arquivos que conforme a referida listagem apresentavam *website*: Arquivo Público da Bahia, Arquivo Público do Estado do Ceará, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Arquivo Público do Mato Grosso, Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público do Pará, Arquivo Público do Paraná, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

**Quadro 5 –** Arquivos com website selecionados preliminarmente.

Nº atribuído	Nome da Instituição	URL
1	Arquivo Público da Bahia	<a href="http://diarq.fpc.ba.gov.br/node/63">http://diarq.fpc.ba.gov.br/node/63</a>
2	Arquivo Público do Estado do Ceará	<a href="http://www.secult.ce.gov.br/APEC/apec.asp">http://www.secult.ce.gov.br/APEC/apec.asp</a>
3	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	<a href="http://www.ape.es.gov.br/">http://www.ape.es.gov.br/</a>
4	Arquivo Público de Mato Grosso	<a href="http://www.apmt.mt.gov.br/">http://www.apmt.mt.gov.br/</a>
5	Arquivo Público Mineiro	<a href="http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/">http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/</a>
6	Arquivo Público do Pará	<a href="http://www.arqpep.pa.gov.br/">http://www.arqpep.pa.gov.br/</a>
7	Arquivo Público do Estado do Paraná	<a href="http://www.arquivopublico.pr.gov.br/">http://www.arquivopublico.pr.gov.br/</a>
8	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	<a href="http://www.aperj.rj.gov.br/">http://www.aperj.rj.gov.br/</a>
9	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte	<a href="http://www.arquivopublico.rn.gov.br/">http://www.arquivopublico.rn.gov.br/</a>
10	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	<a href="http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=historico">http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=historico</a>
11	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	<a href="http://www.sea.sc.gov.br/index.php?">http://www.sea.sc.gov.br/index.php?</a>
12	Arquivo Público do Estado de São Paulo	<a href="http://www.arquivoestado.sp.gov.br/">http://www.arquivoestado.sp.gov.br/</a>

**Fonte:** Elaboração própria fundamentada em informações do CONARQ.

Posteriormente esta primeira seleção passou por uma etapa de conferência na qual verificou-se que as URLs disponibilizadas pelo *website* do CONARQ estavam acessíveis somente nos Arquivos Públicos Estaduais do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, Santa Catarina e de São Paulo, totalizando 6 URLs ativas. Quanto a URL do Arquivo Público do Mato Grosso

encontrava-se ativa, mas o *website* estava indisponível, uma vez que encontrava-se em desenvolvimento.

**Quadro 6 –** Levantamento dos *websites* dos APEBs.

Instituição	URL disponível na lista do CONARQ	Situação da URL
Arquivo Público do Estado da Bahia	<a href="http://diarq.fpc.ba.gov.br/node/63">http://diarq.fpc.ba.gov.br/node/63</a>	Error
Arquivo Público do Estado do Ceará	<a href="http://www.secult.ce.gov.br/APEC/apec.asp">http://www.secult.ce.gov.br/APEC/apec.asp</a>	The requested URL was not found on this server
Arquivo Público Estadual do Espírito Santo	<a href="http://www.ape.es.gov.br/">http://www.ape.es.gov.br/</a>	Ativa
Arquivo Público do Mato Grosso	<a href="http://www.apmt.mt.gov.br/">http://www.apmt.mt.gov.br/</a>	Ambiente em desenvolvimento
Arquivo Público Mineiro	<a href="http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/">http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/</a>	Ativa
Arquivo Público do Estado do Pará	<a href="http://www.arqpep.pa.gov.br/">http://www.arqpep.pa.gov.br/</a>	The requested URL could not be retrieved
Arquivo Público do Estado do Paraná	<a href="http://www.pr.gov.br/arquivopublico/">http://www.pr.gov.br/arquivopublico/</a>	Objeto não encontrado!
Arquivo Público do Rio de Janeiro	<a href="http://www.aperj.rj.gov.br/">http://www.aperj.rj.gov.br/</a>	Ativa
Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	<a href="http://www.searh.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh/instituicao/gerados/arquivopublico.asp">http://www.searh.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh/instituicao/gerados/arquivopublico.asp</a>	Erro 404 página não encontrada.
Arquivo Público do Rio Grande do Sul	<a href="http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=historico">http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=historico</a>	Ativa
Arquivo Público de Santa Catarina	<a href="http://www.sea.sc.gov.br/index.php?">http://www.sea.sc.gov.br/index.php?</a>	Ativa
Arquivo Público do Estado de São Paulo	<a href="http://www.arquivoestado.sp.gov.br/">http://www.arquivoestado.sp.gov.br/</a>	Ativa

**Fonte:** Elaboração própria fundamentada em informações do site do CONARQ e na *Web*.

Em virtude de algumas inconsistências identificadas durante a primeira tentativa de acesso expandiu-se a busca pelos *websites* dos APEBs na *web*, embasada nas nomenclaturas oferecidas na listagem do CONARQ.

**Quadro 7 – APEBs constantes na segunda busca na web.**

Nº	Nome da Instituição	Endereço/Telefone
1	Arquivo Geral do Estado do Acre	Av. Epaminondas Jácome, nº 3047 - Centro - Rio Branco - AC - CEP. 69908-420 - Tel/Fax: (0**68) 3224-3835
2	Arquivo Público Estadual de Alagoas	Praça D. Pedro II, 57 - Centro - Maceió - AL - CEP. 57020-130 - Tel: (0**82) 3315-7879
3	Fundação de Estado da Cultura do Amapá	FUNDECAP - Av. Ivaldo Veras s/nº - Jardim Marcozero - Macapá - AP - CEP. 68903-032 - Tel: (0**96) 3212-2033
4	Arquivo Público Estadual do Amazonas	Rua: Bernardo Ramos, 265 - Manaus - AM - CEP. 69005-320 - Tel: (0**92)232-3878
5	Arquivo Público da Bahia	Ladeira de Quintas, nº 50 - Baixa de Quintas- Salvador - BA - CEP. 40320-140 - Telefones:(71) 3116-2165 – Email:apb.fpc@fpc.ba.gov.br
6	Arquivo Público do Estado do Ceará	Rua Senador Alencar, Nº 348 - Centro - Fortaleza - CE - CEP. 60030-050 - Telefones:(85) 3101-2614 - Email:apec@secult.ce.gov.br
7	Arquivo Histórico Estadual de Goiás	Centro Cultural Marieta Telles Machado, Anexo 2 - Setor Central - Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 2 - Goiânia - GO - CEP. 74003010 - Tel: (0**62) 3201-5124
8	Arquivo Público de Mato Grosso	Avenida Getúlio Vargas, nº 451 - Centro - Cuiabá - MT - CEP. 78005-600 - Telefones:(65) 3613-1400 - E-mail:arquivopublico@sad.mt.gov.br
9	Arquivo Público do Estado do Maranhão	Rua da Nazaré, 218 - Centro - São Luiz - MA - CEP. 65010-410 - Tel.: (0**98) 3218-9927 E-mail:apem@funcma.ufma.br
10	Arquivo Público de Mato Grosso do Sul	Av. Fernando Corrêa da Costa, 559 - Centro - Campo Grande - MS - CEP. 79002-820 - Tel. (0**67) 3316-9167
11	Arquivo Público do Pará	Travessa Campos Sales, nº 273 - Comércio - Belém - PA - CEP. 66019-050 - Telefones:(91) 3219-1110 / (91) 3219-1111
12	Arquivo Administrativo da Paraíba	Rua Abdias Gomes de Almeida, 800 - Tambauzinho - João Pessoa - Paraíba - PB - CEP. 58042-100 - Tel. (83) 3211-6260
13	Arquivo Público do Estado do Paraná	Rua dos Funcionários, nº 1796 - Cabral - Curitiba - PB - CEP. 80035-050 - Telefones:(41) 3352-2299 - E-mail:arquivo@pr.gov.br
14	Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Jordão Emerenciano)	APEJE - Rua do Imperador D. Pedro II, 371 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP. 50010-240 - Tel: (81) 3181-4126
15	Arquivo Público e Museu Histórico do Piauí	Rua Coelho Rodrigues, 1016 - Centro - Teresina - PI - CEP. 64000-160 - Tel: (0**86) 3221-5541
16	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte	Natal - RN - Telefones:(84) 3232-6267 / (84) 3232-6268
17	Arquivo Público de Roraima	Rua Miguel Lupe Martins, s/nº - São Pedro - Boa Vista - RR - CEP. 69306-490
18	Arquivo Público Estadual de Sergipe	Praça Fausto Cardoso, 348 - Centro - Aracaju - SE - CEP. 49010-080 - Tel: (0**79) 3179-1908

**Fonte:** Elaboração própria fundamentada em informações do CONARQ.

Utilizou-se o buscador DuckDuckGo, na procura pelos *websites* dos 6 APEBS constantes na lista do CONARQ que não estavam ativas e mais os outros 12 APEBS que na referida lista não possuíam URL, resultando na localização de mais 4 *websites*: Arquivo Público da Bahia, do Ceará, do Paraná, do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina, conforme Quadro 8. Para o Arquivo Pará não foi localizada URL.

**Quadro 8** – URLs localizadas na segunda busca na *web*.

Nome da Instituição	URL localizada na <i>web</i>
Arquivo Público do Estado da Bahia	<a href="http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo-publico-da-bahia/">http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo-publico-da-bahia/</a>
Arquivo Público do Estado do Ceará	<a href="http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico">http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico</a>
Arquivo Público do Estado do Paraná	<a href="http://www.arquivopublico.pr.gov.br/">http://www.arquivopublico.pr.gov.br/</a>
Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	<a href="http://www.arquivopublico.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_ape/principal/enviados/index.asp">http://www.arquivopublico.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_ape/principal/enviados/index.asp</a>

**Fonte:** Elaboração própria.

Por meio das 10 URLs reunidas junto ao site do CONARQ e na *Web* realizou-se, então, a navegação nos *websites* relacionados no Quadro 9 em busca do PCD, para completar o 1º objetivo específico da pesquisa que foi identificar a existência de PCDs das Atividades-Meio dos APEBs, nesse ínterim buscou-se também contemplar o 2º objetivo específico que foi verificar a presença de normas para a elaboração e/ou aplicação do PCD.

**Quadro 9** – Relação de URLs reunidas a partir das 2 etapas de busca.

Nº	Nome da Instituição	URL
1.	Arquivo Público do Estado da Bahia	<a href="http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo-publico-da-bahia/">http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo-publico-da-bahia/</a>
2.	Arquivo Público do Estado do Ceará	<a href="http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico">http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico</a>
3.	Arquivo Público Estadual do Espírito Santo	<a href="http://www.ape.es.gov.br/">http://www.ape.es.gov.br/</a>
4.	Arquivo Público Mineiro	<a href="http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/">http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/</a>
5.	Arquivo Público do Estado do Paraná	<a href="http://www.arquivopublico.pr.gov.br/">http://www.arquivopublico.pr.gov.br/</a>
6.	Arquivo Público do Rio de Janeiro	<a href="http://www.aperj.rj.gov.br/">http://www.aperj.rj.gov.br/</a>
7.	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	<a href="http://www.arquivopublico.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_ape/principal/enviados/index.asp">http://www.arquivopublico.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_ape/principal/enviados/index.asp</a>
8.	Arquivo Público do Rio Grande do Sul	<a href="http://www.apers.rs.gov.br/porta1/index.php?menu=historico">http://www.apers.rs.gov.br/porta1/index.php?menu=historico</a>
9.	Arquivo Público de Santa Catarina	<a href="http://www.sea.sc.gov.br/index.php?">http://www.sea.sc.gov.br/index.php?</a>
10.	Arquivo Público do Estado de São Paulo	<a href="http://www.arquivoestado.sp.gov.br/">http://www.arquivoestado.sp.gov.br/</a>

**Fonte:** Elaboração própria, 2014.

Optou-se por apresentar alguns dados da navegação (*prints* de tela), realizada durante o processo de busca e localização do *corpus* de análise. Devido à variação na localização e nomenclatura adotada para os órgãos responsáveis por disponibilizar o PCD. A seguir descreve-se a busca aos PCDs realizada nos *Websites* dos APEBs:

## 5.1 DESCRIÇÃO DA COLETA DE DADOS E ESTABELECIMENTO DO CORPUS DE ANÁLISE

### 1 – Arquivo Público do Estado da Bahia (APE-BA) – Fundação Pedro Calmon

O Arquivo Público da Bahia em sua *Homepage* apresenta um link (Figura 5) para o Arquivo Público da Bahia (APE-BA).

**Figura 5 –** *Homepage* do APE-BA.



Fonte: <http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo-publico-da-bahia/>

Na página do APE-BA encontrou-se o item Gestão de Documentos descendo a página pela barra de rolagem (Figura 6). Além deste são disponibilizados links para outros itens gerais tais como Histórico, Legislação, Publicações, Projetos, Serviços e Exposições Virtuais, além da Localização.

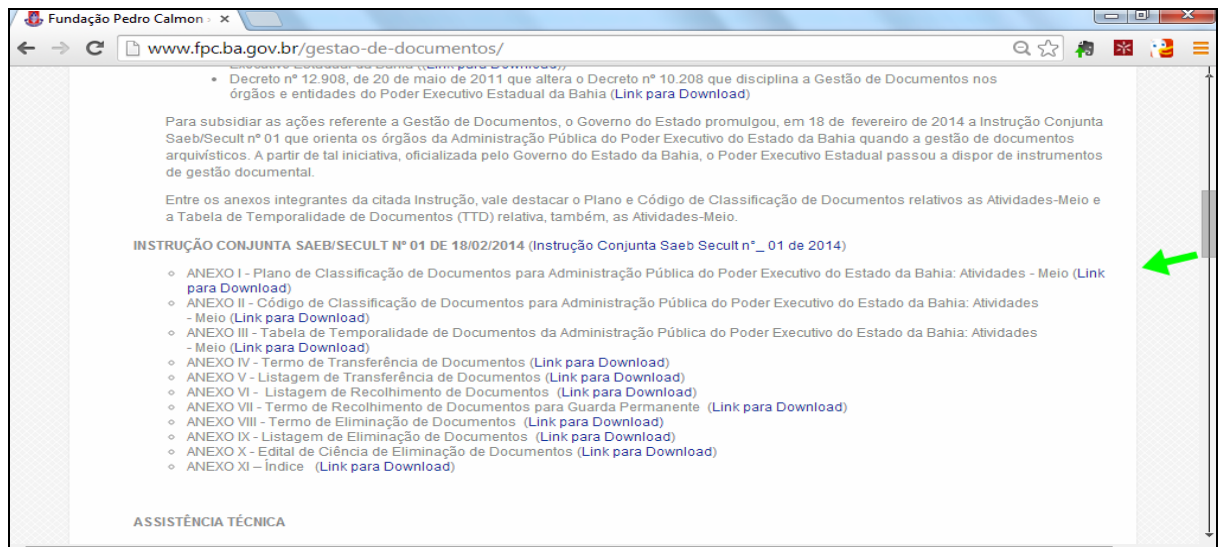
**Figura 6 - Acesso a Gestão de Documentos do APE-BA.**

Fonte: <http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo-publico-da-bahia/>.

O APE-BA está vinculado à Fundação Pedro Calmon e à secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Em Gestão de Documentos encontram-se informações sobre a importância essencial da Gestão de Documentos para a economia, a política, a ciência, a tecnologia e a cultura de uma nação; a base legal que disciplina a Gestão Documental no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo do Estado da Bahia.

Entre os instrumentos legais que subsidiam a Gestão de Documentos do Poder Executivo do Estado da Bahia está a Instrução Conjunta SAEB/SECULT de 18 de fevereiro de 2014, que passa a dispor os instrumentos de gestão documental do Estado, entre eles o PCD (Figura 7) com a nomenclatura de Plano de Classificação de documentos para a Administração Pública do Poder Executivo do Estado da Bahia Atividades – Meio.

**Figura 7 – Acesso ao PCD do APE-BA.**



Fonte: <http://www.fpc.ba.gov.br/gestao-de-documentos/>.

## 2 – Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)

A URL indicada como endereço eletrônico do APEC é uma página informativa da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Figura 8). Apresenta informações gerais sobre o APEC, sua missão, histórico, projetos entre outras. Não localizou-se informações sobre a Gestão Documental do Estado do Ceará e sobre o PCD.

**Figura 8 – Homepage do Equipamento Cultural APEC.**



Fonte: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico>

### 3 – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Na Homepage (página inicial) do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (APEES) localizou-se o PCD a partir do link Proged - Programa de Gestão de Documental (Figura 9).

**Figura 9 –** Homepage do Equipamento APEES.



Fonte: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.

Ao Clicar no item Proged no menu lateral esquerdo abre-se a página do Proged Espírito Santo onde clicando-se em *Download* (figura 10), localizamos o item Publicações.

**Figura 10 –** Página do PROGED Espírito Santo.

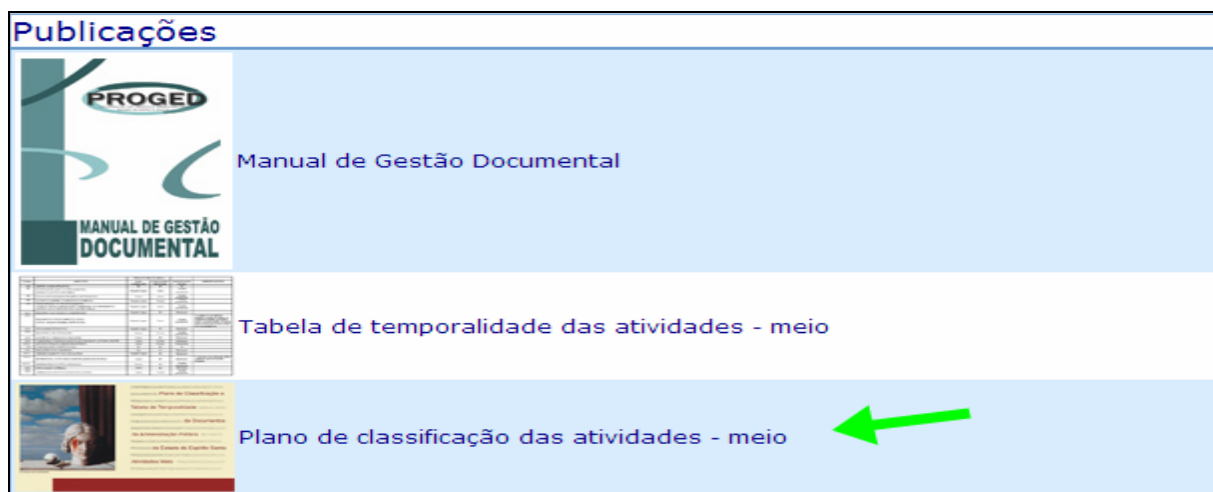


Fonte: <http://www.proged.es.gov.br/default.asp>.

O Proged consiste em um trabalho conjunto composto por vários projetos (Capacitação, Visibilidade, Gerenciamento, Modernização do Sistema Eletrônico de Protocolo, Documentação Eletrônica, Gerenciamento, Modernização dos Arquivos Gerais) que juntos proporcionam atingir os objetivos propostos de eficácia dos procedimentos realizados em cada uma das etapas do Ciclo de Vida Documental e o conhecimento das relações que cada uma estabelece com as demais.

Em publicações (Figura 11) encontra-se o PCD sob o título Plano de Classificação das Atividades - Meio e também o Manual de Gestão Documental e Tabela de Temporalidade das atividades - Meio.

**Figura 11** – Acesso às Publicações do APEES.



**Fonte:** <http://www.proged.es.gov.br/default.asp>.

O APEES por conta de seu abrangente projeto de gestão documental conta com diversos instrumentos de gestão tais como um manual de Gestão Documental, Tabelas de Temporalidade das Atividades - Meio, além dos Planos de Classificação, Tabelas de Temporalidade das Atividades - Fim e Listagens de Eliminação de Documentos de alguns órgãos da Administração Estadual, demonstrando um esforço real no sentido de desempenhar a função de Órgão Central da Administração Documental do Estado.

#### 4 – Arquivo Público Mineiro (APM).

No *website* do Arquivo Público Mineiro (APM) diretamente em sua *Homepage* pode-se encontrar o item Gestão de Documentos (Figura 12) na aba “Sobre o APM”.

Figura 12 – Homepage do APM.



Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>.

Clicando-se em Gestão de Documentos podemos visualizar o link para o Plano de Classificação de Documentos de Arquivos para o Poder Executivo de Minas Gerais ao lado direito da página (Figura 13).

Figura 13 – Página da Gestão de Documentos do APM.



Fonte: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gestao\\_documentos/](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gestao_documentos/).

O APM, por meio da Diretoria de Gestão de Documentos, coordena o programa de gestão de documentos junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

Idealizado para contribuir, principalmente, com as Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos de Arquivo dos órgãos/entidades, o módulo Gestão de Documentos é o canal de divulgação dos instrumentos de gestão de documentos (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais), além das orientações sobre o recolhimento e a eliminação de documentos, publicações, textos, legislação e links.

#### 5 – Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP).

O APEP disponibiliza em sua *homepage* um *menu* lateral com os assuntos principais e serviços prestados pelo APP. Em Gestão de Documentos (Figura 14 seta 1) no subitem Apresentação a Gestão de Documentos (Figura 14 seta 2) encontra-se informações sobre o Programa de Gestão de Documentos do Estado do Paraná, suas fases de implantação, ferramenta *web* que oferece suporte a gestão de documentos, e possibilita a centralização, guarda, gerenciamento e disponibilização do acervo de documentos de uma instituição.

**Figura 14** – Homepage do APEP.



Fonte: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>.

Ao final da página de Apresentação a Gestão de Documentos encontra-se o PCD junto ao Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná (Figura 15).

**Figura 15** – Localização do PCD do APEP.



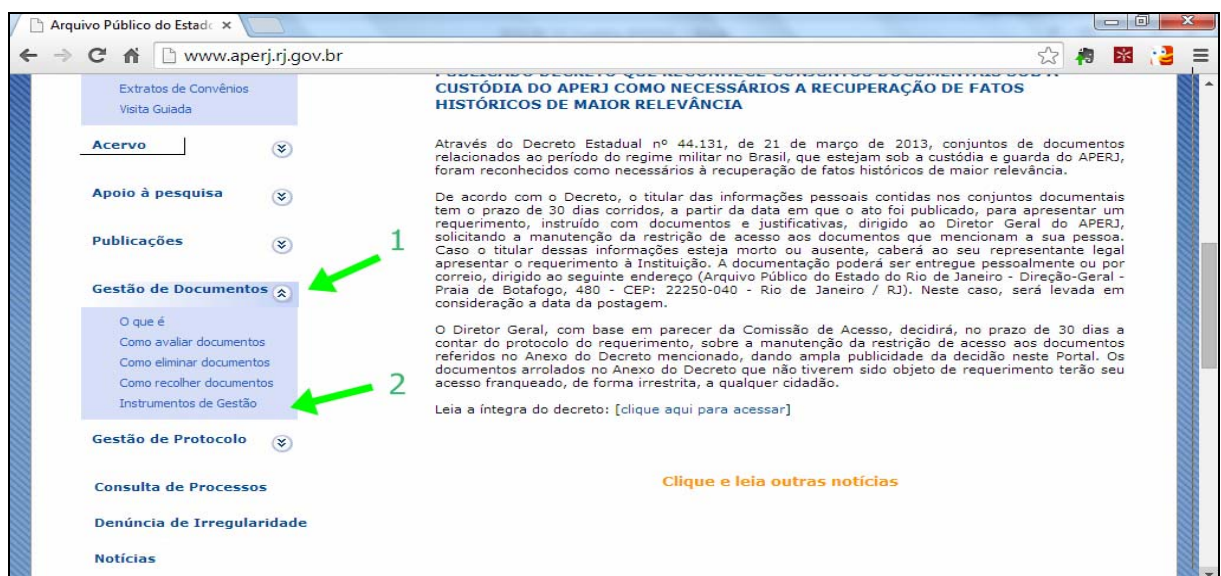
Fonte: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=23>.

O Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná é dirigido ao tratamento intelectual e físico da documentação, fornecendo orientações sobre classificação de documentos, tempo de guarda e modelos de formulários para os procedimentos de eliminação e transferência.

## 6 – Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ).

Ao acessar a Homepage do APERJ encontramos no *menu* lateral à esquerda o item Gestão de Documentos (Figura 16 seta 1), onde ao posicionar o *mouse* abrem-se subitens entre os quais o link para os Instrumentos de Gestão (Figura 16 seta 2).

**Figura 16 –** Localização da Gestão de Documentos do APERJ.



Fonte: <http://www.aperj.rj.gov.br/>.

No subitem Instrumentos de Gestão encontram-se além do *link* para o Plano de Classificação (Figura 17) *links* para a Tabela de Temporalidade de Documentos, para o Manual de Gestão de Documentos. O Manual de Gestão de Documentos do APERJ traz diretrizes, para base o uso do PCD e também da Tabela de Temporalidade de documentos, explicações detalhadas sobre o Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro, um glossário e uma seção de perguntas frequentes.

**Figura 17 –** Acesso ao PCD do APERJ.



Fonte: <http://www.aperj.rj.gov.br/instrumentos.htm>.

Consta informação no manual de Gestão de Documentos do Estado que o APERJ presta apoio técnico e metodológico aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado mediante, compete ao APERJ a aprovação final de propostas de Plano de Classificação de Documentos das Atividades – Fim das entidades do Poder Executivo do Estado.

#### 7 – Arquivo Público do Rio Grande do Norte (APERN).

A navegação no *website* do APERN (Figura 18) não localizou PCD, apresenta apenas informações gerais sobre eventos e notícias relativas ao Arquivo Histórico. Existe menção ao Decreto N.º 14.775 DE 18 de fevereiro de 2000 que revogou o de nº 8.620 de 11/03/83 que, instituiu a primeira Tabela de Temporalidade de Documentos - TTD adotada no Sistema Estadual de Arquivo-SEARQ, mas não a respeito de um PCD.

**Figura 18** – Homepage do APERN.



**Fonte:** [http://www.arquivopublico.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh\\_ape/principal/enviados/index.asp](http://www.arquivopublico.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_ape/principal/enviados/index.asp)

#### 8 – Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

O APERS apresenta em sua Homepage, na barra lateral, um *link* para o SiarqRS (Figura 19), que é o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul, este traz diversos instrumentos de gestão documental, seguidos de breve descrição.

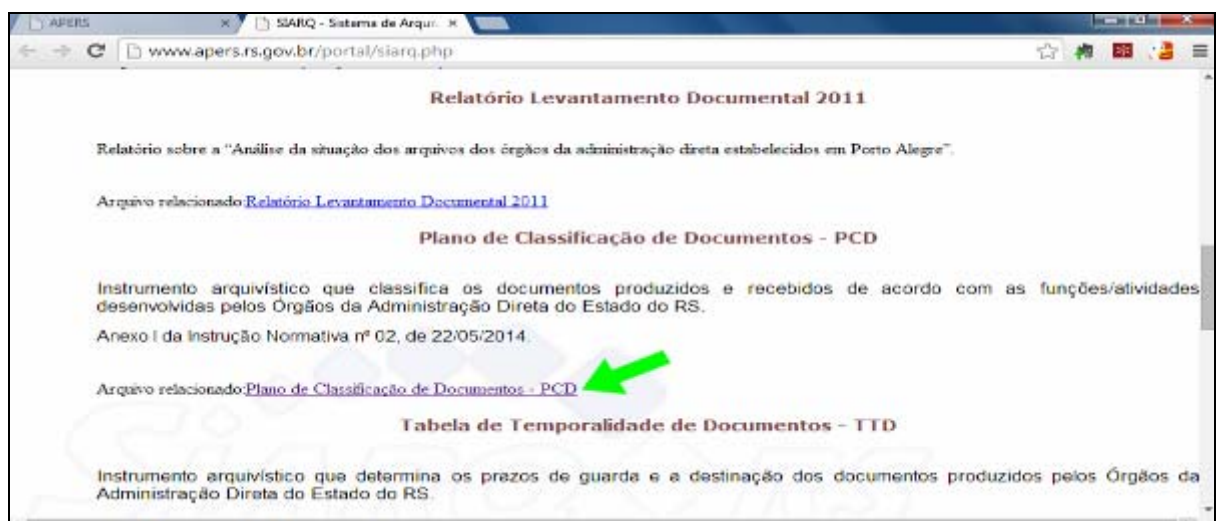
Figura 19 – Homepage do APERS.



Fonte: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>.

O PCD do APERS pode ser encontrado no link do SiarqRS (Figura 20) e faz parte da Instrução Normativa nº 02, publicada no DOE de 22 de maio de 2014 – páginas 18 a 32. O tipo de categorização estipulada pelo PCD do APERS é por Função, Subfunção, série e subsérie.

Figura 20 – Local do PCD do APERS.



Fonte: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/siarq.php>

## 9 – Arquivo Público Estadual de Santa Catarina

O Arquivo Público de Santa Catarina (APESC) está vinculado à secretaria de Administração do Estado de Santa Catarina (SEASC). Acessando-se a

URL apresentada no *website* do CONARQ encontra-se informações gerais sobre o APESC em página da SEASC (Figura 21).

**Figura 21**– Homepage da SEASC.



Fonte: <http://www.sea.sc.gov.br/index.php?>.

O PCD do APESC foi localizado no item serviços (Figura 22, seta1) no subitem SCTT- Sistema de Classificação e Tabela de Temporalidade (Figura 22, seta 2).

**Figura 22** – Acesso aos Serviços SEASC.



Fonte: [http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=62&Itemid=146&lang=brazilian\\_portuguese](http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=62&Itemid=146&lang=brazilian_portuguese)

## 10 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

No APESP na aba superior de sua *homepage* há um link de acesso para o SAESP (Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo) indicado pela seta na Figura 23.

**Figura 23** – Homepage do APESP.



Fonte: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>.

Na página do SAESP ao clicar no link Gestão Documental (Figura 24) aparece ao lado direito da página um quadro com links para Planos de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos.

**Figura 24** – Página da SAESP, localização da Gestão Documental.



Fonte: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp\\_dg.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp_dg.php).

Seguindo o *link* Planos de Classificação (PC) e Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) (Figura 25) obtemos acesso ao PCD e a outros instrumentos de apoio a Gestão Documental, tais como o Sistema informatizado para elaboração do PC e TTD, o Manual de Aplicação do PCD e TTD das Atividades – Meio e um Manual de elaboração do PC e TTD das Atividades – Fim.

**Figura 25** – Link para Planos e Tabelas do APESP.

**Centro de Gestão Documental**

**Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública de São Paulo**

O Plano de Classificação de Documentos é o instrumento utilizado para classificar todo e qualquer documento de arquivo. Entende-se por classificação de documentos a sequência das operações técnicas que visam a agrupar os documentos de arquivo relacionando-os ao órgão produtor, à função, subfunção e atividade responsável por sua produção ou acumulação.

**04 GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS (FUNÇÃO)**  
**04.02 Controle de bens patrimoniais (SUBFUNÇÃO)**

ATIVIDADES	DOCUMENTOS
04.02.01 Declínio e desaparecimento de bens patrimoniais	04.02.01.01 Inventário físico de bens patrimoniais
	04.02.01.02 Inventário físico-financeiro de bens patrimoniais
	04.02.01.03 Livro de controle de chips patrimoniais
	04.02.02.01 Certificados de garantia
04.02.02 Defesa de bens patrimoniais	04.02.02.02 Processo de recuperação de registro para bens patrimoniais

**Planos e Tabelas aprovados:**

- [PC e TTD das atividades-meio](#)
- [PC e TTD das atividades-fim](#)
- [Sistema informatizado para elaboração de PC e TTD](#)
- [Manual de aplicação do PC e TTD das atividades-meio](#)
- [Manual de elaboração do PC e TTD das atividades-fim](#)

Fonte: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesg\\_gestao.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesg_gestao.php).

Seguindo o Link PC e TTD das atividades-meio obtém-se o acesso ao PCD (Figura 26).

**Figura 26** – Acesso ao PCD do APESP.



Fonte: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp\\_atividademeio.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp_atividademeio.php).

O Sistema informatizado disponibilizado pelo APESP é um software criado pelo Saesp e pode ser distribuído e utilizado para a elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade tanto na esfera pública quanto privada. O aplicativo é desenvolvido a partir do *Microsoft® ACCESS* e pode ser adaptado para as necessidades das instituições que o utilizem, segundo o Contrato de Licença de Usuário Final.

Além disso, o Arquivo Público do Estado de São Paulo oferece no final da mesma página em Publicações Técnicas vários manuais de apoio a gestão documental do Estado, além dos manuais da Série Como Fazer que são importante contribuição para a Área Arquivística no sentido de oferecer uma fundamentação teórico-metodológica para os procedimentos de gestão documental.

Após a navegação realizada nos websites dos APEBs a partir das 12 URLs reunidas nas etapas 1 (URLs da listagem do CONARQ) e 2 (URLs localizadas na WEB) realizou-se contato via e-mail e telefone em complemento às duas etapas buscando verificar se os demais APEBs possuíam PCD. O APEB do Maranhão informou por meio de contato telefônico que ainda não possui PCD, foi enviada proposta de implantação que aguarda aprovação.

O Arquivo Público do Mato Grosso do Sul (APMS) para o qual não foi localizada URL, informou por telefone o local para obter acesso ao PCD desta

instituição na página da Secretaria de Administração do Estado do Mato Grosso, indicado na Figura 27.

**Figura 27** – Acesso ao PCD do APEMS.



Fonte: <http://www.sad.ms.gov.br/>.

Desta forma completou-se a coleta dos PCDs, estabelecendo-se o *corpus* de análise desta pesquisa apresentado no Quadro 10.

**Quadro 10** – Arquivos que disponibilizam o PCD.

Nº	APEBs
1.	Arquivo Público Estadual da Bahia
2.	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
3.	Arquivo Público do Mato Grosso
4.	Arquivo Público do Mato Grosso do Sul
5.	Arquivo Público de Minas Gerais
6.	Arquivo Público do Paraná
7.	Arquivo Público do Rio de Janeiro
8.	Arquivo Público do Rio Grande do Sul
9.	Arquivos Público de Santa Catarina
10.	Arquivo Público de São Paulo

Fonte: Elaboração própria, 2014.

Na próxima seção apresentam-se os PCDs e os dados obtidos e analisam-se os resultados alcançados, explicitando-se a abordagem da Análise de Domínio na Organização e Representação do Conhecimento em Arquivística.

## 6 A ANÁLISE DE DOMÍNIO E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVÍSTICA: ANÁLISE E RESULTADOS

A reunião dos Arquivos com *website* resultou no acesso a 9 PCDs, cujo acesso foi obtido pelo *website* dos Arquivos Públicos Estaduais de: Bahia, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. O APE do Mato Grosso cujo *website* passa por atualização e encontra-se em desenvolvimento enviou 1 PCD via e-mail, totalizando 10 PCDs que são objeto desta análise.

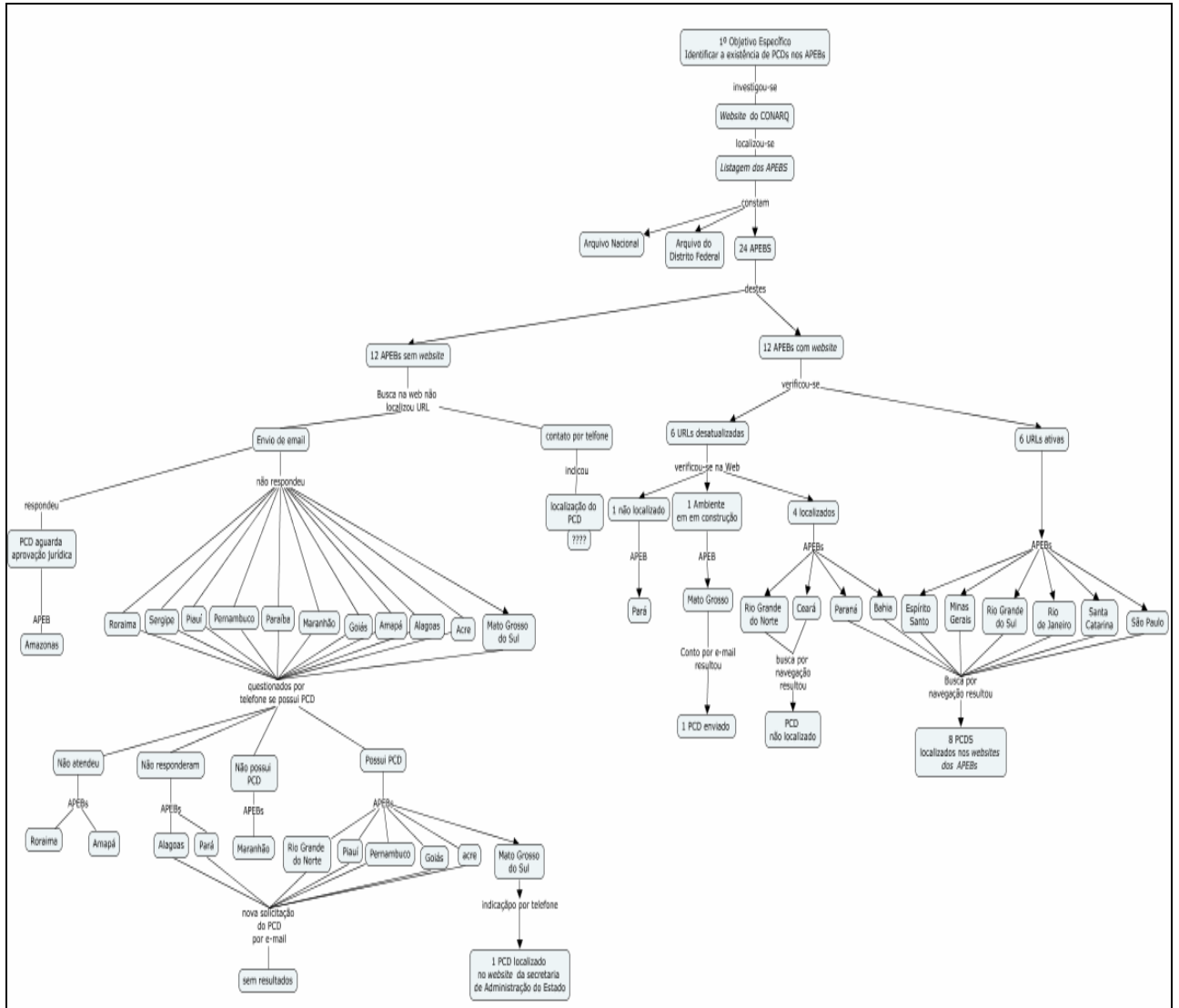
A navegação nos *websites* foi descrita nos procedimentos metodológicos. Após a identificação dos 12 APEBs sem *website*, ao não identificar PCD em alguns APEBs durante o processo de busca, sentiu-se a necessidade de verificar se os demais APEBs possuíam PCD. A partir dessa necessidade realizou-se contato via e-mail com os APEBs que disponibilizam endereço eletrônico no site do CONARQ, não obtendo retorno realizou-se contato por telefone.

O período de envio do primeiro e-mail foi na primeira semana do mês de março, no final do mesmo mês foi reenviado o e-mail e somente os APEBs do Mato Grosso do Sul e Amazonas responderam nessa primeira etapa, sendo que o APEMSA enviou seu PCD e o APEAM informou que seu PCD passava por aprovação jurídica no período em que o contato foi realizado.

Procedeu-se então os contatos por telefone de acordo com os números de telefone disponibilizados na listagem do CONARQ. O único contato telefônico que resultou em acesso ao PCD foi o do APEB de Mato Grosso do Sul, que indicou o local onde disponibiliza o PCD, no website da Secretaria de Administração do Estado.

Os resultados da busca pelas URLs, e depois pelos PCDs estão sintetizados em um mapa conceitual conforme Figura 28.

Figura 28 - Resultado da busca pelos web sites e PCDs dos APEBs.

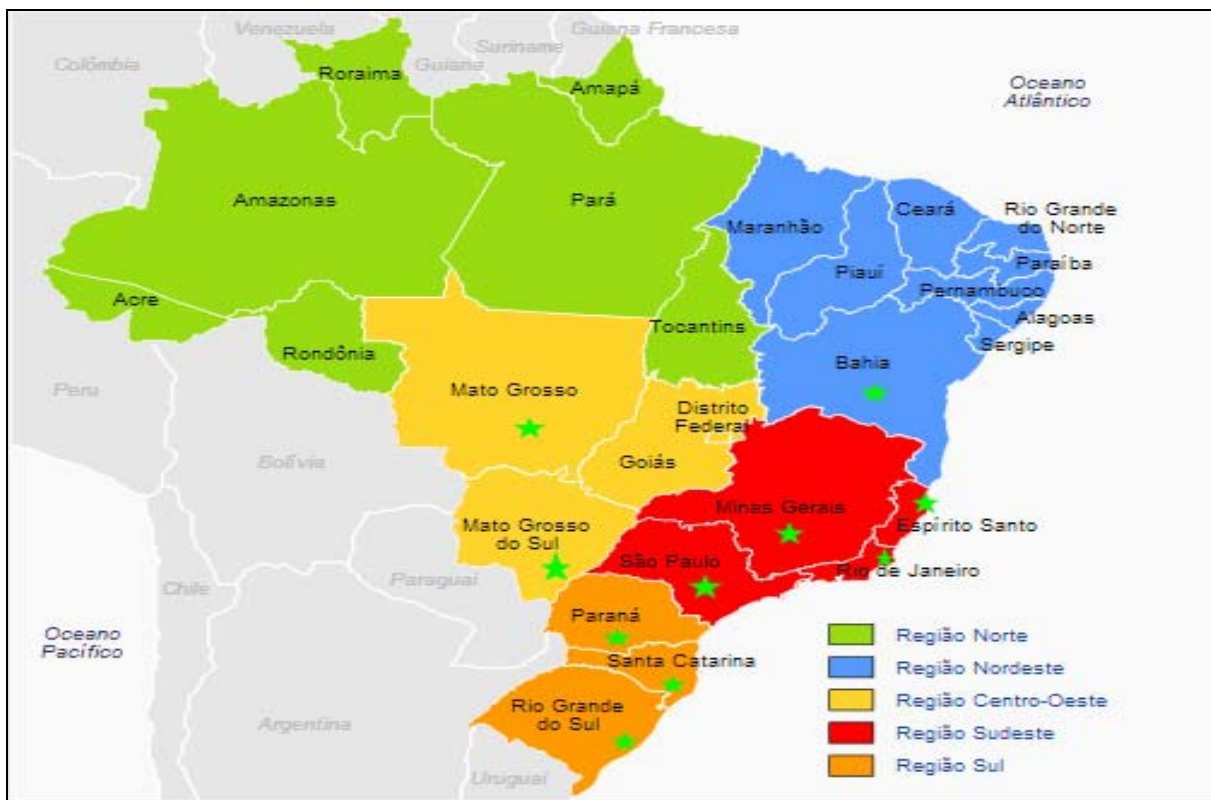


Fonte: Elaboração própria, 2014.

Observando o mapa conceitual do trajeto da pesquisa pelos PCDs verifica-se que embora tenha-se partido de uma listagem preliminar esta encontrava-se desatualizada e que o acesso ao documento (PCD) não é facilitado na maior parte dos APEBs.

A navegação nos *websites* em busca do PCD é dificultada por falta de padronização terminológica e por outros fatores, tais como a falta de homogeneidade na vinculação dos APEBs dentro da estrutura administrativa dos Estados. A seguir a localização dos APEBs que disponibilizam seus PCDs é identificada por uma estrela no mapa do Brasil (Figura 29).

**Figura 29**– Localização dos APEBs que dão acesso ao PCD.



Fonte: Elaboração própria a partir de figura disponível em *Wikipedia* (2013).

Da relação inicial de 12 APEBs com *website* disponibilizada pelo CONARQ apenas nos APEBs do Ceará e do Pará não obteve-se acesso ao PCD, totalizando 85,6%, indicando que a presença de *website* é um fator importante para a divulgação e o acesso seja aos PCDs ou outras fontes de Conhecimento.

A partir das ações realizadas no procedimento de coleta de dados descrito nos Procedimentos metodológicos obteve-se acesso aos 10 PCDs, nos APEBs descritos a seguir:

1- Arquivo Público Estadual da Bahia.

O PCD do APE-BA (Figura 30) possui três páginas nas quais apresenta as Funções e Subfunções principais que dão origem aos documentos do Poder Executivo do Estado da Bahia. As atividades específicas de cada documento são apresentadas em separado no Código de Classificação de Documentos para a administração Pública do Poder Executivo Estadual: atividade-meio.

**Figura 30 –** Primeira página do PCD do APE-BA.

 <b>GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA</b> <b>ANEXO I</b> <b>PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL: ATIVIDADE-MEIO</b>	
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
<b>ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b> Compreende as diretrizes e regulamentação interna, o funcionamento, a criação e as ações de planejamento e controle que possibilitem o andamento das rotinas administrativas dos diferentes órgãos, definindo as regras jurídico-administrativas da organização estatal e as estratégias que assegurem a defesa dos direitos dos usuários do serviço público.	<b>ORDEM JURÍDICA</b> Refere-se ao cumprimento das determinações de caráter de direito administrativo que estabelecem as relações entre os órgãos, as funções e os agentes que são desempenhadas. Abrange as atividades de elaboração de atos administrativos, direcionados à formalização de acordos; à habilitação jurídica e regulamentação fiscal dos órgãos; às entidades e empresas; ao acompanhamento de ações judiciais; à elaboração de pareceres; à uniformização da jurisdição administrativa e ao assessoramento técnico legislativo. <b>PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE GOVERNO DOS SERVIÇOS</b> Refere-se à elaboração, com bases técnicas, de planos e diretrizes, permitindo o desenvolvimento de programas de governo com fins específicos, abrangendo também o acompanhamento sistemático e o controle da execução daqueles planos e diretrizes, bem como, ações que assegurem a qualidade e a produtividade na prestação dos serviços públicos e a defesa dos direitos de seus usuários. <b>APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b> Refere-se ao agendamento e acompanhamento de compromissos oficiais, assim como à publicidade de atos oficiais no Diário Oficial e ao controle da redação, do envio e da publicação.
<b>COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL</b> Compreende o conjunto de procedimentos destinados a difundir informações sobre as políticas e sobre o funcionamento dos órgãos, de modo a torná-las claras e compreensíveis para diferentes públicos, internos e externos, além de definir estratégias de governo para estabelecer relações interinstitucionais.	<b>ASSESSORIA DE IMPRENSA</b> Refere-se ao acompanhamento das relações entre os órgãos governamentais e a imprensa escrita, falada e televisiva, por meio da redação, seleção e distribuição de notas releases e de notícias, organização de entrevistas, elaboração de normas de redação e de declarações a serem divulgadas, bem como da cobertura dos eventos ou solenidades oficiais. <b>PRODUÇÃO EDITORIAL</b> Refere-se à edição de publicações oficiais ou de publicações editadas por órgãos públicos em parceria com outras entidades.
<b>GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS</b> Compreende a coordenação das ações de recrutamento, seleção, desenvolvimento e capacitação de pessoal, íntegra, ainda, a avaliação e o acompanhamento da vida funcional dos funcionários ou servidores encarregados da execução de serviços públicos ou de natureza pública, dentro das hierarquias funcionais e dos regimes jurídicos aos quais se submetem.	<b>PLANEJAMENTO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS</b> Esta subfunção refere-se à elaboração de manuais de procedimentos, realização de estudos e pesquisas relativas aos padrões de lotação, de adequação dos quadros de pessoal, de planos de salários e programas de regimes de trabalho e da classificação e cadastro de cargos e funções. <b>SELEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS</b> Refere-se à coordenação dos processos seletivos, concursos públicos, capacitação e qualificação dos funcionários e servidores públicos ou dos candidatos a cargos e funções nos diferentes órgãos. <b>EXPEDIENTE DE PESSOAL</b> Refere-se à elaboração de atos administrativos relativos à vida funcional, que englobam: as atividades relativas à avaliação de desempenho; à elaboração de expedientes para concessão de vantagens e benefícios e aos procedimentos para apuração e aplicação de punição disciplinar. <b>CONTROLE DE FREQUÊNCIA</b> Refere-se ao registro da frequência, necessário à apuração do tempo de serviço para aposentadoria, para a expedição de certidões, instrumento legal para comprovação de direitos.

Fonte: [http://www.fpc.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/Anexo-I\\_-\\_Plano-de-Classificacao.pdf](http://www.fpc.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/Anexo-I_-_Plano-de-Classificacao.pdf)

Não foi identificado Manual de gestão documental para o Estado da Bahia, mas existe a instrução conjunta SAEB/SECULT Nº 01 DE 18/02/2014, que apresenta os anexos: ANEXO I - Plano de Classificação de Documentos para Administração Pública do Poder Executivo do Estado da Bahia: Atividades - Meio; ANEXO II - Código de Classificação de Documentos para Administração Pública do Poder Executivo do Estado da Bahia: Atividades - Meio; ANEXO III - Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Poder Executivo do Estado da Bahia: Atividades - Meio; ANEXO IV - Termo de Transferência de

Documentos; ANEXO V - Listagem de Transferência de Documentos; ANEXO VI - Listagem de Recolhimento de Documentos; ANEXO VII - Termo de Recolhimento de Documentos para Guarda Permanente; ANEXO VIII - Termo de Eliminação de Documentos; ANEXO IX - Listagem de Eliminação de Documentos; ANEXO X - Edital de Ciência de Eliminação de Documentos; ANEXO XI – Índice.

Embora não disponibilize em seu website um manual de gestão documental o APE-BA demonstra atenção com o objetivo de disseminar, em âmbito estadual, o conhecimento arquivístico, a legislação e as normas técnicas relativas aos arquivos, protocolos e documentos públicos, nesse sentido realiza treinamentos periódicos para os servidores.

## 2- Arquivo Público do Espírito Santo.

O PCD do APEES (Figura 31) é composto de 34 páginas, nas quais apresenta as classes gerais e subclasses sem um critério de classificação definido, pois a entrada varia aleatoriamente entre função, assunto, espécie documental, tipologia documental. Exemplo: 002 Planos, programas e projetos de trabalho (espécie documental e tipologia documental)

010 Organização e Funcionamento (assunto)

010.1 Registro nos órgãos competentes (atividade)

**Figura 31 –** Primeira página do PCD do APEES.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO RELATIVOS ÀS ATIVIDADES-MEIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	
000	<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>  <i>A CLASSE 000 REFERE-SE ÀS ATIVIDADES MEIO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, ISTO É AQUELAS QUE VIABILIZAM O SEU FUNCIONAMENTO E O ALCANCE DOS OBJETIVOS PARA OS QUAIS FORAM CRIADOS.</i>
001	<b>POLÍTICAS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>  <i>INCLUEM-SE DOCUMENTOS REFERENTES AOS PROJETOS, ESTUDOS E NORMAS RELATIVOS À ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS, REFORMA ADMINISTRATIVA E OUTROS PROCEDIMENTOS QUE VISEM À MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR DOCUMENTOS REFERENTES A ELABORAÇÃO DE INSTRUÇÕES NORMATIVAS, DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, DECRETOS. AUTÓGRAFOS DE LEI.</i>
002	<b>PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE TRABALHO</b>  <i>INCLUEM-SE DOCUMENTOS REFERENTES AO PLANEJAMENTO E AOS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE TRABALHO GERAIS. QUANTO AOS DEMAIS PLANOS, PROGRAMAS E/OU PROJETOS DE TRABALHO, CLASSIFICAR NO ASSUNTO ESPECÍFICO.</i>

Fonte: [http://www.proged.es.gov.br/download/Plano\\_de\\_classificacao\\_das\\_atividades\\_meio.pdf](http://www.proged.es.gov.br/download/Plano_de_classificacao_das_atividades_meio.pdf).

Não há descrição do escopo em todos os níveis e subníveis, de modo a especificar os documentos a serem arquivados em cada nível, fato que aliado à deficiência no estabelecimento de um único critério de categorização dificulta o arquivamento.

O APEES possui um Manual de Gestão Documental que abrange temas tais como a eliminação de burocracia inútil, o atendimento ao público, as conceituações básicas da Arquivística, os procedimentos gerais de arquivamento, como classificar, a tramitação do documento e avaliação documental.

### 3 – Arquivo Público Estadual do Mato Grosso (APEMT).

O PCD do APEMT (Figura 32) está contido no volume II (Sistema de Gestão de Documentos) parte integrante dos Manuais Técnicos de Normas e Procedimentos para os Sistemas de Gestão do Estado do Mato Grosso. Uma vez que o *website* da instituição encontrava-se indisponível nas primeiras tentativas de acesso em novembro e dezembro de 2013, enviou-se e-mail solicitando a disponibilização do PCD das Atividades-Meio e obteve-se resposta com o PCD anexado.

**Figura 32 –** Primeira página do PCD do APEMT.

1 – PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DAS ATIVIDADES-MEIO*	
CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO	
CLASSE 000 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	
010 – Organização e funcionamento	
020 – Pessoal	
030 – Material	
040 – Patrimônio	
050 – Orçamento e finanças	
060 – Documentação e informação	
070 – Comunicações	
080 – (Vaga)	
090 – Outros assuntos referentes à administração geral	
000 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	
001	<b>MODERNIZAÇÃO E REFORMA ADMINISTRATIVA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Incluem-se documentos referentes aos projetos, estudos e normas relativos à organização e métodos, reforma administrativa e outros procedimentos que visem à modernização das atividades dos órgãos da administração pública estadual.</li> </ul>
002	<b>PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE TRABALHO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Incluem-se documentos referentes ao planejamento e aos planos, programas e projetos de trabalhos gerais.</li> <li>Quanto aos demais planos, programas e/ou projetos de trabalho, classificar no assunto específico.</li> </ul>

**Fonte:** Enviado pela Instituição por *e-mail*.

Apresenta 14 páginas e é baseado no PCD das Atividades-Meio do CONARQ, o tipo de categorização nas classes principais é por assunto (entendido como função, subfunção ou atividades), nas subclasses a categorização é indefinida, pois apresenta entradas que referem-se a assuntos, funções, tipologias documentais e espécies documentais. Apresenta descrição do escopo mas não há regularidade em sua aplicação aos níveis e subníveis de classificação.

#### 4 – Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul (APEMS).

Não foi localizado *website* para o APMS, uma vez que não houve resposta por e-mail, o acesso ao PCD deste Arquivo (Figura 33) realizou-se com o auxílio de contato telefônico, no qual por telefone foi informado que o PCD está disponível na página da Secretaria da administração do Estado do Mato Grosso, conforme descrito nos procedimentos metodológicos.

**Figura 33** – Primeira página do PCD do APEMS.

<p>ANEXO I AO DECRETO n. 13.665, DE 25 DE JUNHO DE 2013.</p> <p><b>PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS</b>  <b>DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:</b></p> <p><b><u>ATIVIDADES-MEIO</u></b></p> <p><b>1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b></p> <p>1.1 Ordenamento jurídico</p> <p><b>Assunto: 1.1.1 Atos normativos.</b></p> <p>Espécie Documental: 1.1.1.1 Decreto, lei, decreto-lei, estatuto, código, regulamento, regimento, instrução normativa, resolução, deliberação, portaria</p> <p><b>Assunto: 1.1.2 Habilitação jurídica e regularização fiscal dos órgãos entidades e empresas</b></p> <p>Espécie Documental: 1.1.2.1 Certificado de matrícula no cadastro específico do INSS</p> <p style="padding-left: 40px;">1.1.2.2 Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ</p> <p style="padding-left: 40px;">1.1.2.3 Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS</p> <p style="padding-left: 40px;">1.1.2.4 Comprovante de matrícula na Junta Comercial</p> <p style="padding-left: 40px;">1.1.2.5 Processo de cadastramento no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS</p> <p><b>Assunto: 1.1.3 Formalização de acordos bilaterais</b></p> <p>Espécie Documental: 1.1.3.1 Convênio, termo de cooperação, acordo, protocolo de</p>
--

**Fonte:** <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/fd8600de8a55c7fc04256b210079ce25/78e432ede594e4ec84257b96006c635b/%24FILE/DECRETO%2013.665%20TABELA%20DE%20TEMPORALIDADE%20-%20ANEXOS.pdf>

O PCD do APEMS nomeado como Plano de Classificação de Documentos da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul,

acompanha o Decreto nº 13.665, de 25 de Junho de 2013 na forma de Anexo I. Os níveis de Classificação apresentam categorização por Assunto e Espécie Documental. Não apresenta descrição do escopo dos documentos a classificar nas classes principais e nas subclasses, apresentando no nível de Espécie Documental alguns exemplos de espécies documentais a arquivar-se nestes níveis, no entanto não há homogeneidade e precisão quanto a essa categorização, pois em alguns casos o exemplo ou modelo apresentado não é na realidade uma espécie documental.

## 5 – Arquivo Público Mineiro

O PCD do APM (Figura 34) apresenta 197 páginas, sua grande extensão deve-se a ser um PCD que apresenta as Atividades-Meio e Atividades-Fim. Para efeito desta pesquisa somente a primeira grande divisão que é referente às Atividades-Meio foi considerada. Este PCD oferece primeiramente as classes principais em separado, como um sumário, depois as subclasses e subsequentemente as subclasses categorizadas geralmente por assunto, mas apresentam em algumas subclasses a tipologia documental.

**Figura 34** – Primeira página do PCD do APM.

<b>PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO PARA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>	
<b>CLASSES</b>	
<b>000</b>	<b>GESTÃO INSTITUCIONAL</b>
<b>100</b>	<b>DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E POLÍTICAS URBANAS E RURAIS</b>
<b>200</b>	<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL</b>
<b>300</b>	<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE</b>
<b>400</b>	<b>TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS</b>
<b>500</b>	<b>GESTÃO TRIBUTÁRIA</b>

**Fonte:** [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/acervo\\_gestao\\_classificacao/plano\\_de\\_classificacao\\_de\\_documentos.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/acervo_gestao_classificacao/plano_de_classificacao_de_documentos.pdf)

Existe um índice do PCD em separado e em publicações a legislação Federal e Estadual que rege a Gestão de Documentos. Não identificou-se manual para a gestão de documentos do Estado.

## 6 – Arquivo Público Estadual do Paraná (APEP).

O APEP traz o seu PCD junto ao Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná (Figura 35). Seu Manual apresenta informações sobre a Gestão de Documentos, Classificação de Documentos, Tabela de Temporalidade de Documentos e a Conservação de Documentos. Apresenta um índice de assuntos/itens documentais e modelos de formulários, além da legislação pertinente à Gestão Documental.

**Figura 35** – Primeira página do PCD do APEP.

<b>7.1 - CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS</b>	
<b>CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO PARANÁ ATIVIDADES - MEIO</b>	
<b>0</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b> (classe) <i>Classificam-se os documentos relacionados a administração interna da instituição, órgão e entidade pública.</i>
<b>0-0-1</b>	<b>POLÍTICA GOVERNAMENTAL</b> Incluem-se documentos como diagnóstico, estudo, estatística, levantamento de necessidades, plano anual e plano plurianual relacionados a metas e objetivos do governo.
<b>0-0-2</b>	<b>MODERNIZAÇÃO E REFORMA ADMINISTRATIVA</b> Incluem-se documentos relativos aos projetos, estudos e normas referentes à organização e métodos, reforma administrativa e outros procedimentos que visem a modernização das atividades da administração pública estadual.
<b>0-1</b>	<b>ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO</b> (subclasse de assunto) <i>Classificam-se documentos relativos à criação, estruturação, organização e funcionamento do órgão e/ou entidade.</i>
<b>0-1-1</b>	<b>LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO</b> Incluem-se documentos relativos ao estatuto, regimento, regulamento, organograma e demais atos que impliquem em alteração, transformação, ampliação, fusão e extinção do órgão e/ou entidade.

Fonte: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/gestao.pdf>.

O PCD do APEP apresenta categorização por Função e Subfunção, possui escopo medianamente detalhado dos documentos que se arquivam em cada nível, distribui-se da página 19 à página 42 do Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná. Em algumas entradas apresenta inconsistência quanto à categorização, por exemplo:

0-6-5 Gerenciamento Eletrônico da Informação (Função)

0-6-5-1 Plano, projeto (Espécie documental).

0-6-5-2 Programa, sistema (categoria Indefinida)

Para efeito de esclarecimento a Função é usualmente definida de forma abstrata e indica objetivos que estão no nível mais alto (ou seja, abrangem hierarquicamente os demais objetivos relacionados, que são Subfunções do nível acima. Desta forma ao eleger a Função como critério classificatório o próximo nível lógico seria a Subfunção e não uma espécie documental. No caso do exemplo citado uma Subfunção relativa à função Gerenciamento Eletrônico da Informação poderia ser, por exemplo, Planejamento (ou outra expressão que designe o objetivo da Subfunção) e neste caso poderia englobar as espécies plano e projeto, as quais associadas às atividades específicas a que se referem os documentos comporiam as tipologias.


Com relação ao item 0-6-5-2 Programa, sistema, este não se encaixa em espécie documental nem como função ou subfunção, da mesma forma sistema também não se encaixa. Percebe-se que os termos programa e sistema aparentemente relacionam-se a assuntos, pois no nível seguinte são elencadas as tipologias documentais:

0-6-5-2-1 manual do usuário de sistema de informática desenvolvido por órgão público

0-6-5-2-2 certificado de licença de uso de programa de computador (software)

## 7 – Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ)

O PCD do APERJ (Figura 36) está dividido em 48 páginas, apresenta categorização por Competência, Função, atividades e Tipologia documental. Não oferece escopo descritivo dos documentos a arquivar em cada nível, mas sua categorização é consistente ao longo de todo o PCD o que pode minimizar as dúvidas e erros no momento do arquivamento.

**Figura 36** – Primeira página do PCD do APERJ.


**Plano de Classificação de Documentos das Atividades Meio do Estado do Rio de Janeiro**

13 - Competência: Planejamento, orçamento e coordenação da ação governamental  
13.01 - Função: Acompanhamento da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e industrial

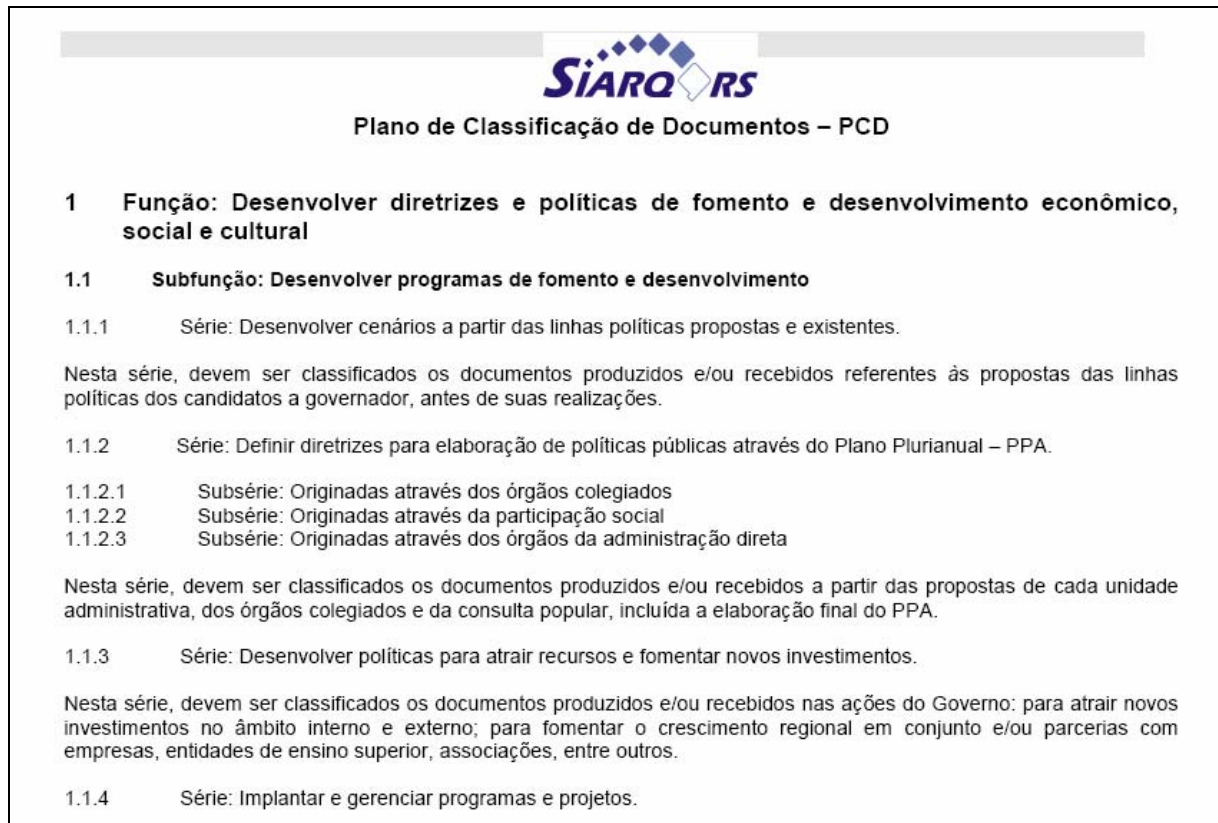
ATIVIDADES		TIPOLOGIA DOCUMENTAL	
13.01.01	Analisar atos dos ordenadores de despesas	13.01.01.01	Correspondência interna de solicitação de saldos
		13.01.01.02	Ofício de informação da regularidade de contas
		13.01.01.03	Processo de comprovação de adiantamento
		13.01.01.04	Processo de concessão de adiantamento
		13.01.01.05	Relatório de análise processual de adiantamento
		13.01.01.06	Relatório de exame da execução de contas
			Relatório de exame das contas

Fonte: <http://www.aperj.rj.gov.br/doc/plano%20de%20classificacao%20publicado.pdf>

O Manual de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro traz informações gerais sobre a Gestão de Documentos, Funções arquivísticas, metodologia do Programa de Gestão de Documentos, Controle de acesso, conservação de documentos entre outras. Apresenta uma seção de perguntas frequentes muito interessante no sentido de que transmite conhecimento a respeito de questões cruciais para o bom funcionamento da Gestão Documental, mas que muitas vezes não se encontra a quem perguntar.

#### 8- Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Sul (APERS).

O PCD do APERS (Figura 37) é o anexo I da Instrução Normativa Instrução Normativa nº 02, de 22.05.2014, que o regulamenta, assim como também a Temporalidade de Documentos.

**Figura 37 – Primeira página do PCD do APERS.**

**Fonte:** [http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1400789840.20140522\\_Anexo\\_I\\_PCD\\_publicado\\_DOE.pdf](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1400789840.20140522_Anexo_I_PCD_publicado_DOE.pdf)

O APERS não conta com Manual de Gestão Documental, no entanto oferece na página do SiarqRS informações básicas para o funcionamento da Gestão documental do Estado.

## 9 – Arquivo Público Estadual de Santa Catarina (APESC).

O PCD do APESC (Figura 38) faz parte da Portaria nº 870 de 16 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial nº 18.973 de 19 de novembro de 2010, que determina o uso do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio Sistema SCTT, a serem utilizados pelos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina.

**Figura 38 –** Primeira página do PCD do APESC.

ANEXO I		
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA		
Grupo:	01	ADMINISTRAÇÃO GERAL
Subgrupo:	01.01	ADMINISTRAÇÃO GERAL
Função:	01.01.01	Gestão das Ações de Governo
Subfunção:	01.01.01.01	Coordenação e Articulação das Ações de Governo
Atividade:	01.01.01.01.01	Assessoramento Técnico quanto a Atos do Processo Legislativo ao Governador, Órgãos e Entidades do Sistema Administrativo de Atos do Processo Legislativo
Documentos:	<a href="#">01.01.01.01.01.001</a>	Anteprojeto de Lei sobre Administração Financeira
	<a href="#">01.01.01.01.01.002</a>	Anteprojeto de Lei sobre Controle Interno
	<a href="#">01.01.01.01.01.003</a>	Anteprojeto de Lei sobre Geografia e Cartografia
	<a href="#">01.01.01.01.01.004</a>	Anteprojeto de Lei sobre Materiais e Serviços
	<a href="#">01.01.01.01.01.005</a>	Anteprojeto de Lei sobre Recursos Humanos
	<a href="#">01.01.01.01.01.006</a>	Anteprojeto de Lei sobre Tecnologia da Informação
	<a href="#">01.01.01.01.01.007</a>	Anteprojeto de Lei sobre Informações Estatísticas
	<a href="#">01.01.01.01.01.008</a>	Anteprojeto de Lei sobre Planejamento e Orçamento
	<a href="#">01.01.01.01.01.009</a>	Anteprojeto de Lei sobre Serviços Jurídicos
	<a href="#">01.01.01.01.01.010</a>	Anteprojeto de Lei sobre Patrimônio
	<a href="#">01.01.01.01.01.011</a>	Anteprojeto de Lei sobre Gestão Documental e Publicação Oficial
	<a href="#">01.01.01.01.01.012</a>	Anteprojeto de Lei sobre Articulação das Ações de Governo
	<a href="#">01.01.01.01.01.013</a>	Anteprojeto de Lei sobre Atos do Processo Legislativo
	<a href="#">01.01.01.01.01.014</a>	Anteprojeto de Lei sobre Ouvidoria
	<a href="#">01.01.01.01.01.015</a>	Anteprojeto de Lei sobre Gestão Organizacional
	<a href="#">01.01.01.01.01.016</a>	Autógrafo de Lei sobre Administração Financeira
	<a href="#">01.01.01.01.01.017</a>	Autógrafo de Lei sobre Controle Interno
	<a href="#">01.01.01.01.01.018</a>	Autógrafo de Lei sobre Geografia e Cartografia
	<a href="#">01.01.01.01.01.019</a>	Autógrafo de Lei sobre Materiais e Serviços

**Fonte:** [http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1015&Itemid=64&lang=brazilian\\_portuguese](http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1015&Itemid=64&lang=brazilian_portuguese)

O tipo de categorização deste PCD é por Grupo, Subgrupo, Função, Subfunção, Atividade e Documentos. Não apresenta descrição do escopo, mas como sua categorização desce até o nível dos documentos em princípio não incorre em problemas com erro no arquivamento. Pode haver problemas quando um documento não for encontrado na listagem existente já que não há indicações extras sobre outros documentos que podem se encaixar em dado nível de classificação. Possui 38 páginas dedicadas ao PCD propriamente dito e as demais páginas do total de 120 apresentam a tabela de temporalidade de Documentos.

10 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

O PCD do APESP (Figura 39) é Anexo ao Decreto nº 48.898, de 27 de Agosto de 2004, com a nomenclatura Plano de Classificação de Documentos da Administração pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio, possui 26 páginas, sua categorização é por Função, Subfunção, Atividade, Documento.

**Figura 39 –** Primeira página do PCD do APESP.

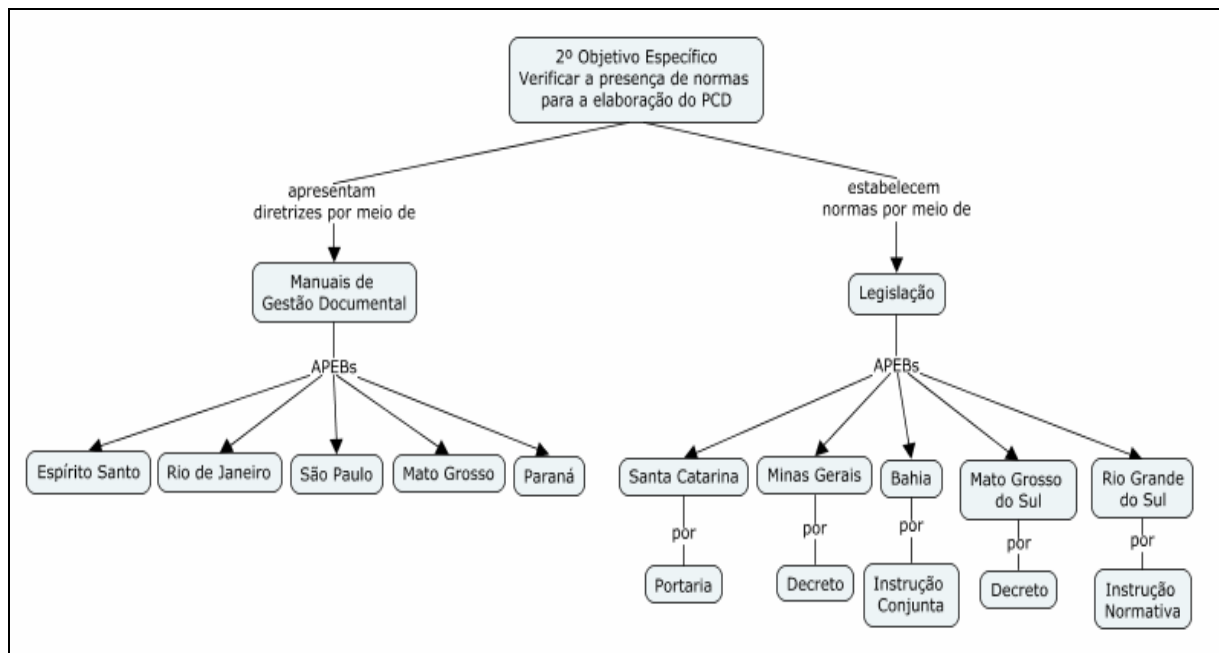
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO: ATIVIDADES-MEIO		
Função:	01	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
Subfunção:	01.01	Ordenamento jurídico
Atividade:	01.01.01	Elaboração de atos normativos
Documento:	01.01.01.01	Decreto, estatuto, código, regulamento, regimento, instrução normativa, norma, resolução, deliberação, portaria
Atividade:	01.01.02	Habilitação jurídica e regularização fiscal dos órgãos, entidades e empresas
Documentos:	01.01.02.01	Alvará de funcionamento
	01.01.02.02	Certificado de matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI
	01.01.02.03	Comprovante de atualização de dados no Cadastro Nacional do Trabalhador - CNT
	01.01.02.04	Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ
	01.01.02.05	Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuinte Mobiliário - CCM
	01.01.02.06	Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS
	01.01.02.07	Comprovante de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT
	01.01.02.08	Comprovante de matrícula na Junta Comercial

Fonte: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/pdf/texto\\_pdf\\_A\\_Plano%20de%20Classificacao.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/pdf/texto_pdf_A_Plano%20de%20Classificacao.pdf)

Há uma seção dedicada à descrição das Funções, Subfunções e Atividades na qual se esclarece o escopo de cada nível. Existe um índice remissivo para o código de classificação de documentos.

Com relação à presença de normas para a elaboração do PCD verifica-se que o PCD é instituído nos APEBs por meio de legislação Estadual. Alguns APEBs disponibilizam manuais de gestão documental que apresentam informações sobre como usar o PCD para classificar os documentos, alguns oferecem as fundamentações teóricas para o desenvolvimento de seus PCDs e informações adicionais sobre a gestão documental. Notou-se que não há um padrão a respeito de qual instrumento legal deve ser utilizado para o estabelecimento de um PCD a nível Estadual, uma vez que alguns foram instituídos por decreto, outros por Instrução Normativa, por Portaria (conforme Figura 40).

**Figura 40–** Presença de Manuais de Gestão Documental nos APEBs.



Fonte: Elaboração própria, 2014.

Identifica-se que esse cenário acarreta dificuldades para os APEBs no momento da aprovação de seus PCDs. A exemplo do APEB do Maranhão que informou por telefone que possuem PCD elaborado, mas este não passou pelos trâmites legais porque não foi encaminhado no formato desejado pelo Governo do Estado.

A Análise de Domínio é proposta nesta pesquisa como uma Metodologia para o desenvolvimento da Organização do Conhecimento no Domínio da Arquivística. Os Domínios, conforme Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa), são constituídos pelas comunidades Discursivas, pelo papel que representam na sociedade que reflete-se na estrutura informacional, na organização do conhecimento no modo que se comunicam, na linguagem utilizada, nos sistemas de informação que desenvolvem e nos padrões de cooperação e critérios de relevância que se estabelecem no grupo. Parte-se da premissa de que o registro documental das atividades sejam individuais ou institucionais refletem todas essa estrutura informacional e comunicativa nos documentos e nas relações entre eles.

Toda operação a propósito de documentos, conforme Lara (2010), tem natureza interpretativa, ainda que limite-se a sua seleção, que é a etapa inicial do ciclo de tratamento de um documento numa biblioteca, centro de informação ou sistema de informação ou de um sistema documentário-informacional. A natureza

interpretativa do tratamento documental reforça a importância de manter-se o caráter científico da investigação documental, por meio de fundamentação teórica consistente (incluindo o respaldo de estudos de áreas afins) e de metodologias bem fundamentadas.

Para a caracterização de uma Instituição arquivística Pública com um Domínio buscou-se inicialmente a sua identificação como comunidade discursiva, por meio da identificação das características propostas por Swales (1990 tradução nossa) como essenciais e suficientes. Seguindo essa linha de raciocínio verificou-se que os Arquivos Públicos Estaduais podem ser vistos como Domínios, conforme demonstra o quadro 10 a seguir:

**Quadro 11–** Identificação dos Arquivos Públicos Estaduais como Comunidade Discursiva.

<b>Característica</b>	<b>Identificação nos APEBs</b>
Conjunto de objetivos públicos comuns de amplo acordo	Conforme a lei de Arquivos: “[...] a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” (BRASIL, 1991).
Mecanismos de intercomunicação entre seus membros	Uso dos mecanismos usuais de comunicação institucional tais como e-mail, ofícios, memorandos, entre outros.
Uso dos mecanismos participativos para troca de informação e <i>feedback</i>	Demonstrado por exemplo pela constituição de Comissões de Avaliação de Documentos.
Desenvolvimento de conjuntos de gêneros	Demonstrado pela produção de PCDs, Tabelas de Temporalidade de Documentos, Termo de Descarte de Documentos, entre outros
Aquisição de léxicos específicos	Uso de Siglas tais como TTD, SIGAD, entre outras e uso de termos técnicos.
Um limiar de membros com um grau adequado de conteúdo relevante e expertise discursiva	Presença obrigatória de Arquivistas entre os membros do grupo de trabalho.

**Fonte:** Elaboração própria.

Após a caracterização dos APEBS como Domínios surge a preocupação em encontrar uma forma de analisar esse ambiente. Conforme visto ao longo deste trabalho a Análise de Domínio é utilizada para se identificar e organizar o conhecimento, visando a solução de problemas (ROSSETI; WERNER, 1999), para delimitar e compreender um conjunto de informações de um dado contexto (HJØRLAND; HARTEL, 2003, tradução nossa), para a realização de pesquisas básicas e para a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento (TENNIS, 2012).

Em um Arquivo uma função considerada primordial é a Classificação, que conforme Sousa (2012, p. 159) “assume um lugar privilegiado e aparece como ferramenta importante [...], como primeira intervenção, garantindo qualidade e fundamentos para outras incursões no universo arquivístico [...]”. Partindo dessa premissa optou-se por investigar o Plano de Classificação de Documentos considerado como reflexo de uma parte importante do Domínio a ser analisado.

Neste contexto encontra-se modos de se proceder uma Análise de Domínio na Área de Organização do Conhecimento, inicialmente a partir das 11 abordagens propostas por Hjørland (2002, tradução nossa). Nas quais para relacionar os Planos de Classificação de Documentos ao Domínio identificam-se nas abordagens 2 - Classificações Especializadas e Tesouros e abordagem 7 - estudo de documentos e gênero (Hjørland, 2002, tradução nossa) as bases para se analisar um Domínio que estão fortemente atreladas ao Arquivo e que dão indicação de que os documentos produzidos em determinado Domínio o expressam na forma de registros discursivos, uma vez que são provenientes de Comunidades Discursivas.

Entende-se que a fundamentação em Classificações especializadas pode ocorrer no momento da criação das mesmas (*a priori*), quando se estabelecem os limites deste Domínio, ou a *posteriori* utilizando-se os sistemas de Classificação existentes no Domínio para desvendá-lo, caso desta pesquisa.

Seguindo essa linha de pensamento busca-se na análise do PCD de Instituições Arquivísticas Públicas Estaduais compreender como o Domínio é organizado. A partir da leitura dos PCDs reuniu-se as informações consideradas mais relevantes para a compreensão dos PCDs (Quadros 5 e 6). Essas informações são analisadas em aproximação com as teorizações de Tennis (2003; 2012) e HJØRLAND (2002, tradução nossa).

De acordo com as colocações de Tennis (2003, tradução nossa; 2012) o primeiro passo para se proceder uma Análise de Domínio é especificar a extensão e a intenção do Domínio sob análise, essa tarefa é realizada por meio da nomeação do Domínio, sendo que quanto mais específica for a intenção da análise, menor é a extensão do Domínio.

Os PCDs dos APEBs cumprem em parte esse requisito por meio dos títulos dados ao documento. Quanto mais específico for o nome do domínio, menor será a extensão deste e maior a sua intenção. Ou seja mais nítido se torna o objetivo

ou propósito do Domínio. No exemplo dos PCDs a maior parte deles especifica no título do documento os limites: Estadual do/de (nome do Estado), do Poder Executivo, das Atividades-Meio. As exceções são os Estados da Bahia, Mato Grosso e Rio Grande do Sul (ver quadros 5 e 6). É claro que em algum local do documento há indicação de sua proveniência, no entanto fica evidente a importância de se nomear adequadamente e o mais especificamente um documento, assim como um dado domínio, facilitando uma compreensão mais ágil do documento.

No caso dos PCDs entende-se que este possui a função de especificar o Domínio ao qual se aplica a classificação, isto é esclarecer da maneira mais eficiente possível quais documentos classificam-se em cada nível. O estabelecimento de escopos descritivos nas categorias e subcategorias, cumpre essa função de modo que o usuário do PCD possa identificar em que local ou nível se encaixa o documento a classificar. Nesse caso cabe a mesma premissa, quanto maior a intenção, ou seja quanto mais específico for o escopo, menor será a extensão dos documentos que poderiam ser interpretados como parte desse escopo, e portanto menor a possibilidade de erros ao arquivar.

A leitura dos PCDs dos APEBs, da qual se apresenta um esquema nos Quadros 12 e 13, demonstra que em sua grande maioria apresentam descrição do escopo nos níveis e subníveis de categorização. Identifica-se, no entanto, que essa descrição, quando existente, não é criteriosa em todos os casos. Algumas são minuciosas, tais como as dos APEBs da Bahia, e São Paulo. Outras são mais genéricas, como as dos APEBs do Espírito Santo, Mato Grosso e Paraná, enquanto nas do Mato Grosso do sul, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina as descrições das Categorias Principais, aqui compreendidas conforme Dahlberg (2008b) como conceitos em sua mais ampla extensão, são a única indicação da extensão do subdomínio, o que exige automaticamente maior conhecimento por parte profissional que realizará o arquivamento do universo de domínio relacionado aos documentos.

**Quadro 12 – Comparativo entre os PCDs (parte1).**

APEB	Bahia	Espírito Santo	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Minas Gerais
<b>Nomenclatura do PCD</b>	Plano de Classificação de Documentos para Administração Pública do Poder Executivo Estadual: Atividade-Meio	Plano de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração Pública do Estado do Espírito Santo Código de Classificação de Documentos de Arquivo.	Plano de Classificação de Documentos das Atividades-Meio - Código de Classificação de Documentos de Arquivo	Plano de Classificação de Documentos da Administração Pública o Estado de Mato Grosso do Sul: Atividades-Meio	Plano de Classificação de Documentos de Arquivo para o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais
<b>Descrição do escopo nas Classes Principais</b>	Sim - Exemplo: Organização Administrativa Compreende as diretrizes e regulamentação interna, o funcionamento, a criação e as ações de planejamento e controle que possibilitam o andamento das rotinas administrativas [...].	Sim - Exemplo: a Classe 000 refere-se às atividades meio dos órgãos públicos, isto é aquelas que viabilizam o seu funcionamento e o alcance dos objetivos para os quais foram criados.	Sim - Exemplo: 010 Organização e Funcionamento - Incluem-se normas, regulamentações, diretrizes, procedimentos, estudos e/ ou decisões de caráter geral.	Não - Exemplo: 1. Organização Administrativa	Sim - Exemplo: 000 Gestão Institucional Abrange as atividades de apoio e controle de natureza técnica, jurídica e administrativa no cumprimento das atribuições institucionais [...].
<b>Descrição do escopo em subníveis</b>	Sim - Exemplo: Ordem Jurídica Refere-se ao cumprimento das determinações de caráter de direito administrativo que estabelecem as relações entre os órgãos, as funções e os agentes que irão desempenhá-las. [...].	Sim - Exemplo: 001 Políticas de Ação Governamental Incluem-se documentos referentes aos projetos, estudos e normas relativos à organização e métodos, reforma administrativa e outros procedimentos [...].	Não - Exemplo: 010.1 Regimentos. Regulamentos. Estatutos. Organogramas. Estruturas Sim - Exemplo: 010.21 Convocação. Agenda Incluem-se documentos como convocação e agenda de audiências e reuniões.	Sim - Exemplo: Assunto: 1.1.2 Habilitação jurídica e regularização fiscal dos órgãos entidades e empresas	Sim - Exemplo: 001 Modernização Institucional Abrange as atividades relativas ao processo permanente de inovação da gestão institucional.
<b>Tipo de Categorização</b>	Função Subfunção Espécie Documento	Indefinida	Classe Subclasse Grupo Subgrupo	Classe Subclasse Assunto Espécie Documental	Classe Subclasse Função Subfunção
<b>Classes principais</b>	Organização Administrativa Comunicação Institucional Gestão de Recursos Humanos Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais Gestão Orçamentária Gestão de Documentos e Informações Gestão de Atividades Complementares	000 Gestão Administrativa 020 Gestão de Recursos Humanos 030 Material 040 Patrimônio 050 Orçamento e Finanças 060 Documentação e Informação 070 Serviços de Comunicações 080 090 Outros assuntos referentes à Administração Geral	010 – Organização e funcionamento 020 – Pessoal 030 – Material 040 – Patrimônio 050 – Orçamento e finanças 060 – Documentação e informação 070 – Comunicações 080 – (Vaga) 090 – Outros assuntos referentes à administração geral	1 Organização Administrativa 2 Comunicação Institucional 3 Gestão de Recursos Humanos 4 Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais 5 Gestão Orçamentária e Financeira 6 Gestão de Documentos e Informações 7 Gestão de Atividades Complementares	010 Organização e Funcionamento 020 Gestão de Pessoas 030 Gestão de Recursos Logísticos 040 Gestão de Patrimônio 050 Planejamento Orçamento e Finanças 060 Comunicação 070 Eventos 080 Vaga 090 Outras atividades/Transações Referentes à Gestão Institucional

Fonte: Elaboração própria, 2014.

**Quadro 13 - Comparativo entre os PCDs (parte2).**

<b>APEB</b>	<b>Paraná</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>São Paulo</b>
<b>Nomenclatura do PCD</b>	Código de Classificação de Documentos do Poder Executivo do Estado do Paraná Atividades - Meio	Plano de Classificação de Documentos – PCD	Plano de Classificação de Documentos das Atividades Meio do Estado do Rio de Janeiro	Plano de Classificação de Documentos do Estado de Santa Catarina	Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio
<b>Descrição do escopo nas Classes Principais</b>	Sim - Exemplo: 0-1 Estrutura, Organização e Funcionamento (subclasse de assunto) - Classificam-se documentos relativos à criação, estruturação, organização e funcionamento do órgão e/ou entidade.	não há - Exemplo: 1 Função: Desenvolver diretrizes e políticas de fomento e desenvolvimento econômico, social e cultural	Não há - 13.01 - Função: Acompanhamento da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e industrial	Não há - Exemplo: Função - 01.01.01 Gestão das Ações de Governo Subfunção: 01.01.01.01 Coordenação e Articulação das Ações de Governo	Sim - Exemplo: 01 Organização Administrativa (FUNÇÃO) Esta função compreende as diretrizes e regulamentação interna, o funcionamento, a criação e as ações de planejamento e controle que possibilitam o andamento das rotinas administrativas [...].
<b>Descrição do escopo em subníveis</b>	Sim - Exemplo: 0-1-1 Legislação. Regulamentação - Incluem-se documentos relativos ao estatuto, regimento, regulamento, organograma e demais atos que impliquem em alteração, transformação, ampliação, fusão e extinção do órgão e/ou entidade.	Sim - Exemplo: Subfunção- Desenvolver programas de fomento e desenvolvimento	1.1 Subfunção: Desenvolver programas de fomento e desenvolvimento	Não há - Exemplo: Subfunção - 01.01.01.01 Coordenação e Articulação das Ações de Governo	Sim - Exemplo: 01.01 Ordenamento jurídico (SUBFUNÇÃO) Esta subfunção refere-se ao cumprimento das determinações de caráter de direito administrativo organizatório que estabelecem as relações entre os órgãos, as funções [...].
<b>Tipo de Categorização</b>	Função e Atividade	Função e Subfunção	Função Atividade	Grupo: Subgrupo: Função: Subfunção: Atividade: Documentos:	Função Subfunção
<b>Classes principais</b>	Administração Geral 0-1 Estrutura, Organização e Funcionamento (subclasse de assunto) 0-2 Recursos Humanos (subclasse de assunto) 0-3 Material (subclasse de assunto) 0-4 Patrimônio (subclasse de assunto) 0-5 Orçamento e Finanças (subclasse de assunto) 0-6 Documentação e Informação (subclasse de assunto) 0-7 Meios de Comunicação (subclasse de assunto)	1 Função: Desenvolver diretrizes e políticas de fomento e desenvolvimento econômico, social e cultural 2 Função: Gerenciar as atividades administrativas, financeiras e jurídicas que dão sustentabilidade à administração pública 3 Função: Desenvolver diretrizes e políticas de Justiça e Segurança Pública	13.01 - Função: Acompanhamento da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e industrial 13.02 - Função: Gestão dos recursos logísticos 13.03 - Função: Gestão das atividades de serviços gerais 13.04 - Função: Gestão das políticas e diretrizes orçamentárias estaduais 13.05 - Função: Gestão de planejamento das ações governamentais 13.06 - Função: Gestão de políticas de administração de recursos humanos 13.07 - Função: Gestão do patrimônio imobiliário	Grupo: 01 Administração Geral Grupo: 02 Gestão de Contabilidade, Finanças e Controle Grupo: 03 Gestão de Patrimônio, Bens Materiais e Serviços Grupo: 04 Gestão de Recursos humanos Grupo: 05 Comunicação, Documentação e Informação	01 Organização Administrativa (função) 02 Comunicação Institucional (função) 03 Gestão de Recursos Humanos (função) 04 Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais (função) 05 Gestão Orçamentária e Financeira (função) 06 Gestão de Documentos e Informações (função) 07 Gestão de Atividades Complementares (função)

**Fonte:** Elaboração própria, 2014.

A respeito do propósito da Análise de Domínio Tennis (2003; 2012), fala a respeito do gênero da Análise de Domínio, ou seja, de sua categorização em descritiva ou instrumental, sendo a descritiva utilizada para o desenvolvimento de pesquisas básicas, de cunho teórico; e a instrumental para se construir ou revisar um sistema de informação. Ambos os gêneros de Análise de Domínio são importantes tanto para a Organização do Conhecimento quanto para a Arquivística, uma vez que tanto os Sistemas de Organização do Conhecimento como os PCDs necessitam ser revisados e atualizados com o decorrer de mudanças em Domínios.

Estabelecido o Domínio, o que pode ser feito seguindo-se as recomendações de Tennis (2003; 2012), abre-se um leque de possibilidades oferecido pelas 11 abordagens de Hjørland. (2002). O autor não estabelece uma ordem de utilização e não impõe que todas as abordagens sejam utilizadas ou excluídas paulatinamente.

Desta forma de acordo com o Domínio a se analisar acredita-se que se pode elencar as abordagens mais coerentes com o contexto do Domínio. Por esse motivo iniciou-se essa análise pelo instrumento de Classificação de Documentos de Arquivo, levando-se em conta também os estudos de Documentos. Mantendo o foco na formação do Domínio pela Comunidade Discursiva (HJØRLAND, 2002) e nos Documentos como registros de suas atividades, nesta pesquisa almeja-se também traçar uma forma de percurso temático de arquivo, conforme Nunes (2008), em que as relações entre a documentação, as palavras-chaves utilizadas, a forma de classificação adquirem importância no discurso deste Domínio.

A forma de identificação do discurso se deu por meio da identificação dos conceitos expressos na nomenclatura apresentada nas entradas do PCD. Dos diversos aspectos que podem ser levados em consideração no Discurso produzido pelo PCD identificam-se no tipo de categorização e nas categorias principais conceitos que conduzem ao entendimento geral do Domínio ao qual se refere o documento. Observa-se que a função é o tipo de categorização predominante, concordando com o que, até o momento, é de consenso geral considerado como a mais adequada para a Classificação Documental em Arquivos, excluindo-se casos especiais.

Os Discursos dos APEBs da Bahia, Mato Grosso do Sul e São Paulo são os mais parecidos considerando-se as categorias principais elencadas em seus

PCDs, conforme Quadro 14, as entradas no quadro estão conforme aparecem nos PCDs de cada instituição, os números são os códigos de classificação utilizados pelos APEBs.

**Quadro 14 –** Identificação do Discurso das categorias principais dos APEBs.

APE-BA	APEMS	APESP
Organização Administrativa	1 Organização Administrativa	01 Organização Administrativa
Comunicação Institucional	2 Comunicação Institucional	02 Comunicação Institucional
Gestão de Recursos Humanos	3 Gestão de Recursos Humanos	03 Gestão de Recursos Humanos
Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais	4 Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais	04 Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais
Gestão Orçamentária	5 Gestão Orçamentária e Financeira	05 Gestão Orçamentária e Financeira
Gestão de Documentos e Informações	6 Gestão de Documentos e Informações	06 Gestão de Documentos e Informações
Gestão de Atividades Complementares	7 Gestão de Atividades Complementares	07 Gestão de Atividades Complementares

**Fonte:** Elaboração própria, 2014.

A semelhança entre as categorias principais elencadas nos PCDs dos APEBs relacionados no Quadro acima indica formam uma Comunidade Discursiva. O uso de praticamente os mesmos termos demonstra que a intenção do domínio é a mesma, que o resultado da Classificação será semelhante.

Pode ter ocorrido aqui uma apropriação do PCD de outra Instituição, neste caso provavelmente a partir de São Paulo, pois esta possui um Manual de acesso livre e também oferece uma ferramenta para elaboração do PCD, conforme abordado nos procedimentos metodológicos. Entretanto, mesmo que haja de início uma cópia de padrões essa é benéfica para a constituição do Domínio, uma vez que o objetivo é o mesmo.

Outras questões a respeito da presença de manuais para a orientação da Gestão Documental também podem ser observadas, neste caso apenas o APESP possui Manual. A partir dessa informação diversas inferências poderiam ser feitas dependendo da intenção da análise e dos dados existentes. No caso desta pesquisa a intenção ao se investigar se os APEBs possuem Manual de

Gestão foi a de verificar se o Domínio dos APEBs de alguma forma estende-se para fora dos limites físicos da instituição além dos alcançados pelo PCD e a situação colocada no parágrafo anterior pode indicar que sim.

A exemplo disso está o APEB do Maranhão que conforme foi informado por telefone ainda não possui PCD e indicou que baseia-se no PCD e Manual de Gestão do APESP. O Discurso das categorias principais nos PCDs dos APEBs do Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina não apresentam a mesma proximidade por semelhança que os APEBs da Bahia, Mato Grosso do Sul e São Paulo, mas é possível notar semelhanças nítidas considerando-se os assuntos abordados.

Nos APEBs do Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina a Gestão de Recursos Humanos, que está relacionada ao conceito de pessoa, voltado para o ser que trabalha, que desempenha suas funções e que gera documentos nesse processo, figura nestes PCDS nas Categorias Principais. Assim como também a Gestão de Patrimônio, relacionado ao conceito de bem material institucional, sendo este categorizado separadamente dos bens materiais de outra natureza que possa haver na instituição. Orçamento e Finanças também estão presentes embora nem sempre com os mesmos termos.

Outros aspectos do Discurso presente nas Categorias Principais elencadas nos PCDs demonstram similaridade no mesmo sentido. A terminologia utilizada para expressar as categorias não é a mesma, mas o conceito geral expresso é o mesmo ou muito semelhante. O que se observa em linhas gerais é que mesmos Domínios, mesmas Comunidades Discursivas produzem discursos homogêneos ainda que não idênticos. Um aumento na capacidade de troca de informações entre os membros do Domínio certamente aumentaria o nível de *expertise* geral e de novas soluções para o Domínio.

## 6.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Durante o processo de realização desta pesquisa, frente aos objetivos estabelecidos, deparou-se com os seguintes fatores que limitaram de certa forma o seu desenvolvimento:

- As etapas de coleta de dados foram dificultadas pela inconsistência das informações acessadas no *website* do CONARQ.
- Após a identificação das URLs a navegação nos *websites* foi truncada devido a falta de compatibilidade de nomenclatura dos órgãos responsáveis pela Gestão de Documentos em alguns Estados.
- Presença de *websites* de cunho meramente informativo nos quais não localizou-se PCD ou outros instrumentos de Gestão Documental.
- Contatos por e-mail que não deram retorno.
- Contatos por telefone também não foram frutíferos de maneira geral.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referencial teórico levantado para esta pesquisa demonstra que os preceitos da Análise de Domínio não são novos, que estudos informacionais voltados para o Domínio, de uma forma ou de outra (por meio de termos como especialidade, relevância, garantia literária, entre outros), sempre estiveram em pauta na CI e na Organização do Conhecimento, mas que sua sistematização e o seu uso efetivo ainda são incipientes.

Estudos informacionais focados no Domínio da Arquivística e realizados na área Arquivística, especialmente, ainda causam estranheza, uma vez que a própria consolidação da Arquivística como Área de Conhecimento Científico ainda é novidade e não chega a ser consenso para muitos. Dessa forma o embasamento teórico-metodológico proporcionado pela Análise de Domínio traz uma importante contribuição nesse sentido.

Verifica-se que o processo de Análise de Domínio inicia-se com a escolha e delimitação do Domínio e que todo o percurso de coleta de dados voltado para o Domínio oferece possibilidades de Organização do Conhecimento, uma vez que não se trata de levantar dados aleatórios, é necessário conhecimento prévio para identificar informações relevantes e torná-las conhecimento, formando um círculo contínuo.

A partir da análise das etapas de coleta de dados percebeu-se que há muita divergência nas informações disponibilizadas no que podemos chamar de Domínio da Arquivística, começando por um Órgão como o CONARQ, ao qual compete regular os procedimentos relacionados aos arquivos. Este necessita controlar de forma mais eficaz as informações que entram e saem em sua área de atuação, especialmente um dos meios de divulgação mais relevantes nos tempos de hoje, que é o *website*.

O processo de coleta dos PCDs evidenciou que as pesquisas com enfoque no Domínio podem ocorrer de diversas formas e que a Análise de Domínio é útil para levantar dados voltados para a verificação de eficácia de sistemas de informação estabelecidos, tais como os *websites*. Uma Análise de Domínio realizada previamente à construção desses mesmos sistemas de informação provavelmente resultaria em facilidade de comunicação entre os membros da Comunidade de Discurso, consenso quanto à linguagem utilizada e propósito dos *websites*,

homogeneidade de *layout*, entre outras coisas. A conceituação de Comunidade de Discurso como base do Domínio apresenta a possibilidade de maior interação entre os subdomínios para benefício do Domínio.

A CI, em seu desenvolvimento, passa por um momento de valorização dos aspectos sociais da informação, voltando-se para sua utilidade social e para a estrutura social que cria, compõe e dissemina informações das mais variadas formas. Variações essas que possuem um forte elo com o pensamento domínio-analítico que se atenta para as diferenças e adaptações na composição de sistemas de comunicação dentro de Domínios específicos e entre diferentes Domínios. Atualmente a questão do acesso à informação nos Arquivos, garantida pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, reforça a relevância social dos arquivos e aumenta a importância de conhecer o acervo documental.

A correta disponibilização de informações à sociedade assume importância cada vez maior e a capacidade de identificar as informações mais relevantes é fortalecida pela Análise de Domínio. Verifica-se que a Comunidade Discursiva constrói Domínios homogêneos e que quanto maior for a sua capacidade de Comunicação entre os membros, mais consistente é o Domínio.

A percepção do Arquivo, assim como da Área Arquivística como Domínios, amplia o entendimento da organicidade das informações documentais, das relações que se estabelecem entre um documento e outro e entre os documentos e a sociedade. A pesquisa baseada nos documentos que são registros ou representações de ações ou fatos pode abrir um leque de conhecimentos que combinados com uma análise detalhada do entorno e do contexto de criação dos documentos enriqueceria qualquer projeto realizado nos Sistemas de Informação e nas instituições que necessitem de suas informações convertidas em conhecimento.

A forma como o documento produz discurso que se constitui na relação com as instituições e com os sujeitos da ciência não recebe a mesma atenção que as funções de prova e testemunho atribuídas aos documentos. Pesquisadores estudando determinado tema de arquivo, assim como realizado nesta pesquisa, ou ao estudar um arquivo específico em busca de sua história, ou investigar sua importância para o seu entorno, ou um personagem que se encontre documentado no arquivo, podem buscar um discurso subjacente nos Arquivos e nos Documentos, dessa forma expandindo os meios de circulação de Conhecimento.

Apoiados na visão de Foucault (2008a; 2008b) de que o Discurso constrói e influencia o seu entorno, assim como as Comunidades Discursivas de Swales (1990), o que se observa em linhas gerais é que mesmos Domínios, mesmas Comunidades Discursivas produzem discursos homogêneos ainda que não idênticos. Um aumento na capacidade de troca de informações entre os membros do Domínio certamente aumentaria o nível de *expertise* geral e de novas soluções para o Domínio.

A perspectiva de que o discurso se materializa por meio dos textos documentais é um processo em construção, e acredita-se que a aproximação entre a Arquivística e a CI, assim como de outras áreas afins, possa proporcionar um maior desenvolvimento para todas as áreas envolvidas em um processo ideal de interdisciplinaridade. A Análise de Domínio apresenta-se como ferramenta para o entendimento de Discursos já colocados, para atualização de instrumentos de Gestão Documental ou sistemas de Organização do Conhecimento já existentes ou como metodologia de análise para a construção desses instrumentos.

Esta pesquisa evidencia a importância de se levar em consideração o Domínio nos estudos da área de Organização do Conhecimento, em especial os discursos produzidos e registrados nesses domínios. A aplicação de procedimentos de Análise de Domínio provou-se possível em um subdomínio, tal como o PCD e considera-se que a utilização desses procedimentos no processo de criação dos instrumentos de controle de Arquivo, assim como na organização dos documentos produziria efeitos ainda mais benéficos, ao Domínio da Arquivística.

Além do PCD, da descrição documental, de catálogos e índices, acredita-se que um sistema de arquivos pode também contar com Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) que complementem o tratamento documental, facilitando a recuperação da informação. Esses Sistemas de Organização do Conhecimento podem ser fundamentados em Análises de Domínio instrumentais, conforme proposto por Tennis (2003). A própria elaboração do PCD, que conforme consenso geral no Domínio da Arquivística deve basear-se em extensa investigação da instituição produtora dos documentos, pode beneficiar-se do uso de uma combinação das abordagens sugeridas na proposta da Análise de Domínio.

A caracterização dos APEBs e conseqüentemente de outras instituições como Domínios traz ao pesquisador um embasamento teórico-metodológico que é bem vindo à Área de Organização do Conhecimento e

especialmente na Área Arquivística. A realização de mais pesquisas voltadas para o uso da Análise de Domínio nestes campos de estudo é recomendada, visando promover o seu desenvolvimento. A utilização de outras abordagens entre aquelas sugeridas por Hjørland (2002) pode aumentar o conhecimento sobre os Domínios em geral.

Os discursos da arquivística refletem fundamentalmente a organicidade e o contexto de produção dos documentos, estando relacionados e dependendo, portanto, da instituição custodiadora do arquivo que podem ser os domínios ou os subdomínios a serem analisados, dependendo da extensão e intensão da Análise de Domínio. O que deve ser levado em consideração ao se abordar Instituições Arquivísticas com fins de pesquisa, seja qual for o objetivo do estudo é que os documentos refletem o domínio de sua proveniência e os contextos de sua produção.

O enfoque no Domínio a ser tratado, no sentido de orientar a própria interpretação do documento, poderá reforçar o caráter científico do tratamento documental, seja em bibliotecas ou centros de documentação ou arquivos, ao sistematizar metodologias para a compreensão dos espaços informacionais. A Análise de Domínio oferece fundamentos teórico-metodológicos para uma sistematização do conhecimento nos mais variados ambientes, por meio da combinação de diversas abordagens.

## 7.1 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Recomenda-se a o desenvolvimento de pesquisas baseadas em outras das 11 abordagens de Hjørland (2002), apoiando-se também em Tennis (2003; 2012), em busca da consolidação do uso da Análise de Domínio na Área de Organização do Conhecimento.

A realização de estudos que auxiliem no delineamento do conhecimento existente no Domínio da Arquivística, no qual os Documentos são objeto de estudo, assim como seu conteúdo, desde a gênese da acumulação de documentos que dá origem ao Arquivo enfatizando o discurso, em busca do entendimento daquilo que essa acumulação comunica. Pesquisas desse tipo abrem caminho para a Organização de Conhecimento estabelecer-se como ferramental essencial para o Arquivista.

Outras pesquisas a partir do Discurso Documental, utilizando-se de pressupostos da Análise de Discurso, Análise de Gênero de Documentos e outros aspectos relacionados à Linguística e à Sociolinguística, são também recomendadas, uma vez que a fundamentação teórica desta pesquisa demonstra que tais caminhos são possíveis e ainda não foram devidamente explorados.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. de; CRIPPA, G. De Bacon à internet: Considerações sobre a organização do conhecimento e a constituição da Ciência da Informação. **PontodeAcesso**, Bahia, v. 3, n. 2, p. 109-131, 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3284>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- ALVARENGA, L; DIAS, C. da C. Análise de domínio e gestão arquivística. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Minas Gerais, v. 13, n. 1, fev. 2012. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev12/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/fev12/F_I_art.htm)>. Acesso em: 21 maio 2012.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232p., Publicações Técnicas, n. 51. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual em bibliotecología y documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp - Marília, 2001. p. 35-60.
- \_\_\_\_\_. Organização do Conhecimento e gestão da memória social. In: GILDO, M. **História, energia: memória, informação e sociedade** (Org.). São Paulo: Alameda, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Diccionario de Organización del Conocimiento: Clasificación, indización, Terminología** - Mario Barité y equipo. 5a ed. Montevideo: PRODIC, 2013.
- BARRETO, A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**: revista da Fundação SEADE, v. 8, n. 4, Out-Dez, p. 3-8, 1994. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=res>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- BARROS, T. H. B. **A construção discursiva em Arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.
- BARROS, T. H. B.; MORAES, J. B. E. Arquivística, História e Ciência da Informação: diálogos e duelos. In: CETAC. MEDIA e Universidad de León. (Org.). VI Encontro Ibérico EDICIC 2013 - Globalização, ciência, informação: **Atas...** 1 ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto CETAC.MEDIA, 2013, v. 1, p. 168-180. Disponível em: <<http://ocs.letras.up.pt/index.php/EDICIC/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2006.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BORKO, H. Information Science – what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p.3-5, 1968. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.5090190103/abstract>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRAGD, A. *et al.* Discourse as the means of community creation. **Scand. J. Mgmt.**: Scandinavian Journal of Management, Scandinavia, v. 24, n. 3, p.199–208, 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/09565221/24/3>>, Acesso em: 5 ago 2013.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em:< <http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1835.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Arquivos. **Consolidação do texto da Lei de Arquivos vigente com as alterações propostas no Projeto de Lei de revisão de Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.**(Anexo do Ofício nº 002//2014/CONARQ). Rio de Janeiro. 06 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20 maio, 2014.

BRASIL, LEI nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. v. 29, n. 6, 1991.

BRIET, S. Suzanne Briet, **What is Documentation?** Paris: EDIT (Éditions Documentaires Industrielles et Techniques), 1951. Tradução de Ronald E. Day; Laurent Martinet; Hermina G. B. Anghelescu. Lanham: Scarecrow, 2006.

BRONCKART, J. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.

BUFREM, L. S.; GABRIEL JUNIOR, R. F. A apropriação do conceito como objeto na literatura periódica científica em Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 25-51, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/issue/view/718>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

CAMPOS, M. L. de A. **Em busca de princípios comuns na área de Representação da Informação**: uma comparação entre o método da classificação facetada, o método do tesouro-com-base-em-conceito e a Teoria geral da terminologia. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/IBICT. 1994.

\_\_\_\_\_. Perspectivas para o estudo da área de representação da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v.25, n.2, 1995.

CERVANTES, B. M. N. **Contribuição para a terminologia do processo de inteligência competitiva**: estudo teórico e metodológico. Marília, SP, 2004. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, área de concentração Informação, Tecnologia e Conhecimento – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2004.

COOK, T. From Information to Knowledge: An Intellectual Paradigm for Archives. **Arquivaria**, n. 19. p. 28-49, dez./mar. 1984. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/issue/view/378>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. What is past is prologue: a History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. **Arquivaria**, n. 43, p. 17-43, set./dez, 1997. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12175/13184>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

CÔRTEZ, M. R. P. **Arquivo Público e informação**: acesso à informação nos Arquivos Públicos Estaduais do Brasil. 1996. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. 1996.

DAHLBERG, I. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1972, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT/ABDF, 1979. v.1, p.352-370.

\_\_\_\_\_. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.6, n.1, p.9-21, jan./jul. 1978a.

\_\_\_\_\_. Teoria do Conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n.2, p. 101–107, 1978b. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/87/showToc>>. Acesso em: 10 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Knowledge Organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 20, n.4, p. 211-222, 1993.

\_\_\_\_\_. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 33, n. 1, p. 11-19, jan. 2006. Disponível em: <<http://search-ebsohost-com.ez78.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=iih&AN=23860673&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Feature. Interview with Ingetraut Dahlberg. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 82-85, dez. 2008. Disponível em: < <http://search-ebscohost-com.ez78.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=iih&AN=34050591&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?:** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOMÍNIO. In: Ferreira, Aurelio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, 4 ed, Curitiba: Positivo, 2009, p.699.

ESTEBAN NAVARRO, M. A. Fundamentos epistemológicos de la clasificación documental. In: PINTO, M. **Manual de clasificación documental**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FEINBERG, M. Hidden bias to responsible bias: an approach to information systems based on Haraway's situated Knowledges. **Information Research**, v. 12, n. 4, out, 2007. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/12-4/colis07.html>>. Acesso em: 17 out. 2013.

FEITOSA, A. **Organização da informação na web:** das tags à web semântica. Brasília: Thesaurus, 2006.

FERNANDES, G. C. O objeto de estudo da Ciência da Informação. **Informare:** Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 1, n. 1, p. 25-30, jan./jun. 1995. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003100&dd1=c1a73>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

FIGUEIREDO, N. Paul Otlet e o centenário da FID. In: **Organização do conhecimento e sistemas de classificação**. Brasília: IBICT, 1996. P. 14-19.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução, Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FRANCELIN, M. M.; PINHO, F. A. **Conceitos na organização do conhecimento**. Recife: UFPE, 2011.

FRIEDMAN, A.; THELLEFSEN, M. Concept theory and semiotics in knowledge organization. **Journal of Documentation**. v. 67, n. 4, p. 644-674, 2011. Disponível em: < <http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1108/00220411111145034> > Acesso em: 05 jun. 2013.

FUJITA, M. S. L. Organização do conhecimento: algumas considerações para o tratamento temático da informação. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP, 2001. p. 29-34.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, H. E. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.2, n.1, p.60-88, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/16>>. Acesso em: 07 mar. 2013.

HÉON, G. Les plans de classification en archivistique. **Archives**, v. 27, n. 1, 1995. Disponível em: <[http://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol27\\_1/27-1-heon.pdf](http://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol27_1/27-1-heon.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2014.

HJØRLAND, B. Rejoinder: a new horizon for information science. **Journal of the American Society for Information Science: JASIS**, v. 47, n. 4, p. 333-335, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, V. 56, N. 1, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1108/EUM0000000007107>>. Acesso em: 04 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Domain analysis in information science. Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v.58, n.4, 422-462, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1108/00220410210431136>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Fundamentals of Knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, p. 87 – 111, 2003. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=iih&AN=14914140&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. What is knowledge organization? **Knowledge Organization**, v. 35, n.2, p. 86 – 101, 2008. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=iih&AN=34050592&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

HJØRLAND, B; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. **Journal of The American Society for Information Science: JASIS**, v.46, n.6, 400-425, 1995. Disponível em: <[http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:)>. Acesso em: 14 jul. 2012.

HJØRLAND, B.; HARTEL, J. Introduction to a special issue of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v.3/4, p. 125-127, 2003. Disponível em: <<http://search-ebscohost->

com.ez78.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=iih&AN=14887656&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 21 fev. 2013.

ISO 1087-1. **Terminology – vocabulary**. Genève: ISO, 2000.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: At the Clarendon Press, 1922.

KOBASHI, N. Y.; FRANCELIN, M. M. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 1-24, jan./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10390>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 182 p.

LAR A, M. L. G. de. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In: FREITAS, L.S. de; MARCONDES. C. H.; RODRIGUES, A. C. (Orgs). **Documento**: Gênese e contextos de uso. Estudos da informação v.1. Niterói: EdUFF, 2010.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITÃO, P. J. O. **Organização da Informação em Subject Gateways**. 2004. 173 f. Dissertação (Mestrado)-Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa, Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação, Lisboa, 2004.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Ed., 2012.

LISBOA *et al.* A systematic review of domain analysis tools. **Information and Software Technology**, n. 52, 2010, p-1-13. Disponível em: <<http://elsevier.com/locate/insof>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

LOCKS, A. L. C.; CHANEM, V. G. Arranjos em Arquivo Público. **Ágora**: Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 5-12, jun. 1986. Disponível em: <<http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/30>>. Acesso em: 10 Set. 2013.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

\_\_\_\_\_. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado, 1997.

\_\_\_\_\_. **A imagem e a sombra da arquivística**. Rio de Janeiro (Brasil); Montreal, Quebec (Canadá): Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Some current research questions in the field of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 35, n.2/3, p. 113-136, 2008. Disponível em: < <http://search-ebSCOhost.com.ez78.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=iih&AN=34050594&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

LUNARDELLI, R. S. A. CALDERÓN, W. R. Fundo arquivístico: múltiplas leituras a respeito do termo. In: BARTALLO, L.; MORENO, N. A. **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008.

MAI, J.E. Semiotics and indexing: na analysis of the subject indexing process. **Journal of Documentation**, v. 57, n. 5, p. 591- 622, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORENO, N. A. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: BARTALLO, L.; MORENO, N. A. (Orgs.). **Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008.

NEGREIROS, L. R. Uma compreensão dos fundos arquivísticos sob o enfoque da análise de domínio. **Informação & Informação**. v. 13, n. 2, p. 79-95, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1818>>. Acesso em: 15 maio 2012.

NEIGHBORS, J. **Software constructing using components**. 1981. 75 f. Tese (PhD)–Departamento de informação e Ciência da Computação, Universidade da Califórnia, Califórnia, 1981.

NONAKA, I. TAKEUCHI, T. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NORDBERG, B.; LINELL P.; GUNNARSSON B. (Eds). **The construction of Professional Discourse**. London: Longman, 1997.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603>>. Acesso em: 31 maio 2012.

NUNES, J. H. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 81-100, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468/0>>. Acesso em: 28 set. 2012.

OHIRA, M. L. B. *et al.* Arquivos Públicos municipais catarinenses: instrumentos em exercício da cidadania. **Ágora**, v. 15, n. 31, 2000. Disponível em: <<http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/210>>. Acesso em: 29 out. 2013.

\_\_\_\_\_, M. L. B. **Arquivos Públicos do Brasil: da realidade à virtualidade**. Santa Catarina: Universidade Estadual de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <[http://www.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/619/artigo\\_arquivo\\_publico.pdf](http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/artigo_arquivo_publico.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2013.

ORTEGA, C.D. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da Catalogação. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 1, mar. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/402>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

OTLET, P. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: <[http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite\\_de\\_documentation\\_ocr.pdf](http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. The systematic organization of documentation and the development of the international institute of bibliography. In: RAYWARD, W. B. (Ed.). **International organisation and dissemination of knowledge: selected essays of Paul Otlet**. Amsterdam: Elsevier, 1990. p. 173-203.

PAES, M. L. **Arquivo teoria e prática**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

PEÑA VERA, T. El acceso al saber requiere aplicar organización y representación del conocimiento. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, vol. 33, n. 1, p. 13-29, 2010. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/6279>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova era. In: **O campo da Ciência da Informação: gêneses, conexões e especificidades**. João Pessoa, UFBP, 2002.

PINTO, M. Introdução. In: **Manual de clasificación documental**. Madrid: Editora Síntesis, 1999.

PRIETO-DÍAZ, R. Domain Analysis: an introduction. **ACM SIGSoft: Software Engineering Notes**, v. 15, n. 2, abr. 1990. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=382703>>. Acesso em: 16 nov.2012.

RASTAS, Pirkko. **Manuals and textbooks of archives administration and records management: a RAMP study**. Paris: General Information Programme and UNISIST United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1992.

RAYWARD, W. B. Introduction. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **International organisation and dissemination of knowledge: selected essays of Paul Otlet**. Amsterdam: Elsevier, 1990.

RIBEIRO, C. J. S. Entendimento de requisitos de sistema com abordagem orientada ao domínio. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Minas Gerais. V. 13, n. 2, abr. 2012. Disponível em: < [http://www.dgz.org.br/abr12/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/abr12/Art_01.htm)>. Acesso em: 21 fev.2013.

RIBEIRO, F. **O acesso à informação nos arquivos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. v.1.

\_\_\_\_\_. A arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. <Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/9887>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

ROBREDO, J. Do documento impresso à informação nas nuvens: reflexões. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 19 – 42, março, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/401/261>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

ROMERO TALLAFIGO, M. **Archivística y archivos: soportes, edificio y organización**, Carmona: SeC, 1994.

ROSETI, M. Z.; WERNER, C. M. L. **Aquisição de conhecimento no contexto da análise de domínio**. Rio de Janeiro: COPPE - Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, 1999. Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br/sbes99/anais/SBES-Completo/38.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2012.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SALES, R. de. Representação de domínios em Biblioteconomia e Arquivística. In: SILVA, F. C. C. da; SALES, R. de. (Orgs.) **Cenários da Organização do Conhecimento: linguagens documentárias em cena**. Brasília: Thesaurus, 2011.

SCHIESSL, M.; SHINTAKU, M. Sistemas de organização do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Ed.,2012.

SHAPIRO, F.R. Coinage of the term information science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 5, p. 384-385, jun. 1995. Disponível em: < [http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199506\)46:5](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(199506)46:5)>. Acesso em: 06 set. 2012.

SHERA, J. H.; CLEVELAND, D. B. History and foundations of information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, Washington, CO. v.2, p. 249-275, 1967.

SIERRA ESCOBAR, L. Consideraciones generales sobre Cuadros de Clasificación Documental. **Códices**, Colombia, v. 2, n. 2, jun. 2006. Disponível em: <<http://revistas.lasalle.edu.co/index.php/co/article/view/616>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

SILVA, A. M. da *et al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 1. ed. Porto: Edições Afrontamento. 1998.

SOUSA, R. T. B. de. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. In: SANTOS, V. B. dos; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. (Orgs.). **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 38 ed. Distrito Federal: SENAC, 2012.

\_\_\_\_\_. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004448&dd1=68780>>. Acesso em: 30 set. 2008.

SWALES, J. M. The concept of discourse community. In: SWALES, J. M **Genre analysis**: English in Academic and Research Settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 21–27.

TIRADOR RAMOS, J. El Dominio y su implicación para la Gestión de la Información. **Investig. bibl**, México, v. 24, n. 50, abr. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187-358X2010000100004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2010000100004&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jul. 2013.

TENNIS, J. T. Two Axes of Domains for Domain Analysis. **Knowledge Organization**, v. 3/4, jul. 2003. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=iib&AN=14887661&lang=pt-br&site=ehost-liv>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

\_\_\_\_\_, J. T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero? **Brazilian Journal of Information Science**, Marília (SP), v. 6, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.Unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>>. Acesso em: 30 out. 2013.

WILSON, J. **Pensar com conceitos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

YSQUIERDO-ARROYO, M. J. **La organización documental Del conocimiento**: el marco documental. Madrid: Tecnidoc, 1995.

## **APÊNDICES**



APÊNDICE B

Síntese das 11 abordagens de Hjørland

